

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

Estudos Estratégicos: Estratégia
Contemporânea e Conflitualidades

Coordenadores:

COR CAV RES Luís Eduardo Marquês Saraiva

TCOR ENG RES Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira

Centro de Investigação de Segurança e Defesa
Janeiro de 2016

Como citar esta publicação:

Saraiva, L., Vieira, R., 2016. *Estudos Estratégicos: Estratégia Contemporânea e Conflitualidades*. Coleção “ARES”, 9. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Diretor

Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias

Editor-chefe

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade

Coordenador Editorial

Coronel de Infantaria Tirolinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Capitão-de-mar-e-guerra Carlos Alberto dos Santos Madureira
Dra. Susana Raquel Alves Novais

Propriedade

Instituto de Estudos Superiores Militares
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: 213 002 100
Fax.: 213 002 179
E-mail: cisdi@iesm.pt
www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores
Rua Diogo Cão, 1242 r/C Esq.
4200-259 PORTO
Tel: 225 205 005
e-mail: fronteiradocaos@netcabo.pt
www.frenteiradocaoseditores.pt

ISBN 978-989-99532-1-5

Depósito Legal 404 093/16

Tiragem 200 exemplares

© Instituto de Estudos Superiores Militares, 2016

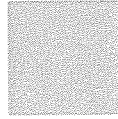
Nota do Editor:

Os textos patententes no presente volume de Atas são da responsabilidade dos seus autores, não constituindo doutrina oficial das Forças Armadas Portuguesas e da Guarda Nacional Republicana.

Índice

Prefácio	v
Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias	
Introdução	1
Luis Eduardo Marquês Saraiva	
Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira	
Parte I – Estratégia contemporânea	11
1. O Cidadão Enquanto Recurso Estratégico dos Estados	13
Carlos Henriques de Almeida	
2. O Recurso às Tecnologias de Dessocialização da Guerra	31
Rafael Roldán Parra	
3. O Mecanismo e as Condições da Vitória: Diferenças Entre a Conflitualidade Tradicional e a Conflitualidade Contemporânea	49
Manuel Carvalho Mateus	
4. A Evolução Estratégica das <i>Proxy Wars</i>	67
Simão da Costa de Sousa	
Parte II – Conflitualidades	87
5. Impactos Estratégicos do Escudo Antimíssil na Europa	89
Paulo da Silva Carvalho	
6. O Significado Estratégico do Conflito na Ucrânia	105
Nuno Larangeiro Neto	
7. O Conflito Ucrainiano Enquanto Instrumento Estratégico da Segurança Nacional Russa	119
Duarte Heitor Caldeira	

8. A Importância Estratégica da Posse da Crimeia	135
Paulo Neves Correia	
9. A Aplicação Estratégica da <i>Maskirovka</i> Soviética – O Caso Russo no Conflito da Ucrânia	151
Jorge Figueiredo Marques	



Prefácio

Os estudos estratégicos foram a temática de lançamento do primeiro volume da Coleção “ARES” em Junho de 2014. Esta opção consciente resultou da centralidade desta área de conhecimento nas Ciências Militares e, por consequência, na afirmação do Instituto Universitário Militar como referência académica nacional no estudo da Estratégia.

A importância dos estudos estratégicos reside na conflitualidade endógena do sistema político internacional. Este ambiente estratégico, que na atualidade é de grande abrangência, incorpora a aplicação de diferentes instrumentos de poder. Adicionalmente, a atual dimensão estratégica das relações alargou-se para o interior dos Estados e para o domínio das ameaças de dimensão individual e coletiva de natureza não-estatal. Esta extensão criou um conjunto de desafios adicionais ao poder militar, ampliando o seu espetro de atuação, exponenciando as suas interdependências com outros instrumentos de coação e de atração e aumentando as necessidades de reflexão sobre realidades endógenas e exógenas às Forças Armadas.

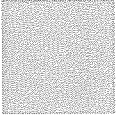
Neste contexto, onde interagem mais atores no sistema internacional e ainda novos atores (transnacionais, intraestaduais e outros) acresce a necessidade do aprofundamento do conhecimento sobre a «dialética das vontades na consecução de objetivos num sistema político-social [cada vez mais] complexo» (Couto, 2014) e o papel essencial da dimensão militar. Daí a importância da inclusão dos estudos estratégicos nas áreas fundamentais

das Ciências Militares e, consequentemente, no ensino e na investigação das instituições militares

Este número da Coleção “ARES” centrado na “Estratégia Contemporânea e Conflitualidades” reflecte esta consciência e materializa o compromisso do Instituto Universitário Militar de incentivar e estimular a reflexão, ou seja, provocar o germinar de novas ideias neste domínio de inquestionável significado e actualidade.

O IESM expressa a todos os votos de proveitosa leitura.

TGEN Rui Manuel Xavier Fernandes Matias
Diretor do IESM



Introdução

Luís Eduardo Marquês Saraiva

Coronel de Cavalaria na Reserva
Doutor em Relações Internacionais
Docente na Universidade Lusíada de Lisboa
em Geopolítica, Estratégia e Estudos de
Segurança
Docente no Instituto Universitário Militar na
Área de Ensino de Estratégia
Investigador associado no Instituto
Universitário Militar
Lisboa, Portugal
saraiva_luis@hotmail.com

Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira

Tenente-Coronel de Engenharia na Reserva
Doutorando na Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Mestre em Engenharia Militar, Academia Militar
Docente no Instituto Universitário Militar na
Área de Ensino de Estratégia
Investigador integrado no Instituto
Universitário Militar
Lisboa, Portugal
rmcrvieira@gmail.com

Este segundo volume de Estudos Estratégicos mantém os objetivos principais da primeira publicação: divulgar trabalhos elaborados pelos oficiais alunos do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) que contribuem para o conhecimento; e manter uma tradição de publicar, reforçando a área temática de Estudos Estratégicos como um dos núcleos centrais das Ciências Militares e confirmando o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) como uma referência nacional no estudo da Estratégia.

A unidade curricular Estudos Estratégicos do CEMC, que serviu de enquadramento aos textos aqui publicados, faz parte do plano curricular do curso e pretende ser uma disciplina de síntese das várias matérias ministradas pela Área de Ensino de Estratégia. O objetivo do CEMC é qualificar oficiais superiores das Forças Armadas (FFAA) e da Guarda Nacional Republicana (GNR) para o desempenho de funções ao nível operacional e estratégico, em Estados-maiores conjuntos nacionais e internacionais, nas estruturas superiores das FFAA e da Defesa Nacional. A disciplina de Estudos Estratégicos colaborou decididamente para esta finalidade ao ter incluído objetivos no seu programa que visaram analisar e sintetizar as seguintes temáticas:

1. O Sistema Internacional, os regimes políticos e a coação;
2. A evolução e os recursos da estratégia contemporânea;

3. A avaliação estratégica contemporânea;
4. As informações estratégicas;
5. Mecanismos da conflitualidade;
6. A génese, a tipologia e o poder das ameaças;
7. Os regimes políticos, a tipologia do terrorismo e as ações de combate;
8. Tecnologia e o empoderamento (ou *empowerment*, na língua inglesa) dos atores em conflito;
9. A conflitualidade atual no espaço europeu.

Do conjunto de investigações elaboradas foram selecionadas nove reflexões que se agrupam sob duas temáticas principais: (1) A estratégia contemporânea e (2) Conflitualidades no espaço europeu. A escolha dos temas assenta em duas razões principais: (1) Na pertinência e na inovação de alguns pensamentos e algumas ações atuais em duas das três dimensões do modelo estratégico – Meios e Instrumentos (*Means*) e Métodos (*Ways*); (2) Nas razões e consequências da conflitualidade latente e existente no espaço europeu, nomeadamente a que envolve a Federação Russa, e que se projetam nas preocupações e ações político-estratégicas de organizações de que Portugal faz parte.

As investigações foram realizadas por oficiais alunos oriundos dos três Ramos das FFAA e da GNR, assegurando abordagens analíticas e metodológicas diversificadas que se traduzem em conhecimento original e inovador.

1. Estudos Estratégicos

A fim de se perceber a importância dos Estudos Estratégicos enquanto unidade curricular do CEMC, ter-se-á de responder a duas questões fundamentais:

1. O que são?
2. São relevantes para os Estados e para as FFAA?

a. O que são?

A resposta a esta questão global exige que se façam reflexões sobre (1) as áreas científicas em que se inserem; (2) as áreas de estudo que lhe estão associadas; (3) os seus elementos identitários. Faremos um esforço para responder, de forma sucinta e integrada, às questões referidas.

O mundo é, presentemente, estado-cêntrico. O Estado domina, enquanto sociedade política, o Sistema Internacional e estabelece, na consecução dos seus objetivos e na proteção dos seus interesses, um conjunto alargado de relações que podem ser de acomodação, de cooperação ou de conflitualidade. É à Política que incumbe, nas suas dimensões interna e externa, a responsabilidade de conservar e gerir a unidade, definindo interesses e objetivos de segurança nacionais. A Segurança Nacional é, assim, um objetivo político permanente, geral e vital. A Segurança Nacional é uma condição a atingir e que resulta do somatório de outros dois estados de segurança: a Segurança Internacional e a Segurança Transnacional. Estes dois estados de segurança tendem a adquirir importância crescente à medida que as dinâmicas da globalização se intensificam criando estruturas internacionais de interdependência política, securitária, económica e outras. A Política define o quadro de ação de estratégia que procura gerir a aplicação dos instrumentos de poder de coação e de atração no âmbito das relações de conflitualidade com outros Estados e/ou Organizações.

Aos Estudos Estratégicos cabe o importante papel de estudar, nos diversos domínios e níveis cognitivos, estratégias nacionais e/ou internacionais que contemplem o uso da coação (não exclusivamente militar) para se atingirem os referidos objetivos políticos. O seu objeto de estudo é, por conseguinte, a Estratégia, tendo por finalidade última garantir a sobrevivência do Estado no sistema internacional recorrendo a meios de coação, nos quais se incluem os militares. Os Estudos Estratégicos são de natureza multidimensional mas têm por elemento central o uso da força, a coação. Epistemologicamente é difícil definir os limites com outras áreas de estudo, como por exemplo com a área dos Estudos de Segurança, que se diferencia por não se focalizar e se restringir numa abordagem estado-cêntrica nem na aplicação de poder de coação decorrente de relações conflituais. Os Estudos de Segurança são supradisciplinares e têm por objeto a Segurança nas suas diversas dimensões, desde a individual à coletiva. Poder-se-á dizer que os Estudos de Segurança se constituem como uma área enquadrante dos Estudos Estratégicos sempre que esteja em equação a problemática da segurança do Estado por via da estratégia e aplicação da força nas suas diferentes formas. O argumento evocado permite-nos deduzir que existem outras áreas de estudo que se relacionam com os Estudos Estratégicos, designadamente: os Estudos da Guerra, os Estudos Militares, os Estudos de Terrorismo e os Estudos do Conflito, entre outras.

Em síntese, a Política “comanda” a Estratégia, cujas ações se realizam no quadro das relações entre entidades políticas do Sistema Internacional, isto é,

no quadro das relações internacionais. Os Estudos Estratégicos inserem-se na Ciência Política, nas Relações Internacionais, partilham espaço científico com os Estudos de Segurança e servem de enquadramento a outras áreas de estudo cujos conceitos primários e basilares são os da Estratégia e da Coação.

b. São relevantes para os Estados e para as FFAA?

Esta pergunta é pertinente na medida em que alguns acontecimentos da história recente questionam a validade e a identidade dos Estudos Estratégicos. A sua “crise de validade” deriva do facto de não ter sido capaz, por exemplo, de prever o fim do Bloco Soviético ou de prever o aumento da conflitualidade intraestatal para níveis de grande relevância para a segurança internacional. A sua “crise identitária” deriva em larga medida do empoderamento crescente de atores não-estatais na conflitualidade e nas relações internacionais; na diminuição dos conflitos existentes ou potenciais entre Estados; e na “perda de importância e prioridade” da Segurança Político-militar no quadro das políticas públicas dos Estados por via do alargamento do conceito de segurança.

Apesar de estas crises derivarem de factos inofismáveis, a realidade é que as dinâmicas políticas e estratégicas continuam sob o domínio dos Estados. A ordem mundial ainda é determinada pelos Estados. O Estado continua a ser o ator com relevância para manter ou alterar, direta ou indiretamente, a Segurança Internacional que, a par da Segurança Transnacional, não se consegue dissociar da Segurança Nacional. Continua a ser, por conseguinte, do maior interesse e importância aprofundar os conceitos da Estratégia, da Segurança Nacional e de como esta é preservada pela Defesa Nacional.

A Defesa Nacional é uma obrigação do Estado. É uma atividade, é um conjunto de ações integradas e sincronizadas dos diversos agentes estatais e, eventualmente, não-estatais, às escalas nacional e internacional, que visam mitigar ameaças e atingir objetivos para se alcançar a segurança nacional. As FFAA são um agente de Defesa Nacional, a que incumbe garantir a soberania e a independência nacional. Interessa, por isso, aos seus órgãos e aos seus quadros compreender o ambiente estratégico, definir e encetar ações que visem a sua preparação e emprego no quadro da missão estratégica que está atribuída.

Em resumo, os Estudos Estratégicos ainda são relevantes na medida em que o Sistema Internacional continua estado-cêntrico e por isso imperam, no seu âmago, questões de segurança nacional e de sobrevivência estatal, relacionadas com a conflitualidade e dependentes do uso da força, particularmente, da força militar.

Os temas que se seguem neste livro confirmam a importância dos Estudos Estratégicos, cujo desenvolvimento se fará à medida que forem sendo introduzidas novas problemáticas. A presente edição centra-se em problemáticas da estratégia contemporânea e das conflitualidades no espaço europeu.

2. A estratégia contemporânea e conflitualidades

A Estratégia tem sofrido uma metamorfose em algumas das dimensões do seu modelo (Fins, Métodos e Meios ou *Ends, Ways and Means*, na língua inglesa), em direção a novas formas de se definir, e alguns dos conflitos expressam já essas abordagens inovadoras, muitas vezes provocando surpresa nos menos avisados. Potenciados por outros tipos de ambientes, para além dos espaços tradicionais onde se têm desenrolado, os novos conflitos expressam-se para além da terra, do mar e do ar, atingindo novas esferas. O espaço para além da atmosfera e o ciberespaço têm assim vindo a ganhar relevância como novos teatros de guerra.

Mas ocorrem ainda transformações de outras naturezas nas condições em que se estabelecem as relações polémicas entre os Estados. A relação do cidadão com os objetivos estratégicos do Estado-nação a que pertence tem sido também objeto de transformação. Após a era dos exércitos de conscritos, feitos de cidadãos-soldados, as novas forças armadas recebem voluntários em busca de uma “profissão”, pelo menos durante algum tempo, que os realize pessoalmente. Esta dinâmica constitui um desafio enorme aos Estados que têm de desenvolver formas de manter e fortalecer os laços de lealdade patriótica com todos os seus cidadãos, que conforme define Carlos Henriques de Almeida mais à frente neste livro, são um “recurso estratégico do Estado”.

Os recursos humanos dos Estados e os seus vínculos afetivos e jurídicos são fundamentais à concretização das estratégias nacionais que dependem decisivamente da promoção de uma cultura de segurança e defesa no conjunto dos seus cidadãos, particularmente num tempo de mundialização crescente. Na realidade no mundo mais desenvolvido, de que Portugal faz parte, é relativamente fácil um cidadão ou grupo de cidadãos substituir a sua lealdade patriótica por uma outra lealdade de natureza motivacional, religiosa e/ou ideológica. O referido autor argumenta que a fórmula a adotar, no sentido de valorizar o cidadão enquanto recurso estratégico do Estado, poderá passar pela implementação de um modelo assente numa cidadania cada vez mais ativa e participada.

A par desta volatilidade de lealdades patrióticas desenrola-se, segundo Roldán Parra, uma “dessocialização” da guerra que coloca em equação a trindade de Clausewitz. Este autor argumenta que nos Estados pós-modernos a Revolução dos Assuntos Militares (RAM) promove o uso das novas tecnologias originando um novo paradigma no modo como as sociedades percebem a guerra. Sustenta que se assiste a uma separação entre a sociedade e as suas FFAA, instrumento estratégico de condução da guerra. Alega que a RAM poderá chegar a converter o conflito num espetáculo “virtual”, alienando ainda mais a escassa consciência de Defesa que têm hoje as sociedades ocidentais.

Esta alienação é merecedora de particular atenção e preocupação por parte dos Estados, porquanto proliferam novas tipologias de conflito em que os atores e ameaças hostis relevantes são de natureza não-estatal e transnacional. Os poderes de coação e de atração de algumas destas ameaças residem nas redes informacionais e noutras de natureza virtual, impercetíveis ao comum do cidadão e apelativas a todos aqueles que têm a sua identidade nacional fragilizada. Nesta conflitualidade contemporânea, diversa da tradicional, a vitória atinge-se quando são eliminadas as opções do adversário hostil no vasto leque de domínios do ambiente estratégico. A vitória militar conseguida através de uma sucessão de combates e/ou campanha decisiva pode não ser suficiente ou adequada para derrotar o adversário. Esta é a argumentação que Manuel Carvalho Mateus nos expõe. O autor defende que a nova conflitualidade exige aos Estados o emprego de vários instrumentos de poder e que existe maior dificuldade em definir os indicadores de avaliação de sucesso que materializam as condições da vitória, tornando extremamente complexo encontrar o mecanismo da mesma.

Podemos, também, extrapolar esta dificuldade para as designadas “guerras por procuração” (ou *proxy wars*, na língua inglesa), que segundo Simão da Costa de Sousa tendem a ganhar relevância estratégica no atual sistema internacional. Este autor refere que mesmo depois da estrutura bipolar do sistema internacional ter colapsado, em 1990, e de uma nova era de globalização despoletar uma revolução informacional que aumentou a relevância dos atores não-estatais, as guerras por procuração continuaram a ser um elemento recorrente na conflitualidade. O autor analisa a evolução desta forma de conflitualidade tendo em conta os atores em conflito, o objetivo estratégico e a modalidade de ação estratégica. Conclui que uma das suas tendências inovadoras é a substituição das antigas superpotências, do período da Guerra-fria, por: (1) Estados que possuem, isoladamente, interesse estratégico no conflito; (2) Organizações Internacionais; (3) Coligações de Estados que resultam de alianças formais ou de alinhamentos

políticos, económicos ou outros. Esta evolução deriva em certa medida da multipolaridade do atual sistema internacional e do empoderamento que as dinâmicas da globalização trouxeram aos atores estatais e não-estatais a que não é alheia a nova tipologia dos conflitos.

Apesar da importância crescente dos atores não-estatais, o sistema internacional continua estado-cêntrico pelo que as relações de conflito e o exercício do poder de coação resultante dessas relações são quase um exclusivo dos Estados. A segurança nacional dos Estados, nas suas diversas dimensões, gera ações estratégicas que visam atingir objetivos políticos e a proteção de interesses. A Europa no seu conjunto, a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) vivem momentos particularmente sensíveis neste domínio, com o conflito ucraniano e com a atual postura estratégica da Federação Russa.

Paulo Silva Carvalho apresenta uma reflexão sobre os impactos estratégicos do Escudo Antimíssil na Europa, sistema que veio em larga medida reacender os receios da Federação Russa relativos à segurança do seu território e provocar a quebra da estabilidade estratégica que se tinha vindo a verificar. A resposta da Rússia foi no sentido de aumentar as suas forças convencionais e de reiterar as evocações ao seu poder nuclear, tentando tornar mais credível a sua ameaça e tentando assim manter o seu poder de dissuasão. Refere o autor que o principal impacto estratégico da extensão do Sistema Antimíssil americano para a Europa foi levar a Rússia a voltar a fechar-se em termos de cooperação com a OTAN e a assumir novamente um papel dual na segurança europeia. Carvalho defende que o poder de coação do Kremlin assenta em boa medida no papel que as armas nucleares desempenham na negociação dos conflitos e que retirar estas armas da gestão dos conflitos internos do continente europeu significaria que a Rússia teria abdicado de grande parte do seu poder.

Esta perda de poder poderia representar um retorno a um mundo unipolar que a Rússia teme e não deseja, por lhe fazer reviver a desagregação da União Soviética e as consequências que daí resultaram. A queda do bloco soviético permitiu ao Ocidente, através da UE e da OTAN, atrair as ex-repúblicas para a sua esfera de influência. Esta atração foi sendo acentuada perante uma Federação Russa inoperante e incapaz de reagir. Tudo se tornou diferente no momento de atrair a Ucrânia. A Ucrânia é considerada pela Rússia como garante da sua integridade territorial. Adicionalmente, a Rússia detém na Ucrânia interesses económicos vitais, nomeadamente os relacionados com a exportação dos seus produtos energéticos. A Rússia encetou e continuará

a encetar as necessárias ações estratégicas que garantam a neutralidade da Ucrânia ou a sua aproximação aos interesses do Kremlin.

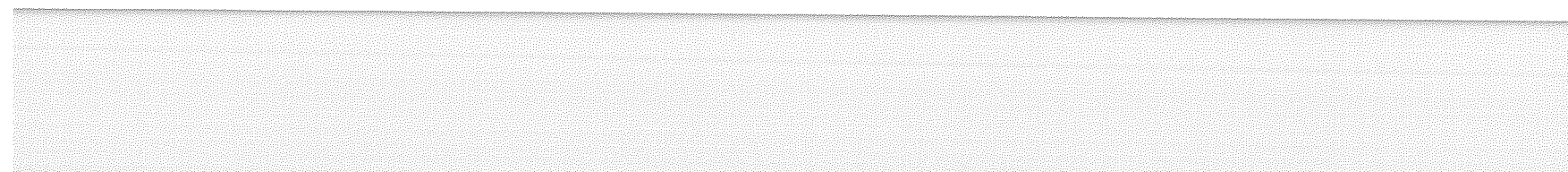
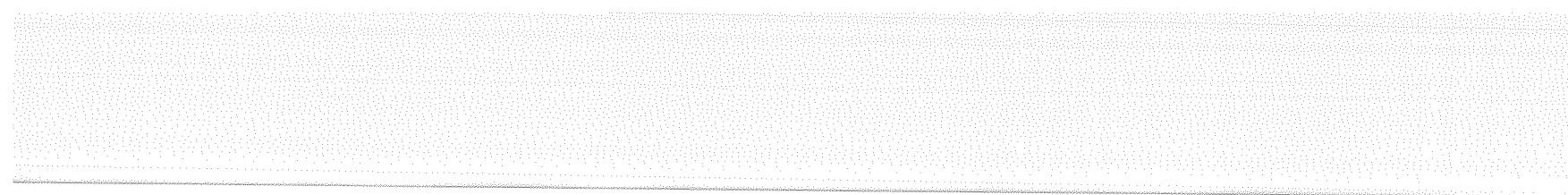
Nuno Larangeiro Neto apresenta-nos o significado estratégico do conflito ucraniano. Argumenta que a criação da União Euro-Asiática (UEA), uma mimetização da UE, permite à Rússia continuar a aspirar e ambicionar a hegemonia ao nível regional. A Ucrânia surge neste contexto como fator preponderante no sucesso das suas intenções. Refere que a integração da Ucrânia em estruturas ocidentais, tal como a UE e OTAN, representaria uma mudança na balança estratégica da Europa, acabando definitivamente com a restauração do poder russo no espaço outrora soviético.

O conflito ucraniano apresenta-se, assim, como um “instrumento” estratégico da segurança nacional russa. Duarte Heitor Caldeira apresenta esta temática e conclui que Rússia usou com oportunidade a instabilidade criada pela crise ucraniana para aumentar a sua segurança nacional, anexando a Crimeia e evitando a integração da Ucrânia na UE e futuramente na OTAN. Fortaleceu a sua imagem no contexto das relações internacionais, o que também contribui para o reforço da sua estabilidade interna. O conflito ucraniano assegurou alguma vantagem estratégica à Rússia, permitindo-lhe, no mínimo, travar uma relação de forças que lhe começava a ser claramente desfavorável. Arriscaríamos a afirmar que o conflito ucraniano garantiu surpresa estratégica à Rússia, facto que lhe é vital para se afirmar global e regionalmente.

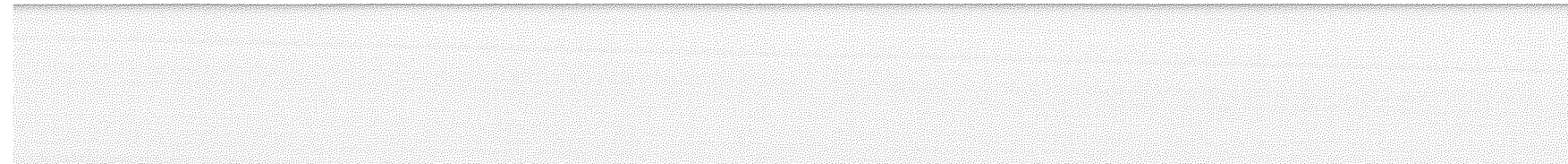
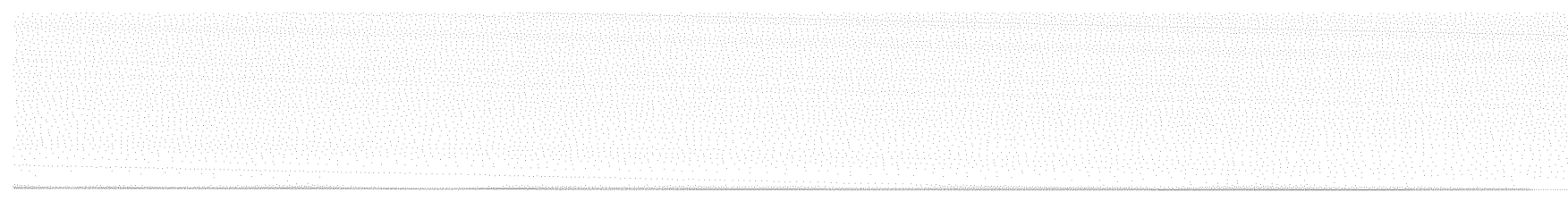
A anexação da Crimeia por parte da Federação Russa foi a ação de surpresa estratégica que garantiu alguma vantagem, essencial à consecução dos seus objetivos políticos. Paulo Neves Correia, que demonstra a lógica subjacente à importância estratégica da posse da Crimeia, sintetiza que essa importância deriva do facto de a região ampliar as capacidades de defesa aérea no seu flanco sul e permitir a presença e facilitar o acesso naval ao Mar Negro e ao Mar Mediterrâneo – uma componente vital do poder marítimo russo –, influenciando acontecimentos políticos, militares e económicos relevantes. As acessibilidades do seu poder naval aos diversos mares são de grande importância para os seus objetivos geopolíticos e geoestratégicos. A utilização das forças navais russas parece combinar os diversos conceitos de poder marítimo desde Mahan, passando por Corbett, Till e terminando em Tangredi. Este último autor define poder marítimo como uma combinação de capacidades para o comércio marítimo internacional e de capacidades de projeção de poder militar para o mar, com o fim de controlar zonas e o próprio mar e a partir do mar influenciar os acontecimentos em terra. A Rússia parece pôr em prática este conceito.

Mas se a presença do Estado Russo é inequívoca na Crimeia, já assim não acontece no restante território ucraniano, mesmo nas suas regiões orientais, onde se verificam agressões armadas. Jorge Figueiredo Marques apresenta a “tese” de que a Rússia tem colocado em prática a antiga *maskirovka* soviética. Diz o autor que a aplicação da *maskirovka* soviética, nos planos político, estratégico, operacional e tático, tem representado um elemento-chave da estratégia de decepção conduzida por Moscovo em manter plausível aos olhos da comunidade internacional a negação da agressão à Ucrânia em clara violação dos tratados internacionais. Sem esta “percepção” de não-agressão, as ligações político-económicas das quais a Rússia depende para alavancar a sua economia e a sua diplomacia poderiam entrar definitivamente em rutura. Por conseguinte, o envolvimento das forças russas tem sido deliberadamente “ofuscado” por esta estratégia de conduzir uma “guerra especial ou híbrida”, que visa confundir a comunidade internacional sobre as reais ações e intenções da Rússia em relação a esta região que faz parte da sua área de interesse estratégico. Marques conclui que a utilização estratégica da *maskirovka* tem contribuído para evitar uma resposta mais “musculada” e inequívoca da comunidade internacional face ao envolvimento russo na Ucrânia, fragilizando politicamente a UE e a OTAN e contribuindo, ainda, para o reforço do regime de Putin perante a opinião pública russa.

Julgamos que este conjunto introdutório de reflexões confirma a pertinência das investigações e justifica a sua importância no seio de um Instituto de Ensino Superior Militar que pretende ser uma referência nacional na produção e na disseminação de conhecimento nas áreas da Segurança e da Defesa e que tem por missão a preparação de quadros superiores das FFAA e da GNR para o exercício de funções de elevada responsabilidade nacional.



Parte I
Estratégia contemporânea



1. O Cidadão Enquanto Recurso Estratégico dos Estados

Carlos de Almeida
Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR
Aluno do CEMC 2014-2015
Lisboa, Portugal
kalos2003@gmail.com

Resumo

Os recursos humanos são cada vez mais um fator preponderante para qualquer organização, mormente para os Estados que os encaram como recursos estratégicos fundamentais.

O propósito do presente artigo é perceber, face ao contexto contemporâneo, de que forma pode ser valorizado o cidadão enquanto recurso estratégico do Estado. Para tal, optamos por circunscrever o estudo à realidade nacional, não deixando, contudo, de atentar na forma como outros países abordam as questões da segurança e defesa.

Em Portugal, nas duas últimas décadas, as forças armadas foram alvo de inúmeras e importantes alterações, sendo o fim do serviço militar obrigatório a mais relevante. Não obstante, o modelo de serviço militar em vigor cumpre cabalmente os seus objetivos. Todavia, a fórmula a adotar, no sentido de valorizar o cidadão enquanto recurso estratégico do Estado, poderá passar pela implementação de um modelo assente numa cidadania cada vez mais ativa e participada.

Palavras-chave: Cidadão, Recurso, Estratégico, Estado.

Abstract

Human resources are increasingly an important factor for any organization, especially for those States which regard them as key strategic resources.

The aim of this work is to realize, in a contemporary context, how states can valorise the citizens as a strategic resource. Therefore, we chose to limit our study to the Portuguese reality. However, we also concentrate on how other countries view the security issues.

In Portugal, in the last two decades, the armed forces have been altered and the most relevant change was the end of compulsory military service. Nevertheless, the military model is in compliance with its objectives. However, the formula to adopt, in order to enhance the citizens as a strategic state resource, may involve the implementation of a model based on a citizenship increasingly more active and participatory.

Keywords: Citizen, Resource, Strategic, State.

*“Une nation est le désir de vivre ensemble”
(Ernest Renan – 1823/1892)*

Introdução

Tidas como das organizações mais antigas do mundo, as instituições militares estão, naturalmente, imbuídas de uma cultura e valores muito próprios, não deixando de atribuir, todavia, valor primordial aos militares que as integram.

Os recursos humanos são cada vez mais um fator preponderante para qualquer organização, mormente para os Estados que os encaram como recursos estratégicos fundamentais. Desta forma, a estratégia nacional começa por concretizar-se através da fomentação de uma cultura de segurança e defesa centrada nos cidadãos. Esta aposta na qualificação dos recursos humanos deve ser mais evidente nos países que apresentam debilidade no que concerne aos recursos naturais disponíveis. Atualmente, no caso português, a modernização das instituições e dos vários setores da sociedade portuguesa passa, em grande medida, pela valorização do potencial associado aos recursos humanos. O próprio Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) (2013a, p. 45) enfatiza a necessidade de “valorizar o capital humano”, “promover, através

das instituições da educação e da segurança e defesa nacional, uma cultura de segurança e promover nos programas escolares os valores nacionais e a formação para um patriotismo democrático e cosmopolita”. É neste aspeto em particular que as Forças Armadas (FFAA) podem ter um papel preponderante.

Porém, para que se concretize este desiderato, há um longo caminho a percorrer, já que nem sempre as instituições e a sua razão de ser e de existir são bem compreendidas pela sociedade onde se inserem e materializam uma realidade muitas vezes incompreendida pela generalidade dos cidadãos. Com efeito, a instituição militar constitui o exemplo acabado do que se acaba de dizer. Não obstante, ainda é tida por muitos como o “último esteio da Pátria” (Loureiro dos Santos, 2012).

Na elaboração do presente artigo optamos por circunscrever o nosso estudo à realidade nacional portuguesa. Contudo, não deixamos de atentar à forma como outros países abordam a questão da segurança nas suas várias vertentes.

Para aprofundar o nosso conhecimento sobre esta temática, baseamo-nos numa metodologia qualitativa, recorrendo à consulta de diversas fontes bibliográficas escritas, como livros, artigos científicos e documentos da *internet*. Assim, começámos por formular uma pergunta de partida, à qual tentaremos dar resposta no final: face ao atual contexto contemporâneo, em que medida poderá ser valorizado o cidadão enquanto recurso estratégico dos Estados?

Na consecução deste objetivo, iniciamos por um enquadramento, designadamente no que concerne aos principais conceitos que são abordados no decorrer desta análise e que consideramos fundamentais para a compreensão da temática em apreço.

Numa segunda parte, abordamos as opções tomadas por dois países nórdicos, Suécia e Dinamarca, relativamente aos modelos de serviço militar em vigor e de que forma encaram as questões da defesa e segurança.

Seguidamente, analisamos o modelo de serviço militar nacional, a sua evolução ao longo dos anos, o que mudou e porquê, no sentido de perceber se, de facto, continua a cumprir os objetivos delineados e se ainda é o mais adequado face à realidade nacional e internacional.

Por último, tecemos algumas conclusões, tentando responder à pergunta de partida.

1. Enquadramento

a. Aproximação concetual

A região onde o território português está implantado goza de uma tranquilidade invejável. Não se vislumbra que a sua integridade possa ser alvo de ameaças clássicas diretas, os conflitos armados são uma hipótese remota e muito menos se verificam corridas aos armamentos (Rodrigues, 2010, p. 3). Todavia, está em curso um processo de transição em múltiplas dimensões a nível internacional e transnacional, onde coexistem fatores de instabilidade e conflitualidade, capazes de desencadear situações de risco que afetem, direta ou indiretamente, os interesses nacionais (Governo de Portugal, 2013a, p. 15). De entre estas ameaças de natureza global, o terrorismo e a criminalidade organizada estarão no topo da agenda das preocupações do Estado português. Os ataques terroristas em França fizeram soar o alarme securitário europeu e, sendo Portugal uma democracia ocidental, poderá ser alvo do terrorismo internacional. Por outro lado, “a posição geográfica de Portugal como fronteira exterior da União Europeia (UE) e o vasto espaço aéreo e marítimo sob sua jurisdição impõem-lhe particulares responsabilidades” (Governo de Portugal, 2013a).

Neste quadro, sendo Portugal um país de reduzida dimensão, de recursos limitados, não só em termos materiais, mas também em recursos humanos e com uma economia ainda a debater-se para sair da crise, deve ponderar cautelosamente a melhor forma de enfrentar os desafios e as ameaças à sua segurança e, neste contexto em particular, o que pretende das suas FFAA.

No n.º 1 do art.º 22.º, a Lei de Defesa Nacional (LDN) define FFAA como “a instituição nacional incumbida de assegurar a Defesa militar da República” (Lei de Defesa Nacional, 2014). Para o General Loureiro dos Santos (2012, p. 18), as FFAA situam-se “no contexto do conjunto das instituições, organizações, cidadãos e respetivos saberes, sentimentos e comportamentos que consubstanciam os fatores do potencial estratégico”. Refere ainda que as FFAA têm como finalidade afirmar o poder nacional, constituindo-se como vetor de ação do Estado que funde o fator militar do potencial estratégico, em conjugação com os restantes vetores. Portanto, as FFAA têm como missão primordial garantir a segurança do país, designadamente da sua população e respetivas áreas de soberania, e assegurar a defesa dos interesses nacionais contra ameaças, quando se imponha o recurso a meios físicos de coação com um nível de intensidade acentuado.

Todavia, para além do objetivo segurança, as FFAA podem ainda concorrer, através dos seus recursos e estruturas, no âmbito do conceito de

duplo uso, para garantir o bem-estar dos cidadãos, que inclui não apenas a sua sobrevivência, mas também o seu progresso material e moral. É neste ponto, em particular, que ultimamente se tem levantado alguma celeuma, nomeadamente no que respeita ao significado e alcance dos conceitos de defesa e segurança.

Sem querer enveredar pelo caminho da polémica, a Constituição da República Portuguesa (CRP), dedica o seu art.º 273.º n.º 2 à questão da defesa nacional, à qual se refere do seguinte modo: “A defesa nacional tem como objetivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (Constituição da República Portuguesa, s.d.).

Porém, o CEDN refere-se não só à defesa, mas também aos “aspectos fundamentais da estratégia global a adotar pelo Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional” (Governo de Portugal, 2013a). Nesta linha, o General Loureiro dos Santos (2012, p. 20) argumenta que a terminologia constitucional e demais legislação estão desatualizadas, uma vez que quando mencionam defesa nacional deveriam querer referir-se a segurança nacional. De resto, Portugal é dos poucos países ocidentais que ainda não alterou o seu edifício legislativo relativo a esta questão, atualizando-o a fim de concordar com a terminologia da UE e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Nesta corrente de pensamento, há autores que advogam a adoção do conceito de segurança nacional, que permite a integração de sinergias num conceito mais lato.

De facto, o fim da Guerra Fria e a emergência de um novo tipo de ameaças à segurança dos Estados alterou profundamente o ambiente internacional, tornando a linha divisória entre as dimensões interna e externa das ameaças e da segurança muito ténue. Com os ataques terroristas às torres gémeas, a separação entre estes dois domínios tornou-se meramente artificial (Lopes, 2006, p. 7).

Um outro conceito que nos parece fundamental clarificar e ao qual nos referimos anteriormente é o de potencial estratégico. Assim, nas palavras do General Loureiro dos Santos, potencial estratégico (2012, p. 15) é “o conjunto de meios, materiais e imateriais, numa dupla componente (recursos e estruturas organizativas) à disposição da sociedade nacional (Estado e sociedade civil), tendo em vista o poder nacional”, como garante dos interesses do Estado. Com efeito, para o presente artigo, mais do que os recursos tangíveis do potencial estratégico, interessa-nos fundamentalmente os recursos intangíveis. Enquanto

os primeiros são facilmente mensuráveis (forças militares, equipamentos e poder financeiro), os segundos não são tão fáceis de quantificar (coesão nacional, patriotismo). Recordamos que o foco do nosso estudo é o cidadão enquanto recurso estratégico e, de facto, só será um recurso estratégico se a comunidade em que se insere comungar de um sentimento nacional ou espírito patriótico, partilhar os mesmos valores, na procura de um destino comum, assente na solidariedade social e valores morais. É, portanto aqui que radicam as forças morais ou intangíveis a que se refere o General Cabral Couto (1988, p. 1) e que “exprimem valores abstratos, entre os quais figuram a capacidade de organização e de realização, a qualidade dos chefes civis ou militares, o patriotismo, a capacidade de sacrifício e de adaptação a situações novas, a consciência que a população e o seu governo têm das possibilidades das suas forças materiais”.

b. O Serviço Militar enquanto direito e dever de cidadania

Anteriormente já apontámos o direito e o dever constitucional fundamental que todos os portugueses têm de defender a sua Pátria. Com efeito, apesar de constitucionalmente consagrado, este direito e este dever não estarão hoje nas prioridades da maioria dos portugueses. A perda de valores, e a identificação que a generalidade dos cidadãos deveria sentir em relação às suas obrigações para com a Nação tem, nos últimos tempos, vindo a degradar-se. Ainda assim, todos os cidadãos têm o direito de exigir a sua participação nas tarefas de defesa, de acordo com as suas aptidões (Morais, et al., 2000, p. 57).

Por outro lado, enquanto dever, constitui um imperativo fundamental, e como tal, todos estão obrigados a participar no esforço de conservação do Estado em todos os seus elementos. A própria LDN consagra como direito e dever de cada português a passagem à resistência, ativa e passiva, nas áreas do território nacional ocupadas por forças estrangeiras (Lei de Defesa Nacional, 2014).

Idealmente, a preservação e a defesa dos interesses nacionais não precisariam de estar estatuídos de forma imperativa na lei. Idealmente, os cidadãos, imbuídos de forte sentimento de comunidade, aderiam voluntariamente a participar ativamente e solidariamente na prossecução e defesa dos valores fundamentais e dos interesses nacionais.

c. Os valores fundamentais e os interesses nacionais

A Constituição e a LDN definem quais os valores e os interesses nacionais, e decorrem dos acordos internacionais assumidos pelo Estado, como a Carta das Nações Unidas, o Tratado do Atlântico Norte e os tratados da UE.

Os valores fundamentais para Portugal são os seguintes: “a independência nacional, o primado do interesse nacional, a defesa dos princípios da democracia portuguesa, bem como dos direitos humanos e do direito internacional, o empenhamento na defesa da estabilidade e da segurança europeia, atlântica e internacional” (Governo de Portugal, 2013a).

Quanto aos interesses de Portugal, foram estabelecidos os seguintes: afirmar a sua presença no mundo, consolidar a sua inserção numa sólida rede de alianças, defender a afirmação e a credibilidade externa do Estado, valorizar as comunidades portuguesas e contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional” (Governo de Portugal, 2013a).

Da análise dos valores fundamentais e dos interesses de Portugal, podemos concluir que as FFAA têm participação direta ou indireta em todos eles o que é sintomático do papel fundamental que a instituição militar desempenha.

2. Modelos de Serviço Militar nos países nórdicos

Mesmo entre os Estados europeus, o modo como é encarada a questão da segurança ou da defesa ou das formas de recrutamento e prestação do serviço militar varia bastante. Assim, considerámos que seria importante analisar dois países, cujos modelos fossem diferentes do modelo português mas com dimensão demográfica e situação em termos de ameaças à sua segurança e interesses estratégicos¹ aproximados aos de Portugal. Face a estes critérios, optamos por abordar de forma muitíssimo epidérmica os casos sueco e dinamarquês. Para além destes aspetos, é importante referir que, atendendo a que integram o grupo de países com índices de desenvolvimento humano mais elevados, ficamos na expectativa que nos revelassem algo inovador. Vejamos então.

a. Suécia

Em termos estratégico-militares e de acordo com as resoluções do Governo, a missão primária das FFAA suecas consiste em detetar e repelir violações do território sueco. Para além destas, tem ainda à sua responsabilidade outras missões importantes, que incluem a salvaguarda das

¹ Apesar dos interesses estratégicos destes dois Estados apresentarem bastantes pontos em comum com os de Portugal, os seus espaços de interesse estratégico são diversos. Assim, no caso da Suécia, a sua atenção concentra-se atualmente quase exclusivamente no Báltico, mormente devido ao conflito que opõe a Rússia e a Ucrânia (The Atlantic, 2014). Quanto à Dinamarca, os documentos oficiais revelam uma grande preocupação com o Ártico, desde que as alterações climáticas permitiram o aumento da exploração de recursos naturais naquele continente (Danish Government, 2012).

várias funções sociais e o apoio à sociedade, designadamente, em tempos de crise ou catástrofes naturais. No plano externo, as FFAA da Suécia participam em missões de manutenção de paz, e de apoio humanitário (forsvarsmakten.se, 2015).

Nos últimos dez anos, o Governo sueco tem implementado uma redução das capacidades das suas FFAA, por considerar que a avaliação do risco em relação a um possível ataque armado contra a Suécia é muito pequena. No entanto, continua a considerar que as forças militares desempenham um papel preponderante no sistema de resposta a crises ou incidentes e, a longo prazo, a ameaça de um ataque militar jamais poderá ser completamente descartada (forsvarsmakten.se, 2015).

Até 2010, a organização das FFAA suecas baseava-se essencialmente nos quadros permanentes, sem que se pudessem considerar totalmente profissionais, uma vez que a conscrição constituía a forma de recrutamento em vigor. Entretanto, o sistema de conscrição vinha sendo vivamente debatido, na perspetiva da sua abolição e consequente profissionalização das FFAA. Hoje, o profissionalismo é uma realidade consolidada nas FFAA suecas e no seu *site* oficial fazem alusão a algumas das vantagens da adoção deste modelo, designadamente que potencia duplamente um sentimento de confiança, quer na vertente interna quer externamente. Para além deste aspeto, salientam a melhoria das suas capacidades e competências profissionais e os altos níveis qualitativos que atingiram depois da profissionalização. Assim, o recrutamento na base do voluntariado permite aos militares suecos fazer mais e melhor (forsvarsmakten.se, 2015).

Apesar das profundas alterações, manteve-se uma “figura” que vinha do passado, a *Home Guard* (HG). Sendo a maior força territorial, a HG faz parte das FFAA suecas e encerra um conceito curioso. É constituída por voluntários recrutados no seio das comunidades locais, que na sua maioria são ex-militares. Constitui a base de proteção da Suécia e inclui pessoal especialista em várias áreas como paramédicos, enfermeiros motociclistas e condutores de cães. Pode ser empenhada e operar num largo espetro de tipos de operações, desde o apoio civil de emergência em tempo de paz, até ao combate armado em caso de guerra (forsvarsmakten.se, 2015).

b. Dinamarca

As missões internacionais constituem hoje o foco do Exército dinamarquês que, pela sua experiência, conhecimento e maior facilidade

de aceitação (imagem não agressiva), lhe têm trazido vantagens e novas oportunidades de prossecução de uma política externa proactiva (Rodrigues, 2013). Por outro lado, a defesa do território dinamarquês contra um invasor deixou de ser prioridade, uma vez que nenhum dos seus vizinhos constitui uma ameaça para a Dinamarca.

O modelo de serviço militar na Dinamarca baseia-se fundamentalmente no voluntariado, recorrendo também à conscrição² como importante fonte de recrutamento, considerando-se, pois, um sistema misto. O objetivo do recrutamento é assegurar uma força de reserva para fazer face a situações de emergência civil, como por exemplo um desastre natural ou um ataque terrorista (forsvaret.dk, 2011).

Estes recrutas recebem treino de combate armado, bem como combate a incêndios, resgate e salvamento com formação em primeiros socorros. Depois de completar o serviço obrigatório, os recrutas podem optar por passar à disponibilidade ou manter-se ao serviço, condicionado pelo número de vagas. Para a maioria, o serviço prolonga-se por quatro meses de treino básico. Durante o último mês, os recrutas que pretendem continuar são preparados para integrar forças de reação. Da mesma forma, durante o último mês de treino básico para aqueles que não desejam continuar a servir nas FFAA, a formação é adaptada para o desempenho de tarefas relacionadas com o sistema nacional de crise e prevenção de catástrofes, integrando a reserva de conscrição de “*Total Defense*”³ (forsvaret.dk, 2011).

Até este momento, não conseguimos identificar pontos coincidentes entre o modelo dinamarquês e o modelo sueco. No entanto, como já vimos no caso sueco, também a Dinamarca implementou o conceito de HG. Esta é composta por cidadãos de ambos os sexos, a partir dos dezoito anos, assente no voluntariado não remunerado. Considerada como uma espécie de quarto ramo, compete-lhe apoiar as FFAA em tarefas básicas de segurança, mas também integrar operações de baixa intensidade e grau de exigência. Para Rodrigues (2013, p. 5), este é um conceito deveras interessante que revela bem

² Em 2015 a Dinamarca será o primeiro país da NATO a introduzir a conscrição feminina (Norwegian Armed Forces, 2014).

³ “A Dinamarca usa o conceito de “*Total Defense*” que assenta na ideia de que uma defesa credível não pode ser vista como um assunto militar isolado; implica a coordenação do emprego de todos os recursos da Nação tendo em vista prevenir a guerra, defender o país e proteger a população. O conceito vem do tempo da Guerra Fria, mas o seu foco alterou-se a partir do seu fim. Passou a cobrir tanto atos de guerra como acidentes e catástrofes, deixando de fazer distinções entre guerra e paz. Hoje, o seu âmbito não se limita ao exercício do poder do Estado e proteção do território; abrange a preservação do funcionamento da sociedade, as suas estruturas, liberdades e valores” (Rodrigues, 2013).

a idiosincrasia dos povos nórdicos e que dificilmente poderá ser replicável em Portugal. Será?

3. O Serviço Militar em Portugal

a. Breve historial

Face às limitações impostas, em termos de extensão, para a elaboração do presente texto, optamos somente por traçar, de forma breve, o percurso da relação entre o texto constitucional e o serviço militar, até à última grande alteração em consequência da quarta revisão constitucional, na sequência da qual se transitou do sistema de conscrição para um novo regime de prestação de serviço militar, baseado, em tempo de paz, no voluntariado. Todavia, pode afirmar-se que em Portugal o serviço militar obrigatório tem grandes tradições. Ao longo dos oito séculos de nacionalidade, foi quase sempre o modelo em vigor (Barrento, s.d., p. 122).

Neste contexto, já a Constituição de 1822 aludia ao dever da defesa da Pátria quando referia que “[t]odo o português deve ser justo. Os seus principais deveres são venerar a Religião; amar a pátria; defendê-la com armas, quando for chamado pela lei”. Outros textos constitucionais subsequentes, designadamente a Constituição de 1826 e a de 1838, estatuíam a obrigação ou o dever de todos os portugueses pegarem em armas para defenderem os valores que naquele período eram considerados fundamentais, tais como a Constituição do Estado, a independência e a integridade do Reino (Morais, et al., 2000, p. 259).

Com o advento da República, a obrigatoriedade da prestação do serviço militar obrigatório manteve-se, sendo que a Constituição Política de 1933 impunha um carácter obrigatório à prestação do serviço militar, com a particularidade curiosa de que o seu cumprimento constituía condição obrigatória para aceder a um emprego do Estado (Morais, et al., 2000, p. 259).

A atual CRP manteve o serviço militar obrigatório e introduziu a novidade da figura da objeção de consciência, tal como a versão de 1982, que se diferenciava da anterior, porque os objetores de consciência ficavam totalmente isentos do cumprimento do serviço militar, independentemente da sua natureza armada ou não armada. Em 1989, a revisão constitucional não introduziu alterações significativas, ao contrário da revisão de 1997, que eliminou da letra da Constituição a prestação do serviço militar obrigatório. Ao proclamar o fim do serviço militar obrigatório, quebrou-se, por um lado, uma tradição histórica que remontava ao constitucionalismo vintista, por

outro, uma tradição militar, que teve a sua génese com a noção medieval de “Nação em Armas” (Morais, et al., 2000, p. 261).

b. Fundamentos para alteração

Nas duas últimas décadas as FFAA foram alvo de inúmeras e importantes alterações e registou-se uma evolução na forma de pensar a defesa. Portugal tem hoje umas FFAA diferentes e, acima de tudo, aptas a integrar sem limitações ou dificuldades forças multinacionais. Mas Rodrigues (2010, p. 1) não tem grandes dúvidas ao referir que a reforma mais importante foi, sem dúvida, o fim do serviço militar obrigatório, em 2004, sem que esta decisão governamental tenha reunido consenso, tendo ficado por esclarecer cabalmente as implicações financeiras inerentes à profissionalização.

O período que antecedeu esta transição foi amplamente debatido no seio da sociedade portuguesa, tendo sido levantada a questão de que umas FFAA profissionais ficariam bastante mais caras do que recorrendo ao modelo de conscrição. Para além deste aspeto, puramente materialista, estava também subjacente a esta mudança um prejuízo social, uma vez que impedia que parte substancial dos jovens cidadãos contactasse com os valores inerentes ao cumprimento do serviço militar, tais como o sentido da disciplina e da necessidade de autoridade, espírito de sacrifício e de serviço público, entre outros (Loureiro dos Santos, 2012, p. 64). Não obstante, como sublinha Moraes (2000, p. 265), os efeitos da desinstitucionalização da prestação do serviço militar obrigatório ainda não foram objeto de uma análise profunda por parte da doutrina.

De qualquer forma, a opção por determinado modelo de serviço militar é tomada de acordo com uma conjuntura específica. Assim, como explica Barrento (s.d.), a opção pelo serviço militar obrigatório ou FFAA de contingente surge nas seguintes situações: as motivações são muito fortes, as ameaças são volumosas e facilmente perceptíveis, o valor do que se defende é evidente e fundamental, é fácil mobilizar e instruir grandes contingentes e a ação militar goza do apoio declarado e generalizado da população.

Pelo contrário, aquele autor refere que o serviço militar voluntário e as FFAA profissionais são opção quando é menos relevante ou dificilmente perceptível o valor do que se defende, quando as ameaças são menos óbvias, mais limitadas ou demasiado sofisticadas, quando se trata de intervenções fora do território nacional, quando é exigida mais qualidade em virtude dos recursos e da tecnologia, ou quando o elevado estado de prontidão das

forças é um fator fundamental e a ação militar tem menos apoio da opinião pública.

Todavia, os fatores que podem estar na base da escolha de um modelo em detrimento de outro não se esgotam nestes que acima ficaram elencados. A lista que apresentamos não é exaustiva e decorre somente das tendências doutrinárias, podendo coexistir com outros fatores que presidam à escolha de um modelo.

A opção por este modelo ficou consagrado na Lei do Serviço Militar (LSM) (Ministério da Defesa Nacional, 2000), aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, referindo o seu preâmbulo quais os motivos fundamentais para que se tenha introduzido esta profunda alteração no que concerne ao modelo de serviço militar nacional. Com efeito, as razões aduzidas prendiam-se com as mudanças “políticas e estratégicas provocadas pelos múltiplos riscos, ameaças e incertezas na cena internacional que constituem o referencial da defesa nacional”. Por outro lado, era necessário implementar um sistema que garantisse recursos humanos qualificados e disponíveis e com efetiva capacidade de empenho do potencial militar, não só em defesa do país, mais também em missões de prevenção de conflitos ou de gestão e resolução de crises, em obediência aos princípios de solidariedade e aos objetivos da política externa portuguesa no âmbito multilateral.

Face a esta intenção do Estado português, o modelo em vigor que assentava na conscrição, como já vimos, não preenchia os requisitos necessários para que fosse considerado o mais adequado ao contexto internacional de então. De resto, também se tenta justificar esta opção estabelecendo um paralelo com a maioria dos Estados membros da UE. Assim, caminhou-se no sentido da profissionalização do serviço militar, recorrendo, em tempo de paz aos cidadãos que voluntariamente prestem serviço militar por um período de tempo limitado.

Desta forma, as modalidades de serviço efetivo nos quadros permanentes, nos regimes de voluntariado e de contrato foram consagrados pela LSM. Não obstante, manteve-se a possibilidade da convocação e mobilização, que tinha como propósito garantir as necessidades mínimas das FFAA ou para os casos em que a prossecução dos objetivos permanentes da política de defesa nacional pudesse ser comprometida.

A publicação desta lei deu início a um período de transição de quatro anos até à eliminação definitiva do serviço efetivo normal, para dar lugar a um regime de recrutamento contínuo de voluntários baseado num modelo centralizado ao nível do planeamento, direção e coordenação. Esta lei prevê

ainda a existência de um sistema de incentivos com vista ao fomento ao voluntariado, designadamente apoio para formação e certificação profissional, compensações financeiras e materiais, apoio à inserção ou reinserção no mercado de trabalho e apoio social (Ministério da Defesa Nacional, 2000).

c. O atual modelo de Serviço Militar

A LDN determina no seu art.º 36.º, n.º 2, que a prestação de serviço militar é um dever cívico regulado por lei, que fixa as respetivas forma, natureza, duração e conteúdo. Por outro lado, refere no seu n.º 3 que, em tempo de paz, o serviço militar se baseia no voluntariado (Lei de Defesa Nacional, 2014). Mas refere ainda, nos termos do art.º 38.º, n.º 1, que “o Estado pode mobilizar os cidadãos para a defesa nacional”. Ora, esta mobilização só se justificará quando os interesses de Portugal estiverem em causa, alvo de uma qualquer ameaça ou ataque efetivo.

Nos países democráticos, a perceção que a opinião pública tem sobre as FFAA, a sua utilidade, quanto custam ao país, os valores que representam, a possibilidade de contribuírem para o bem-estar da comunidade são muito importantes e permanentemente alvo de escrutínio. A atual conjuntura e a ausência de uma ameaça externa perfeitamente definida aumentam a necessidade de justificação da existência das FFAA. Neste sentido, é importante “melhorar a comunicação estratégica das FFAA para permitir a compreensão por parte da sociedade dos interesses estratégicos nacionais e das ameaças e oportunidades que se lhes colocam” e, por outro, “promover junto dos cidadãos o conhecimento e a utilidade da organização militar e dos restantes instrumentos ao dispor da estratégia de segurança e defesa nacional” (Governo de Portugal, 2013, p. 43).

Com efeito, acompanhamos o General Loureiro dos Santos (2012, p. 112), quando refere que é importante implementar um sistema que propicie a passagem de uma boa parte da população pelas fileiras. De facto, têm sido implementadas várias iniciativas pedagógicas no sentido de dar a conhecer, principalmente aos mais jovens, as FFAA e o meio militar. Para além das atividades de divulgação como o Dia da Defesa Nacional, têm sido realizados cursos no âmbito da segurança militar e da defesa militar⁴, visando dar a conhecer e a compreender a importância e o papel das FFAA. Mais

⁴ Curso de Auditores de Defesa Nacional e Curso de Defesa Nacional para Jovens para além da profusão de cursos universitários neste âmbito e que concorrem para um conhecimento mais profundo desta temática (Loureiro dos Santos, 2012, p. 112).

recentemente foi desenvolvido o projeto Educação para a Cidadania que, para além de outras temáticas, pretende incluir no currículo escolar a dimensão da educação para a defesa e a segurança/educação para a paz (Governo de Portugal, 2013b). De resto, o próprio CEDN refere-se à necessidade de fomentar o envolvimento da sociedade nos assuntos da segurança e defesa nacional enquanto responsabilidade essencial do Estado, mas também da sociedade e dos cidadãos (Governo de Portugal, 2013a).

Por outro lado, na esteira do que refere aquele autor, estas medidas não se têm revelado suficientes. Assim, propõe a criação de um Serviço Cívico Nacional, em que os jovens, na transição entre o ensino secundário e o universitário, fariam uma passagem brevíssima pelas FFAA, após o que, seriam distribuídos pelos vários organismos responsáveis pelas atividades ligadas ao interesse público, designadamente FFAA, Forças de Segurança, Serviço de Proteção Civil, atividades de salvaguarda do património histórico e do ambiente, serviços de saúde, serviços de apoio social, instituições de solidariedade social, etc. (Loureiro dos Santos, 2012, p. 115).

Mas também neste domínio o paradigma esta a mudar. Os portugueses começam cada vez mais a desenvolver uma consciência cívica ao nível dos países do norte da Europa. Vejamos um exemplo inédito em Portugal, que poderá constituir o embrião e até mesmo ter um efeito de contágio para alargar a participação dos cidadãos a outras atividades ligadas a salvaguarda dos interesses do Estado.

d. As bases para um modelo diferente?

De há uns anos a esta parte, a Guarda Nacional Republicana (GNR) constatou que cada vez mais equipas cinotécnicas civis participavam voluntariamente em operações de buscas de pessoas desaparecidas. Contudo, estas equipas surgiam de forma inopinada e desenvolviam a sua atividade de modo aleatório, sem qualquer tipo de coordenação com a entidade que dirigia as operações. Por outro lado, era impossível aferir as suas reais capacidades e qualidades técnicas, comprometendo muitas das vezes a sua empregabilidade, a eficácia operacional e a integridade física dos elementos destas equipas.

Neste contexto, aproveitando a mais-valia que estas equipas poderão constituir, considerou-se crucial dotá-las com uma qualificação especializada e adequada face às exigências destas ações, permitindo que possam desenvolver a sua atividade em articulação com os meios das entidades oficiais. Assim, a GNR, através do Grupo de Intervenção Cinotécnico (GIC), desenvolveu um

conceito que consiste na constituição de uma bolsa de voluntários cinotécnicos civis de busca e salvamento. Para isso, os candidatos terão de se submeter às provas de acesso e caso obtenham sucesso serão integrados numa base de dados, podendo a qualquer momento ser convocados pelo GIC para reforçar operações de busca na área de jurisdição da GNR. Estarão ainda disponíveis para reforçar os meios de outras entidades, caso estas entendam recorrer ao seu emprego.

Ao apresentar este exemplo, não temos a veleidade ou arrogância de afirmar que o conceito HG é passível de ser implementado em Portugal ou que os modelos de serviço militar sueco ou dinamarquês constituem o melhor modelo para o nosso país. Bem sabemos que vivemos realidades distintas. No entanto, consideramos que poderão ser estes os primeiros passos a percorrer de um longo caminho, no sentido de consolidar a ligação institucional à sociedade civil, não esquecendo que a segurança, sendo em primeira linha uma responsabilidade coletiva assumida pelo Estado, é igualmente um direito e um dever de cada cidadão, seu destinatário e beneficiário (Lopes, 2006, p. 4).

Conclusões

O propósito do presente artigo é perceber, face ao contexto contemporâneo, de que forma se pode valorizar o cidadão enquanto recurso estratégico. Vimos que, atualmente, a região onde o território português se insere não está particularmente suscetível a ameaças clássicas diretas e os conflitos armados, não esquecendo que, ao nível internacional, coexistem fatores de instabilidade e conflitualidade, capazes de desencadear situações de risco, que afetem, direta ou indiretamente, os interesses nacionais.

Os valores e os interesses nacionais estão definidos na Constituição, bem como o serviço militar enquanto direito e dever de cidadania. Apesar de consagrado em lei, a participação ativa dos cidadãos em prol da comunidade deveria resultar, fundamentalmente, de um profundo sentimento de identidade e coesão nacional.

Nas duas últimas décadas, as FFAA foram alvo de inúmeras e importantes alterações, sendo o fim do serviço militar obrigatório, em 2004, a mais relevante. Este ciclo ininterrupto de quase 200 anos em que vigorou o serviço militar obrigatório foi interrompido, dando lugar à profissionalização das FFAA portuguesas.

Hoje este modelo está perfeitamente consolidado e segue as tendências da maioria dos países europeus. No entanto, existem países como a Dinamarca

que continuam a apostar na conscrição, mas apostam sobretudo nos seus cidadãos enquanto recurso estratégico em prol da defesa dos interesses daquele país.

Em Portugal, por agora, o modelo de serviço militar em vigor parece cumprir cabalmente os objetivos, dotando as FFAA de recursos humanos em quantidade suficiente e, fundamentalmente, em qualidade. Todavia, um novo paradigma parece emergir e, nos próximos anos, poderemos caminhar para um modelo assente numa cidadania cada vez mais ativa e participada que é, aliás, uma das intenções plasmadas nos diversos documentos oficiais consultados para a elaboração do presente artigo. Será, portanto, esta a fórmula a adotar no sentido de valorizar o cidadão enquanto recurso estratégico dos Estados, respondendo assim à pergunta de partida.

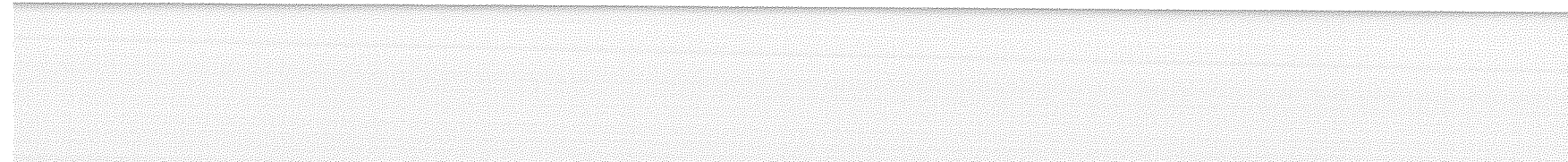
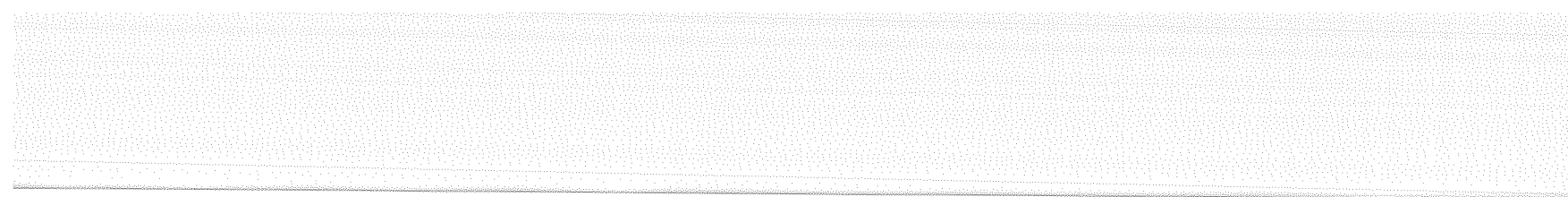
E se, depois de tudo o que ficou dito, permanece alguma dúvida quanto à importância estratégica do cidadão enquanto recurso estratégico para os Estados, gostaríamos de terminar com uma frase retirada do *site* das FFAA dinamarquesas⁵: “Os militares das Forças Armadas estão habilitados com uma ampla gama de qualificações e são o seu recurso mais importante” (forsvaret.dk, 2011).

Referências bibliográficas

- Barrento, A. E. Q. M., s.d. *O Serviço Militar Face às Doutrinas Estratégicas*. Nação e Defesa, pp. 105-124.
- Constituição da República Portuguesa, s.d. www.fd.uc.pt. [Em linha] Disponível em: http://www.fd.uc.pt/CJ/CEE/OI/Constituicao_Portuguesa.htm [Consult. 20 jan 2015].
- Couto, A. C., 1988. *Elemento de Estratégia - Apointamentos para um Curso - Vol I*. Lisboa: s.n.
- Danish Government, 2012. *Danish Defence Agreement 2013-2017*. Copenhagen: s.n. forsvarsmakten.se/, 2015. [www.forsvarsmakten.se/en/our-organisation/our-forces/the-home-guard-with-the-national-security-forces/](http://forsvarsmakten.se/en/our-organisation/our-forces/the-home-guard-with-the-national-security-forces/)[Consult. 08 jan 2015].
- Governo de Portugal, 2013a. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: s.n.

⁵ “The personnel of the Armed Forces have a wide range of qualifications and is the organization’s most important resource” (forsvaret.dk, 2011).

- Governo de Portugal, 2013b. *www.dgic.min-edu.pt*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.dgic.min-edu.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=71>. [Consult. 18 fev 2015].
- Lei de Defesa Nacional, 2014. *Lei de Defesa Nacional*. Lisboa: Assembleia da República.
- Lopes, A. J. d. F., 2006. *Segurança e Cidadania - Conceitos e Políticas*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Loureiro dos Santos, J., 2012. *Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: Relógio d'água editores.
- Ministério da Defesa Nacional, 2000. *Lei do Serviço Militar*. Lisboa: Assembleia da República.
- Morais, C. B. d., Araújo, A. & Leitão, A., 2000. *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*. Lisboa: Cosmos.
- Norwegian Armed Forces, 2014. *Norwegian Armed Forces*. [Em linha]. Disponível em: <http://mil.no/organisation/personnel/women/Pages/default.aspx> [Consult. 8 jan 2015].
- Rodrigues, A. R., 2010. *Forças Armadas - Uma Estratégia de Mudança*. [Em linha]. Disponível em: http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/For%C3%A7as%20Armadas%20Uma%20estrat%C3%A9gia%20de%20mudan%C3%A7a.pdf [Consult. 8 mai 2015].
- Rodrigues, A. R., 2013. *A Defesa nas pequenas potências. O caso da Dinamarca*. Jornal de Defesa e Relações Internacionais. [Em linha]. Disponível em: http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/paises_da_ue/JDRI%20038%20080313%20defesa%20pequenas%20potencias.pdf. [Consult. 7 mar 2015].
- The Atlantic, 2014. *The Atlantic*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/international/archive/2014/03/after-crimea-sweden-flirts-with-joining-nato/284362/> [Consult. 18 fev 2015].



2. O Recurso às Tecnologias de Dessocialização da Guerra

Rafael Roldán Parra
Major da Guardia Civil de Espanha
Aluno do CEMC 2014-15
Lisboa, Portugal
rroldanparra@guardiacivil.es

Resumo

A Revolução dos Assuntos Militares, fruto do uso das novas tecnologias no âmbito militar pelos Estados pós-modernos, originou num novo paradigma no modo como as sociedades percebem a Guerra. Para trás ficou o conceito de cidadão-soldado de Clausewitz, dando lugar a um novo militar “profissional e especialista”, que resultou na separação entre a Sociedade e as Forças Armadas.

Estas novas tecnologias apresentam ainda novos desafios aos Estados, sejam a sua perda de poder como ator principal ou a aversão da respetiva sociedade às baixas em combate. Estes desafios levam os Estados a desenvolver novas estratégias, como a de minimizar o conceito *boots on the ground*.

Palavras-chave: Revolução dos Assuntos Militares, Dessocialização, Guerra.

Abstract

The Revolution in Military Affairs, due to the use of new technologies in the military by post-modern States, originated a new paradigm in the way societies perceive War. The concept of Clausewitz’s Citizen-Soldier was left behind, making

way to a new “professional and expert” military, that resulted in the separation of Society from the Armed Forces.

These new technologies also present new challenges to States, such as the loss of power as the main actor or the aversion of their society to combat casualties. These challenges lead States to develop new strategies, such as minimizing the boots on the ground concept.

Keywords: *Revolution in Military Affairs, Desocialization, War.*

“Devemos manter as mentes alertas e receptivas quanto ao uso de métodos e armas desconhecidas.”

General Douglas A. MacArthur

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto da crescente utilização de tecnologias de dessocialização da guerra na gestão política e estratégica da conflitualidade. Desta forma, apresenta como questão central: quais as consequências do afastamento entre a sociedade e a Guerra pela utilização das novas tecnologias?

O método aplicado baseia-se na análise documental e na comparação descritiva entre a forma de conceber a Guerra desde o ponto de vista clausewitziano (Estado, exército e povo) e o conceito derivado do uso das novas tecnologias, para comprovar se existe um novo paradigma militar e como isto influencia os governos e sociedades pós-modernas na sua forma de perceber a Guerra.

Historicamente, a ideia de Guerra remete para um conflito armado entre Estados e o modelo de Guerra convencional definido no âmbito do pensamento realista, resultado da consolidação do Estado como ator preponderante na

cena internacional, facto acontecido em 1648 com a Paz de Vestefália. Assim se entende a Guerra vista por Clausewitz¹, com o seu carácter trinitário².

Desde a queda do Muro de Berlim e o final da Guerra Fria que se tem vindo a analisar as consequências que teriam para a segurança e a organização militar as mudanças no meio estratégico, ante um mundo que se anunciava unipolar³. Assim, alguns analistas estratégicos, como William Lind, já advertiam no final da Guerra Fria que, no futuro, as batalhas convencionais seriam substituídas por pequenos confrontos armados de efeito destrutivo, mas limitado. Alcinharam o termo de “guerras de quarta geração” para descrever aquelas onde os itinerários clandestinos e os meios comerciais de deslocações de pessoas e bens se converteriam nas linhas de comunicação e de uso por parte dos grupos terroristas, substituiriam as bases por esconderijos e depósitos clandestinos, e controlariam a população mediante uma mistura de propaganda e terror (Lind, et al., 1994).

Na mesma linha, Van Creveld prognosticou o desaparecimento dos principais sistemas de combate que estavam em uso, pela sua falta de adequação para os conflitos de baixa intensidade que se produziriam no futuro. No seu lugar, as Forças Armadas (FFAA) regulares ver-se-iam forçadas a diminuir seu tamanho, a aliviar sua estrutura e a privatizar muitas das suas funções, transformando-se e assimilando competências policiais com uma estrutura organizativa e funções muito diferentes das tradicionais (Creveld, 1991).

Os conflitos regionais, nessa altura, abririam novas frentes, confiando à tecnologia uma série de mudanças radicais na forma de gerir os conflitos militares, através de um conceito popularizado no final dos anos 90 como Revolução dos Assuntos Militares (RAM, ou em inglês *Revolution in Military Affairs*, RMA), que permitiria manter a superioridade no teatro de operações

¹ Clausewitz visualizava uma Guerra Absoluta, onde o sucesso se conseguiria através da Batalha Decisiva, aniquilando a força adversária. O objetivo ideal da Guerra, segundo ele, seria a destruição total do adversário, recomendando o emprego em massa do poder militar, para procurar a vitória, através de uma ofensiva fulminante (Clausewitz, 1976).

² Assim, o paradigma clausewitziano refere-se à sua famosa forma de guerra trinitária, pelos seus três componentes essenciais: um governo que representa o Estado, encarna a “racionalidade”, monopoliza a força e a emprega contra outros Estados; um exército organizado, força “não racional” que executa a violência abaixo do controlo do Estado; e um povo onde encarnam as “forças irracionais” e “passionais” (Creveld, 1991). As guerras transformam-se assim em “nacionais”, com o povo em armas e a participação de toda a nação (Bartolomé, 2006).

³ Segundo Castells (1997), o fim da ordem internacional bipolar acabou com os dois pilares militares da Guerra Fria (a Destruição Mútua Assegurada e os grandes exércitos convencionais), comportou o desaparecimento da Guerra Total e facilitou a consolidação de um novo estilo militar pós-moderno de corte pós-industrial.

com estruturas e orçamentos mais reduzidos recorrendo à tecnologia, como alternativa a maiores recursos humanos e materiais. A rapidez com que se geriram as operações militares no Iraque, na Bósnia e no Kosovo demonstrou a suficiência ocidental para manter a superioridade estratégica e operacional (Kievit & Metz, 1995).

O interesse do presente artigo incide especialmente na exploração das mudanças tecnológicas como condicionantes das funções das FFAA e os seus envolvimento nas sociedades atuais.

Assim, o argumento defendido durante o presente artigo é o progressivo afastamento das sociedades pós-modernas no que respeita às suas FFAA, devido ao uso em massa das novas tecnologias em campanhas militares. Estas novas ferramentas têm provocado uma mudança de paradigma na forma como as referidas sociedades percebem a Guerra, o que se reflete em novos desafios para os Governos que promovem o desenvolvimento da RAM.

1. Enquadramento teórico

A avaliação sobre o impacto das novas tecnologias nas missões das FFAA e a sua relação com a sociedade permite-nos estudar uma nova visão a respeito da forma como é concebida a Guerra. As chamadas RAM podem encontrar-se ao longo de toda a história⁴, sempre que a introdução das novas tecnologias supõe um salto qualitativo na forma de fazer a Guerra. Na atualidade, o processo de globalização redefine mais uma vez as formas de fazer, de pensar e de conduzir a Guerra, só que, desta vez, se trata de uma mudança de paradigma⁵ na natureza da Guerra e no ideário que desta têm o Estado e a sociedade.

a. O que é uma Revolução dos Assuntos Militares?

Segundo Krepinevich (1997), uma RAM é “o que ocorre quando a aplicação das novas tecnologias num número significativo de sistemas militares se combina com conceitos operacionais inovadores e adaptações à

⁴ Segundo Murray (1997), as revoluções militares refundem a natureza da sociedade e do Estado bem como a de outras organizações militares. No entanto, considera-se que a que produziu maior impacto foi a transformação dos exércitos profissionais da Modernidade em exércitos de massas depois da Revolução Francesa, com a ideia da “Nação em armas”, do Cidadão-Soldado, que transformou decisivamente o mapa estratégico europeu com Napoleão.

⁵ O suposto subjacente está claramente delimitado pela noção de uma transição global de um modelo tecnológico utilizador intensivo de materiais e energia para outro que tende a poupar mediante o processamento intensivo da informação.

organização⁶, numa maneira tal que se altera fundamentalmente o carácter e conduta do conflito (...) fazendo-o através de um dramático incremento no poder de combate e na efetividade militar das FFAA”⁷.

Também poderíamos defini-la como “um sistema de sistemas⁸ que permite as funções de observar, comunicar-se e disparar⁹” (Owens, 1996 cit. por Rabadán, 2005, p. 78). Para Sempere e Coterillo (2000), “neste conceito encontram-se fortemente implicados o armamento de tecnologia avançada (em particular mísseis e armas *stand-off*¹⁰), os sistemas de vigilância do campo de batalha, as comunicações avançadas estratégicas e táticas, e um comando e controlo descentralizado, tudo o que proporciona ao utilizador um conhecimento dominante do campo de batalha (...)”

É importante observar que nas definições há elementos comuns, mudança e tecnologia que geram um impacto na forma como se concebe a guerra e como se conseguem os objetivos políticos do Estado.

Em resumo, uma RAM é uma profunda transformação na forma de conduzir as operações militares e de conceber a Guerra que resulta da aplicação de novas tecnologias, doutrinas, táticas, procedimentos ou formas de organização (Piella, 2008).

É importante realçar que o núcleo da RAM é a capacidade de coligir, analisar e distribuir a informação operativa e estratégica em tempo real

⁶ A RAM não é só tecnologia, também é uma nova forma de organização. No entanto, se não se emprega estas capacidades em estruturas, baseadas em novos procedimentos doutrinaários, o seu impacto será puramente tático (Luttwak, 1995).

⁷ Tradução livre do autor. No original: “It is what occurs when the application of new technologies into a significant number of military systems combines with innovative operational concepts and organizational adaptation in a way that fundamentally alters the character and conduct of conflict. It does so by producing a dramatic increase -often an order of magnitude or greater- in the combat potential and military effectiveness of armed forces”.

⁸ Segundo Manthorpe (1996), um sistema de sistemas é “o sucesso de uma consciência dominante do espaço de batalha. A bruma da guerra não se desvanecerá totalmente, mas a combinação das tendências tecnológicas dar-nos-á ajuda a melhorar os cálculos gerais nos efeitos letais”.

⁹ Tradução livre do autor. No original: “es un sistema de sistemas, basado en la capacidad de observar, comunicar y disparar”.

¹⁰ “Armas com o alcance fora do alcance das armas do inimigo”. Tradução livre do autor. No original: “armas que se disparan lejos del alcance de las armas del adversario” (Sempere, 2006, p. 30).

(Domínio das Informações¹¹). Isto permite um conhecimento total e completo de todas as variáveis necessárias para conseguir uma decisão acertada e com êxito.

b. Características da Revolução dos Assuntos Militares

Segundo Piella (2008), as principais características da RAM são: o conhecimento, enquanto a ferramenta que domina os processos decisórios; a velocidade do processo; uma nova interpretação da tecnologia, doutrina e organização do poder militar de um Estado; a guerra em todas as dimensões (terrestre, naval, aérea, submarina, espacial, informacional, estratégica); inovação conceptual, tecnológica e organizacional constante; domínio da informação, interoperabilidade e conhecimento em tempo real da situação de combate. Desta forma, a sua característica distintiva não seria tanto a rapidez com que se incrementa a efetividade militar com respeito ao inimigo, mas a magnitude da mudança dessa efetividade em relação às capacidades militares preexistentes. Assim, e segundo Krepinevich (1997), uma RAM é o resultado de três fatores: mudança tecnológica¹², mais inovações doutrinais¹³, mais adaptação organizacional¹⁴.

Segundo Bardaji (2000), os defensores da RAM sustentam que os Estados Unidos da América (EUA) devem tirar a máxima vantagem possível do seu atual desenvolvimento tecnológico, de forma que potenciem uma revolução ou grande mudança na forma de conceber, planejar, executar e finalizar uma guerra ou confronto bélico de forma resolutiva e rápida. E desta forma, ser possível sustentar a construção de sistemas políticos e de segurança internacional conformes com os seus interesses.

Adicionalmente, os novos sistemas propõem questões problemáticas. Uma destas, crucial neste sentido, é a interoperabilidade entre os sistemas. Isto é, a capacidade para transmitir e receber informação entre os mesmos. O crescente emprego de forças multinacionais e a execução de operações

¹¹ A base sobre que se sustentam as iniciativas encaminhadas para aproveitar os princípios e tecnologias da “Era da Informação” para o desenvolvimento de operações militares reside no valor da informação e na superioridade que se pode obter ao dispor de informação precisa e relevante no momento oportuno. Como meio para conseguir a referida superioridade propõe-se o uso extensivo das tecnologias da informação e as comunicações, com o objeto de ligar numa rede comum a todos os sistemas e forças próprias que participam nas operações. Desta forma, cada utilizador poderá conhecer, aproveitar e difundir a informação que possa resultar do interesse em cada momento (Palacios, 2009).

¹² Focalizado num desenvolvimento dos sistemas de armas.

¹³ O uso das novas tecnologias deve ser treinada e incorporada à doutrina militar.

¹⁴ Criação ou modificação de estruturas organizativas que garantam o sucesso da mudança.

conjuntas requerem a integração de sistemas de origem bem diferenciada. A integração assume-se como o elemento fundamental para o incremento das capacidades, razão pela qual os aspetos de estandardização de procedimentos, métodos e interfaces terão ainda maior relevância. No entanto, importa esclarecer neste ponto que apesar das novas tecnologias no campo militar se estarem a generalizar rapidamente, só os EUA se colocam na vanguarda, enquanto os seus parceiros euro-atlânticos não investem nos seus orçamentos em capacidades similares. Segundo Gompert, *et al.* (1999), estas diferenças representam uma brecha que se alargará e será cada vez mais difícil de fechar¹⁵.

Os detratores do conceito sustentam que não se poderá culminar este processo e que o desenvolvimento da RAM só contribuiria para gerar uma nova corrida aos armamentos, para irritar os aliados dos EUA, obrigando-os a renovar os seus sistemas e a exacerbar a belicosidade dos seus adversários.

Por outro lado, os conflitos no Iraque e no Afeganistão têm exposto as limitações da RAM: a ineficácia de estabilizar um território hostil, enquanto se leva a cabo uma campanha de contrainsurgência contra forças irregulares e híbridas (Gray, 2006), assim como o enorme preço político, económico e diplomático que se deve pagar quando se pretende a mudança forçada de um regime e a sua posterior pacificação. Um custo que os grandes defensores da RAM, com a sua fé cega na tecnologia para conseguir vitórias rápidas, decisivas, sem danos colaterais e praticamente sem baixas próprias, tinham obviado em calcular (Kagan, 2006).

c. Dessocialização da Guerra

Entenderemos como dessocialização da Guerra, segundo Merom (2012), o processo pelo qual o Estado diminui na sociedade a aversão às baixas (próprias e alheias) e a sua oposição à brutalidade cometida nos conflitos. Para isso, é necessário afastar a sociedade o máximo possível do campo de batalha, usando, entre outros meios, a RAM.

¹⁵ Portanto, qualquer adversário que não tenha adotado o estilo militar pós-moderno tentará explorar, como têm demonstrado o Afeganistão e o Iraque e se poderá observar no atual pensamento estratégico chinês depois da publicação do livro *Unrestricted Warfare*, as vulnerabilidades inerentes deste modelo atuando de forma assimétrica, evitando o confronto direto ou prolongando, empregando táticas contrárias às leis e aos usos da guerra ou atos de grande impacto psicológico. Tudo isto com o objetivo de corroer o apoio social e influir nas decisões políticas dos governos das sociedades avançadas (Freedman, 2006).

2. A Revolução dos Assuntos Militares e a sociedade

Ora bem, seja qual for o alcance operativo destas novas tecnologias na forma de conduzir a Guerra, pode chegar a ser inclusivamente mais interessante conhecer o impacto desta RAM em algo que vai para além do campo de batalha e que influi nele, quer queiramos quer não: a imagem e conceção que tem a sociedade sobre a Guerra, as suas FFAA e a sua utilidade.

a. O campo de batalha

A tendência da Guerra tem sido ganhar espaço entre os contendores graças a um fogo direto de maior alcance e mais preciso. Com a mecanização da Guerra, o contacto corpo a corpo tornou-se cada vez mais perigoso. Quanto mais letal se tornava o campo de batalha, mais a distância se convertia na melhor proteção. Essa é a lógica por trás das armas *stand-off*: a tranquilidade de disparar desde fora do alcance do inimigo¹⁶ (Creveld, 1989).

No campo de batalha da RAM, localizar e identificar as unidades inimigas torna-se mais fácil, pelo que as referidas tropas são mais vulneráveis. Daí que atacar de fora, inclusive fora do próprio teatro de operações, seja mais importante que nunca¹⁷. Há razões operacionais relevantes para evitar o encontro com o inimigo, como também as há políticas: quanto maior o contacto com o inimigo, maiores as baixas próprias e, portanto, maiores problemas na frente “doméstica” (Luttwak, 1995).

O que permite às democracias modernas lutar em guerras independentes às suas sociedades é, principalmente, o uso da RAM (Merom, 2012). Segundo Howard (1994), se a RAM continuar evoluindo para uma diminuição drástica do combate corpo a corpo, protagonizada por algumas unidades de operações especiais, terá envolvimento a nível social de forma importante: uma progressiva desvalorização do Soldado e do que isto representa, porque deixa de ser necessário para o combate direto e porque se considera demasiado valioso para o perder em combate.

b. Redução das Forças Armadas

A RAM seduz militar e socialmente. Militarmente, porque deduz-se a ideia de poder realizar ações de combates mais eficazes com menos efetivos e

¹⁶ Para Merom (2012), a sua grande vantagem não reside simplesmente na sua eficácia, mas na capacidade de manter o fogo afastado “de casa”.

¹⁷ O poder aéreo converteu-se no instrumento central de conceber a Guerra por parte dos Estados ocidentais (principalmente os EUA). Permite debilitar o inimigo e suavizar as suas defesas em caso de precisar de ocupar o terreno (Merom, 2012).

de forma mais segura para as nossas FFAA. Socialmente, porque permite ao cidadão médio pensar em FFAA mais reduzidas, o que implica uma poupança para o Estado no orçamento de Defesa e reduz o nível de aversão das sociedades atuais às baixas próprias.

Segundo Creveld (1991), desde que surgiu a arma nuclear (culminação da Guerra Total clausewitziana através do conceito da Destruição Mútua Assegurada¹⁸) converteu-se em inútil o armamento convencional e irrelevante no volume das FFAA. Em consequência, num período em que existia um risco real de ocorrer um conflito nuclear entre ambas as superpotências, manter enormes exércitos convencionais não era o principal objetivo dos países ocidentais. Pelo que estes procederam à redução dos seus exércitos acabando com o serviço militar obrigatório e profissionalizando as FFAA.

As consequências da referida redução de efetivos e a sua profissionalização, segundo Janowitz (1990), são o incremento da brecha social entre a esfera civil e a militar, e o esbatimento das diferenças estruturais e culturais existentes em ambos coletivos. Tudo isto debilita o tradicional *ethos*¹⁹ militar e convertem o ofício das armas numa profissão, mais que numa vocação. Aliás, devido a essa necessária redução de forças e ao grande desenvolvimento tecnológico dos novos sistemas de armas (incluindo os necessários cientistas, engenheiros e informáticos) modifica-se a natureza da profissão militar. O Soldado transformou-se num especialista, num técnico da Guerra (Schwartz, 1996).

c. Tolerância às baixas

Como foi dito anteriormente, a RAM atrai os governos²⁰ porque permite reduzir o nível de aversão das sociedades atuais às baixas próprias. Mas não foi sempre assim.

¹⁸ A destruição mútua assegurada (*Mutual Assured Destruction* ou MAD) é a doutrina concebida por John Von Neumann de uma situação na qual qualquer uso de armamento nuclear por qualquer dos dois lados opostos poderia resultar na completa destruição de ambos (atacante e defensor).

¹⁹ Conjunto de rasgos e modos de comportamento que conformam o carácter ou a identidade de uma pessoa ou uma comunidade.

²⁰ Para outros autores, as democracias liberais devem ter em conta a dimensão social e operacional da Guerra, pelo que têm de sincronizar esforços em duas vertentes: no campo de batalha e “em casa”. Assim, estas democracias têm aprendido que a melhor forma de lutar em campanhas de contrainsurgência é afastando ao máximo as suas sociedades do campo de batalha. Desta forma, salva-se o obstáculo principal que limita aos governos modernos: a aversão das suas sociedades às baixas por possíveis excessos (Merom, 2012).

Antes da Guerra Fria, o Estado possuía uma grande capacidade de mobilizar a população, de forma a que cidadãos sem vocação nem experiência militar prévia aceitassem lutar e morrer pela sua pátria (Cidadão-Soldado), podendo estes governos suportar um grande número de baixas sem diminuir o apoio social e o nível de recrutamento (McNeill, 1989).

No entanto, durante a segunda metade do século XX, o crescimento demográfico das nações avançadas experimentou um importante decréscimo coincidente com profundas mudanças na sua estrutura social e familiar: aumentou a esperança de vida, diminuiu a natalidade, o modelo familiar tradicional extensivo deu lugar à família nuclear, com um limitado número de filhos, cada vez mais pessoas começaram a habitar as cidades e trabalhar nos sectores industriais e de serviços. Aliás, no plano cultural, os cidadãos estavam também melhor educados que os seus homólogos do passado e viviam em regimes mais democráticos. Esta situação proporcionava à cidadania a capacidade para controlar e depor as elites políticas, no caso que estas não atuassem de acordo com a vontade maioritária da população, incrementando assim a dificuldade política para preparar os cidadãos-soldados ou conseguir o apoio social necessário para iniciar e sustentar qualquer campanha militar (Mueller, 1989).

Estas sociedades não só eram mais educadas, ricas, individualistas e democráticas que as suas homólogas do passado, mas os seus cidadãos mostravam-se também menos disponíveis em dar as suas vidas pela pátria ou a nação (Luttwak, 1995)²¹.

Mas não só existe uma menor tolerância a aceitar as baixas próprias, como também existe sobre as alheias. Segundo Merom (2012), as democracias liberais poderosas perdem as guerras de contrainsurgência por dois motivos. Por um lado, a classe média opõe-se a admitir baixas em guerra que não considera “existenciais”²². Por outro lado, desenvolveu-se uma aversão à brutalidade indiscriminada das suas FFAA contra o inimigo, inclusive quando essa brutalidade pressuponha uma diminuição das próprias baixas.

²¹ Luttwak (1995) afirma que o fator que limita as operações militares dos Estados pós-modernos é a “baixa tolerância às vítimas”, reforçado pela escassa importância dos conflitos com respeito aos interesses nacionais. Hoje em dia, as Guerras não são uma questão de sobrevivência para estes Estados. Para ele, estamos a viver numa época “pós-heróica”.

²² Os Estados avaliam cada vez mais cuidadosamente o que é que está em jogo: se existe um consenso internacional em tratar o caso, se as partes envolvidas no conflito consentem a intervenção ou se a inação pode ter consequências inaceitáveis. O tal efeito, se as potências desejam que as intervenções militares sejam terminantes, limpas e rápidas.

d. A perda do poder dos Estados como atores principais

Por outro lado, a organizada e estável ordem bipolar da Guerra Fria estava a ser substituída por um mundo mais complexo, heterogêneo, instável e caracterizado pela coexistência e interconexão de uma ampla variedade de atores capazes de disputar o protagonismo do Estado na cena internacional. Apareceu uma ordem onde se desvaneceram a fronteira entre a paz e a guerra, a segurança interior e exterior, ou entre a frente e a retaguarda (Folch, 2005). Uma ordem onde convivem dois mundos da política com interesses, condutas e dinâmicas contraditórias, e onde o estratificado e regulado sistema de Estado vestefaliano coexiste com outro mundo anárquico e confuso, no qual interatuam os atores excluídos do primeiro: territórios sem Estado, movimentos insurgentes, organizações terroristas ou grupos criminosos multinacionais (Starr, 1990).

Este é um sistema onde o recurso à guerra como meio para resolver as disputas internacionais se reduz entre o mundo desenvolvido, mas se mantem entre os países em desenvolvimento e as potências emergentes e que prolifera nas áreas onde o Estado é incapaz de proporcionar os serviços básicos à sua população, motivando a proliferação de “novas guerras”²³ (Kaldor, 1998).

Desta perspectiva, num mundo caracterizado pela interdependência global e moldado pela informação e a comunicação, a capacidade de atuar sobre os fluxos de informação e as mensagens dos meios de comunicação torna-se uma ferramenta essencial para impulsionar uma determinada agenda política (Castells, 2004). De facto, segundo os Toffler (1995), o poder viu-se tão profundamente afetado pelos novos avanços tecnológicos que tem dado lugar a uma terceira revolução industrial.

e. A Revolução dos Assuntos Militares e o novo paradigma militar

Desde as diferentes perspectivas descritas nos dois primeiros capítulos deste artigo, os Estados pós-modernos têm sido obrigados, em alguns casos, a adaptar-se ao novo contexto das sociedades atuais. Outros têm sabido aproveitar a mudança de paradigma militar que pressupõe adotar a RAM. Vejamos, pois, o que pressupõe tanto para as FFAA como para os governos terem avançados neste conceito.

²³ Termo acunhado pela autora Mary Kaldor, em que se apresentam novos conflitos com características próprias, como por exemplo: intraestatalidade; multiplicidade e fracionamento dos atores; transnacionalidade do conflito; nova economia de Guerra; identidade religiosa, étnica e tribal; contenda pelos recursos e cobiça; violência contra os civis; assimetria; hibridismo; terrorismo; diferente tolerância às baixas; erosão do monopólio legítimo da violência do Estado e barbarismo (Nieto, 2014).

Por um lado, as FFAA são menos numerosas, totalmente profissionais e possuem armamento de precisão, eficiente, com grande potência de fogo e desenhado para a destruição seletiva. Tudo isso baseado nas tecnologias da informação, que proporcionam um conhecimento do meio e uma inteligência sobre o inimigo sem precedentes (Piella, 2008). Estas novas capacidades permitem conhecer tudo o que sucede no teatro de operações e bater os objetivos inimigos de forma rápida, precisa e decisiva, limitando também as baixas próprias e os danos colaterais (Freedman, 2006).

No entanto, o militar assume que a sua relação com a sociedade se reduziu, que os seus valores se civilizaram e que o perfil vocacional deixou espaço ao ocupacional. Ademais, não se deverão mobilizar todos os meios económicos, políticos e sociais para o esforço bélico, nem também é possível já conceber as grandes batalhas típicas do modelo militar anterior (Creveld, 2000).

Qualquer operação militar atual desenvolve-se num momento confuso, complexo e instável, onde coexistem numerosos atores, e em que fatores alheios aos militares (sociais, políticos, económicos ou mediáticos) limitam a autonomia de ação, condicionam o curso da missão e que podem determinar o seu desenlace (Asmus, et al., 2004).

Por outro lado, ao nível político, as intervenções militares devem requerer um amplo apoio da população, baseadas em considerações legítimas, alegando razões morais ou humanitárias²⁴, de ameaça direta à segurança nacional ou de defesa de interesses vitais (Black, 2000). Ademais, devem submeter-se ao Direito Internacional e desenvolver-se segundo os critérios da Guerra Justa, devendo os Estados garantir que as forças empregues não enfrentarão riscos significativos²⁵ nem sofrerão um elevado número de baixas (Freedman, 2006). Isso dificulta significativamente o uso da força como ferramenta de política externa (Luttwak, 1995). Assim, os Estados vêem-se obrigados a fazer intervenções militares curtas, para limitar os seus custos económicos, políticos, humanos e sociais, e impedir a erosão do apoio “doméstico” ou as pressões da comunidade internacional (Freedman, 2006).

²⁴ Algumas intervenções realizadas por Organizações Internacionais desde 1991 justificaram-se por motivos humanitários (os Balcãs, a Somália, o Líbano ou a Líbia) ou por ameaça à segurança internacional (o Afeganistão e o Iraque).

²⁵ A confiança nas armas *stand-off*, e especificamente no poder aéreo, é uma das principais ferramentas para minimizar as baixas próprias, bem como para reduzir o veto da população das sociedades modernas ao uso da força (Merom, 2012).

Por último, as limitações no uso do poder aéreo²⁶, o reduzido número das FFAA, a sua profissionalização e a sua tentativa de proteção, têm originado um incremento dos Estados em evitar o conceito *boots on the ground*²⁷, através de forças de operações especiais, empresas privadas de segurança, forças reservistas e locais ou simples forças locais.

Contrariamente às primeiras, as forças de operações especiais, segundo Merom (2012), as forças regulares não são empenhadas com frequência para missões de combate de alto risco. Assim, para estes casos, empregam-se as forças de operações especiais. Estas são mais ágeis e flexíveis que as convencionais e estão treinadas para a luta contra insurgente e para operar na sombra do “não convencional”.

As empresas privadas de segurança, empregues em atividades próprias de segurança, inteligência, logística, assessoria, treino, manutenção ou combate, têm adquirido um grande protagonismo nos recentes conflitos, porque não só oferecem proteção a empresas, organizações internacionais ou Organizações Não Governamentais, mas porque permitem aos exércitos centrar-se em ações de combate e externalizar os trabalhos de apoio, sendo que estes atores ainda operam num vazio normativo que os faz especialmente úteis para realizar ações sensíveis, sem que os governos tenham que comprometer forças regulares, nem assumir sua autoria, nem aceitar as baixas como próprias (Singer, 2003).

Já sobre as forças reservistas e locais, Merom (2012) afirma que o uso de reservistas, provenientes da classe média, traz vantagens para o governo: elimina-se o seu interesse em opor-se a campanhas prolongadas e a sua inclinação altruísta de aversão ao comportamento brutal no campo de batalha.

Por último, as forças locais têm uma vantagem: a colaboração com forças autóctones ajuda quando há necessidade de colocar tropas no terreno.

Assim, fazendo uma comparação entre as principais características da Guerra segundo Clausewitz e a RAM, pode-se perceber facilmente a mudança de paradigma na forma de conceber os conflitos armados na atualidade.

²⁶ Quase ninguém, conforme nota Merom (2012), quer políticos quer militares, acha que o uso do poder aéreo pode ser a solução mágica para todos os tipos de conflitos militares. Ainda que as Guerras do Kosovo e da Líbia tenham podido, ocasionalmente, evitar pôr tropas no terreno, estes casos dão-se principalmente quando o inimigo é um Estado.

²⁷ O termo usa-se para transmitir a ideia de que o sucesso militar só pode realizar-se por meio da presença física direta de tropas numa área de conflito. Como terminologia, cunhou-se para expressar uma visão contrária à posição de que outros meios, como os bombardeamentos aéreos (usado tanto pela Alemanha como pelos Aliados na Segunda Guerra Mundial, e massivamente pelos EUA no Vietnã), estímulos económicos ou inteligência de satélite podem concretizar a vitória. Atualmente, o termo aplica-se em particular as operações de contra insurgentes.

Tabela nº 1 - Comparação entre Clausewitz e a RAM

Revolução dos Assuntos Militares	Clausewitz
Atores não estatais, apoio do povo, guerra justa, NATO, g4g... = perda do poder	Estado como ator principal
FFAA poucas e profissionais = “civilizados”	Nação em armas Massa Cidadão-Soldado
Campo de batalha “transparente” Superioridade informacional	Nevoeiro da batalha
Externalização = limitar baixas próprias	Cidadão-Soldado
Novos sistemas de armas = limitar danos (próprios e colaterais)	Atrito

Fonte: (Autor, 2015).

Conclusões

A RAM, como conceito, projeta-nos para um campo de batalha radicalmente diferente nos conflitos do século XXI: em lugar de grandes concentrações de forças mecanizadas, surgem unidades ligeiras profissionalizadas, muito móveis e com uma alta letalidade graças à precisão das suas armas; o “nevoeiro da guerra” dissipa-se em boa medida graças aos avanços em sistemas de observação; o campo de batalha torna-se “transparente”, e onde o “atrito clausewitziano” se reduz graças às novas capacidades da informação, dos computadores e das comunicações.

Mas não falamos só de ferramentas tecnológicas para seu uso tático. Referimo-nos a uma verdadeira “revolução” na forma de preparar-se, enfrentar e ganhar uma situação de conflito bélico. É uma revolução em todos os níveis de decisão ao instaurar-se outro tipo de organização no processo de tomada de decisões, desde a primeira ordem que se dá com base nos interesses políticos, passando por todas as esferas inferiores, até chegar ao âmbito tático.

Assim, os Governos das sociedades pós-modernas ocidentais que adotam esta filosofia devem enfrentar os seguintes novos desafios:

- Os Estados já não possuem o monopólio dos conflitos, quer pela irrupção de novos atores não estatais em cena, quer pelas pressões da comunidade internacional;
- O “povo” tem desenvolvido uma aversão às baixas próprias e à brutalidade indiscriminada das suas FFAA, pelo que o Estado deve ter isto muito em conta se deseja seguir ostentando o poder;
- As suas FFAA encontram-se muito mais profissionalizadas e com características mais civis que durante a Guerra Fria, convertendo-se os militares cada vez mais em técnicos, em especialistas da Guerra.

Desta forma, confirma-se que existe um novo paradigma, como resultado do uso da RAM, na forma de conceber a Guerra em todos os âmbitos (militar, político e social), provocando um afastamento cada vez maior entre sociedade e FFAA (Cidadão-Soldado).

Assim, o soldado tradicional passa a ser visto pela sociedade como um mero especialista, despojado dos valores de uma época heróica, ainda que para o Estado essa mesma especialidade converta o soldado num valor acrescentado ao que deve proteger e afastar do campo de batalha. No entanto, poderiam estas mudanças chegar a ser demasiado drásticas? De facto, cabe perguntar-se:

Poderia admitir-se uma Força Aérea que no futuro não contará com pilotos porque os mísseis de altíssima precisão lançados desde plataformas a longa distância e os aviões não tripulados atingirão os mesmos objetivos com menos risco?

Poderia o Exército ser visto como uma “empresa” gerida com tecnologia para “conflitos longínquos”, enquanto o guerreiro tradicional é só utilizado para intervenções humanitárias?

Chegar-se-ão a perder os valores morais do soldado neste contexto?

O problema é que, avançando para este tipo de conflitos muito tecnicizados, a RAM pode alterar, com o seu próprio sucesso, a ideia de guerra, de combate. A RAM poderá chegar a converter o conflito num espetáculo virtual, alienando ainda mais a escassa consciência de defesa que têm hoje as sociedades ocidentais.

Bibliografia

- Asmus, R., Everts, P. P. & Isernia, P., 2004. Power, War, and Public Opinion. *Policy Review*, Volume 123, pp. 73-88.
- Bardaji, R. L., 2000. *La RMA en marcha: algunas implicaciones sociales*. [Em linha] Disponível em: http://www.gees.org/articulos/la_rma_en_marcha_algunas_implicaciones_sociales_343, [Consult. 18 jan 2015].
- Bartolomé, M. C., 2006. *La Seguridad Internacional en el siglo XXI, mas allá de Westfalia y Clausewitz*. Chile: ANEPE.
- Black, J., 2000. *War and the World: Military Power and the Fate of Continents*. London: Yale University Press.
- Castells, M., 1997. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza.
- Castells, M., 2004. *The Network Society: a cross-cultural perspective*. Northampton: Edward Elgar Publishing Limited.
- Clausewitz, C. V., 1976. *Da Guerra*. Lisboa: Perspetivas y realidades.
- Crevel, M. V., 1989. *Technoly and War*. New York: Free Press.
- Crevel, M. V., 1991. *The Transformation of War*. New York: The Free Press.
- Crevel, M. V., 2000. *Through a Glass, Darkly: Some Reflections on the Future of Warfare*. [Em linha] Disponível em: <https://www.usnwc.edu/getattachment/83f9be967-5f34-4c0a-a65e-477c96ec5bf9/Through-a-Glass-Darkly--Some-Reflections-on-the-F.aspx>, [Consult. 12 jan 2015].
- Folch, M., 2005. *Reseña de "Multitud: guerra y democracia en la era del imperio"*. [Em linha] Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/537/53700731.pdf>, [Consult. 24 jan 2015].
- Freedman, L., 2006. *The Transformation of Strategic Affairs*. Oxford: OUP.
- Gompert, D. C., Kugler, R. L. & Libicki, M., 1999. *Mind the Gap. Promoting a Transatlantic Revolution in Military Affairs*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a367754.pdf>, [Consult. 25 jan 2015].
- Gray, C. S., 2006. *Irregular Enemies and the Essence of Strategy: can the American Way of War Adapt?*. [Em linha] Disponível em: http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/ssi/irreg_enemies.pdf, [Consult. 7 fev 2015].
- Howard, M., 1994. *How much can technology change warfare?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/ssi/2hist.pdf>, [Consult. 22 jan 2015].
- Janowitz, M., 1990. *El soldado profesional*. Madrid: Ministerio de Defensa.

- Kagan, F., 2006. *Finding the Target: The Transformation of American Military Policy*. Nova Iorque: Encounter Books.
- Kaldor, M., 1998. *New and Old Wars: Organized Violence in a global era*. [Em linha] Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292002000200006&script=sci_arttext&tlng=es, [Consult. 15 jan 2015].
- Kievit, J. & Metz, S., 1995. *Strategy and the Revolution in Military Affairs: From Theory to Policy*. [Em linha] Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=236>, [Consult. 19 jan 2015].
- Krepinevich, A., 1997. *Cavalary to Computer: The Pattern of Military Revolutions*. [Em linha] Disponível em: <http://users.clas.ufl.edu/zselden/Course%20Readings/Krepinevitch.pdf>, [Consult. 18 jan 2015].
- Lind, W. S. et al., 1994. *The Changing Face or War: Into the Fourth Generation*. [Em linha] Disponível em: <https://www.mca-marines.org/files/The%20Changing%20Face%20of%20War%20%20Into%20the%20Fourth%20Generation.pdf>, [Consult. 19 jan 2015].
- Luttwak, E. N., 1995. *Toward Post-Heroic Warfare. Foreign Affairs*, Volume 74, pp. 109-122.
- Manthorpe, W. H. J., 1996. *The Emerging Joint System of Systems: A Systems Engineering Challenge and Opportunity for APL*. [Em linha] Disponível em: <http://www.jhuapl.edu/techdigest/TD/tc1703/manthorp.pdf>, [Consult. 18 jan 2015].
- McNeill, W., 1989. *La búsqueda del poder: tecnología, fuerzas armadas y sociedad*. Madrid: Siglo XXI.
- Merom, G., 2012. The age of asocial war: democratic intervention and counterinsurgency in the twenty-first century. *Australian Journal of International Affairs*, Volume 66, pp. 365-380.
- Mueller, J., 1989. *Retreat from Doomsday: The Obsolescence of Modern War*. [Em linha] Disponível em: <http://politicalscience.osu.edu/faculty/jmueller/doom.pdf>, [Consult. 24 jan 2015].
- Murray, W., 1997. Thinking about Revolutions in Military Affairs. *Joint Force Quarterly*, Volume 16, pp. 69-76.
- Nieto, V. M. B., 2014. *¿Nuevas Guerras en el mundo islámico?: el caso de Libia*. [Em linha] Disponível em: <http://estudiosmilitares.es/comunicaciones/V%C3%ADctor%20Mario%20Bados%20Nieto.pdf>, [Consult. 15 jan 2015].

- Palacios, J. M. B., 2009. *El dominio de la información y su contribución para triunfar en un conflicto armado*. [Em linha] Disponível em: <http://revistamarina.cl/revistas/2009/3/brander.pdf>, [Consult. 26 jan 2015].
- Piella, G. C., 2008. *Entre Ares y Atenea: el debate sobre la Revolución en los Asuntos Militares*. [Em linha] Disponível em: http://iugm.es/uploads/tx_iugm/Libro_Entre_ares.pdf, [Consult. 12 jan 2015].
- Rabadán, D. M., 2005. La Revolución de los Asuntos Militares (RMA) en el contexto de la era de la información. *Ámbitos: Revista de estudios de Ciencias Sociales y Humanidades*, Volume 14, pp. 75-85.
- Sampere, C. M., 2006. *Tecnología de la defensa: análisis de la situación española*. Madrid: Instituto Universitario "General Gutiérrez Mellado".
- Schwartz, W., 1996. *Information Warfare*. [Em linha] Disponível em: http://www.rootsecure.net/content/downloads/pdf/information_warfare_book.pdf, [Consult. 22 jan 2015].
- Sempere, C. & Coterillo, J., 2000. *¿Qué se entiende por Revolución de los Asuntos Militares (RMA)?*. [Em linha] Disponível em: http://gees.org/articulos/que_se_entiende_por_revolucion_de_los_asuntos_militares_rma_368, [Consult. 18 jan 2015].
- Singer, P., 2003. *Corporate Warriors. The Rise of the Privatized Military Industry*. Cornell University Press.
- Starr, H., 1990. *Book Review: "Turbulence in World Politics: A Theory of Change and Continuity"*. [Em linha] Disponível em: http://scholarcommons.sc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1106&context=poli_facpub, [Consult 24 jan 2015].
- Toffler, H. e. A., 1995. *Creating a New Civilization: the politics of the third wave*. Atlanta: Turner Publishing.

O Mecanismo e as Condições da Vitória: Diferenças Entre a Conflitualidade Tradicional e a Conflitualidade Contemporânea



Manuel António Domingues Carvalho Mateus
Major de Engenharia,
Aluno do CEMC de 2014-2015,
Lisboa, Portugal
mateus.madc@gmail.com

Resumo

Após a Queda do Muro de Berlim, assistiu-se à proliferação de uma nova tipologia de conflitos, nos quais os atores não estatais assumem um papel preponderante. Neste artigo, e após serem definidos os conceitos enquadrantes, são abordadas as diferenças da conflitualidade. É feita uma caracterização histórica, a partir do modelo de Gray, após o que se apresenta a teoria de Kaldor, que é considerada para enquadrar a conflitualidade tradicional e a contemporânea. O argumento que se defende é de que existem diferenças significativas entre a conflitualidade tradicional e a contemporânea, principalmente pela mudança do tipo de atores que protagonizam essa conflitualidade. Pretende-se, com a vitória, submeter o adversário à vontade do vencedor, mas as condições necessárias para atingir essa vitória são muito mais complexas, tornando a vitória total num estádio final cada vez mais difícil de atingir.

Palavras-chave: Guerra, conflitualidade, vitória, militar, Estado, conflito, ator.

Abstract

After the fall of the Berlin Wall, the world saw the proliferation of a new typology of conflicts, in which non-state actors play a key role. In this work, and after defining the framing concepts, we address the differences of the conflicts. An historical characterization of wars is made, based on Gray's model, after which we introduce Kaldor's theory, which is used to encompass the traditional and contemporary conflicts. The argument that we sustain is that there are significant differences between the traditional and the contemporary conflicts, mainly due to the change of the main actors who are involved in the conflict; victory is obtained when a belligerent is compelled to submit his will to his opponent, but the conditions required to achieve that level are much more complex, making the total victory in a final stage increasingly difficult to achieve.

Keywords: *War, conflicts, victory, military, State, conflict, actor.*

Introdução

O Mundo viveu, até quase ao final do século XX, numa Ordem Mundial em que o papel dos Estados era predominante. As duas Guerras Mundiais formam o expoente máximo da capacidade dos Estados em empregar os aparelhos militares para resolver conflitos que, de uma forma geral, levaram à exaustão dos Estados europeus. Após a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria trouxe a ameaça de uma Guerra Nuclear, tendo a premonição da destruição total deixado a população mundial em alerta. No entanto, e apesar das guerras que deflagraram, a característica comum ao período antecedente, sendo esta a disputa do poder por atores estatais, continuou a ser o cerne da conflitualidade.

A Queda do Muro de Berlim trouxe uma alteração à Ordem Mundial Bipolar, tendo a supremacia dos EUA prevalecido perante a desintegração da URSS. No entanto, se o equilíbrio mundial era antes definido por um estado de tensão permanente entre estes dois grandes blocos, o desaparecimento do bloco soviético deu lugar a uma série de novos focos de conflitualidade, dos quais podemos referir: a Primeira Guerra do Iraque, logo na década de 1990, tendo como sequelas a Segunda Guerra do Iraque, cujas consequências estão bem presentes nos dias de hoje; os conflitos nos Balcãs, com início na década de 1990 e cujas causas de fundo ainda hoje não estão completamente sanadas; por fim, o conflito no Afeganistão, iniciado em 2001, após os atentados do *World Trade Center*, que marcou o início da chamada Guerra ao Terrorismo.

O que podemos apreender desta breve retrospectiva é que existem diferenças na conflitualidade, encontrando nos acontecimentos mais distantes a predominância do que consideramos por Guerra Total, com os Estados como principais atores, passando mais recentemente a ter conflitos onde existe uma dispersão de atores, em que os Estados se colocam lado a lado com empresas privadas, milícias, grupos subversivos, etc.. À luz da experiência trazida por esta nova conflitualidade, torna-se importante perceber quais as principais diferenças na forma de ganhar o conflito. Neste desiderato, formulou-se a Questão Central (QC) do presente artigo – Quais as diferenças no Mecanismo e nas Condições de Vitória da conflitualidade tradicional para a conflitualidade contemporânea?

Este artigo está organizado na presente introdução e em quatro outros capítulos. No primeiro capítulo é definido o corpo de conceitos que enquadram o artigo. No segundo ponto deste trabalho, é efetuada a caracterização da conflitualidade, abordando os atores das Novas Guerras. A terceira parte analisa o mecanismo e as condições da vitória na conflitualidade tradicional e na conflitualidade contemporânea. Finalmente, no quarto capítulo, são apresentadas as conclusões. Para elaboração do artigo, recorreu-se à pesquisa documental, de modo a construir o argumento apresentado.

1. Corpo de Conceitos

De modo a estabelecer um enquadramento conceptual, a partir do qual se possa assumir uma base comum para realizar o presente artigo, torna-se necessário definir um conjunto de conceitos, à luz dos quais se irá desenvolver o tema. Neste sentido, os conceitos de primeira ordem considerados são: Estratégia, Mecanismo, Vitória, Derrota, Opções, Vontade e Conflitualidade.

Se para o conceito de Estratégia é possível encontrar referências com conceitos devidamente desenvolvidos e esclarecidos, para os restantes existe uma dificuldade em obter um conceito. Na liberdade académica que o presente artigo permite, será feita uma aproximação a possíveis conceitos, partindo do significado das palavras, tendo sempre presente a utilidade dos mesmos para a análise do tema tratado.

a. Estratégia

Os dados históricos registam o início da utilização do termo “Estratégia” no século XVIII, embora referido à “Grande Tática”, significando a condução da Guerra (Martins, 1984, p. 102).

Cabral Couto efetua uma análise de diferentes conceitos de Estratégia, estabelecendo aquele que atualmente é para nós referência. Considera assim que a Estratégia é “a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (1988, p. 209). Relaciona ainda a Política e a Estratégia, constatando que “a Política comanda a Estratégia: a Política é um fim; a Estratégia é, como atividade, um meio para esse fim” (1988, p. 221).

Proença Garcia (2010, p. 123) identifica a Estratégia como sendo a “escolha do melhor caminho para se atingir um determinado objetivo com os meios (de *hard* e *soft power*) disponíveis, procurando no jogo dialético minimizar sempre as vulnerabilidades, maximizar as potencialidades e neutralizar as ameaças, tendo a sua aplicação num ambiente hostil ou competitivo, ou seja, em ambiente agónico”. Conceptualiza ainda a Estratégia Militar como sendo “a aplicação do instrumento militar para alcançar objetivos políticos”.

Em ambos os conceitos podemos identificar o elemento comum do ambiente de adversidade, caracterizado pela existência de uma entidade com interesses antagónicos, que materializa uma ameaça à concretização dos objetivos definidos, pelo que o conceito de Estratégia só tem aplicabilidade num ambiente de competição.

b. Mecanismo

No campo da Física, mecanismo refere-se a um conjunto de elementos móveis que, ligados entre si, permitem a transmissão e/ou transformação de movimentos. Transportando esta noção para um processo, podemos considerar que mecanismo é “todo o processo no qual se pode determinar, pela análise, uma série de fases subordinadas e dependentes uma da outra” (Porto Editora, 2003-2015). Entende-se assim como um encadeamento de eventos, interdependentes, com um propósito ou resultado final.

c. Vitória e Derrota

Segundo Heuser (2007, pp.xxvi-xxvii), Clausewitz considera que o sucesso na guerra significa impor a vontade de um perante o inimigo, persuadindo-o, através do uso da força, a desistir dos seus objetivos. Esta definição do sucesso na guerra, ou vitória, centra-se no cumprimento dos objetivos de guerra de uma parte e na imposição da sua vontade própria a um inimigo.

Bartholomees (2008, pp. 26-27) considera que na guerra a vitória é, no nível mais básico, a avaliação de uma situação, não um facto nem uma condição. Considera ainda que ganhar uma guerra é uma condição política, o que significa que uma vitória, ao nível mais elevado, é também definida ao nível político. Neste sentido, uma vitória táctica ou operacional, sem resultados políticos favoráveis, é estéril, e não pode ser considerada como uma verdadeira vitória. Colocando estas características em perspetiva, permite pensar na vitória em três níveis: tático, operacional e estratégico. Os níveis tático e operacional podem ser considerados quase exclusivamente militares, podendo ser avaliados pela comparação de baixas, terreno ocupado ou perdido, etc.. No entanto, os indicadores ao nível estratégico são mais complexos.

Bartholomees defende que, no final de tudo, o que conta são os resultados estratégicos, pelo que os sucessos táticos e operacionais, apesar de poderem criar condições para a vitória estratégica, não são por si suficientes. Neste contexto, apresenta uma escala múltipla¹, onde a derrota e a vitória são extremos opostos, e na qual vários pontos podem ser considerados, correspondendo a níveis de sucesso.



Figura nº 1 – Escala de sucesso

Fonte: Adaptado de (Bartholomees, 2008, p. 27).

No final do seu argumento, Bartholomees (2008, p. 35) conclui que a vitória na guerra consiste em quebrar a vontade de combater do inimigo, o que acaba por, em certa medida, ir ao encontro do pensamento de Clausewitz. Feita esta conceptualização da vitória, podemos inferir que a derrota, no patamar estratégico, por oposição à vitória, é a perda da vontade de combater. De igual modo, vários níveis de perda podem ser igualmente considerados, que conduzem à perda de uma guerra, sem, no entanto, implicarem uma derrota.

d. Opções

Optar significa fazer uma escolha entre diversas possibilidades. Uma opção representa uma tomada de posição perante essas mesmas possibilidades (Porto

¹ Atendendo aos três níveis: Tático, Operacional e Estratégico.

Editora, 2003-2015). No âmbito militar, o termo de opções está comumente associado a um conjunto de modalidades de ação que são estudadas para fazer face a um determinado problema, no que é mais frequentemente empregue a designação de opções militares de resposta. Assumindo uma maior abrangência, o conceito genérico de opções corresponderá ao conjunto de modalidades que possam ser avaliadas como exequíveis para fazer face a um determinado problema, seja este ao nível tático, operacional ou estratégico.

Neste espectro, uma opção terá uma complexidade crescente, podendo incluir vários instrumentos de poder para resolver a situação em causa, que contemplará no nível tático apenas meios militares, mas ao nível estratégico incluirá, além do instrumento militar, todos os outros instrumentos que se subordinam ao poder político, nomeadamente o diplomático, informacional e económico².

e. Vontade

Analisando o significado de vontade, podemos verificar que esta consiste num desejo, intenção, determinação ou deliberação (em concretizar algo). Representa a firmeza na decisão e constância na execução. É uma forma plenamente consciente de atividade (Porto Editora, 2003-2015). Transportando esta definição para uma determinada entidade (política ou coletiva), podemos inferir que “vontade” representa o desejo ou intenção em atingir determinados objetivos, para o qual existe uma determinação e uma decisão consciente de empregar os meios materiais e morais à disposição da referida entidade.

Podemos considerar ainda que esta determinação e decisão consciente se baseiam na percepção de que existe um conjunto de benefícios, para essa entidade, na consecução dos seus objetivos. A alteração desta percepção, na diminuição ou eliminação dos benefícios, traduzir-se-á na perda da determinação e alteração consciente da decisão, representando a quebra da vontade.

f. Conflitualidade

Conflito significa um momento crítico, uma luta entre dois poderes com interesses antagónicos, o choque de elementos contrários, resultante de discórdia (Porto Editora, 2003-2015). De uma forma abrangente, podemos considerar que existe um conflito quando dois ou mais atores têm interesses antagónicos, impossíveis de conciliar, ou que concorrem por um mesmo

² De acordo com a Pirâmide de Beaufre, inserindo-se no nível das estratégias gerais.

objetivo, não sendo possível uma relação de cooperação entre ambos. Um conflito entre atores pode degenerar num conflito armado, se for empregue o instrumento militar para coagir o adversário.

Atendendo a que o significado de conflitualidade é a qualidade ou estado do que envolve conflito (Porto Editora, 2003-2015), podemos extrapolar daqui que conflitualidade é o contexto ou o ambiente de antagonismo, ou de competição, onde se inserem dois ou mais atores, onde existe uma elevada possibilidade de se iniciar uma relação de conflito, ou esta está já em curso, independentemente da sua intensidade, existindo uma elevada probabilidade de ser empregue o instrumento militar. Para o presente artigo, iremos considerar a conflitualidade no contexto de um conflito em curso, com o emprego efetivo do instrumento militar.

2. A caracterização da conflitualidade

Conforme o tema do presente artigo, podemos considerar que as características da conflitualidade são dinâmicas, havendo uma evolução do fenómeno do conflito armado no tempo. Assim sendo, podemos identificar e associar características específicas dos conflitos a um período específico do *continuum* temporal. Esta divisão, para além de estar enquadrada com o tipo de análise pretendida, traduz também uma sistematização das tipologias da guerra, identificando períodos onde estas características são diferenciadas. Como Proença Garcia (2010, pp. 63-91) apresenta, são inúmeros os critérios para se atribuírem tipologias às guerras o que, considerando a totalidade dos critérios, tornaria impossível a desejada sistematização e análise.

a. Uma visão histórica – A teoria de Gray

Gray (1997, pp. 93-149) apresenta uma caracterização da guerra em períodos históricos. Considera um primeiro período que designa de guerra primitiva, travada no Neolítico, que visava satisfazer necessidades rituais e das populações. O segundo período apresentado é designado de guerra antiga, travada no período dos primeiros impérios e cidades, satisfazendo necessidades rituais e resolvendo questões económicas, com algumas exceções de guerras totais, pela sobrevivência de populações ou de ideologias. De seguida, considera o período da guerra moderna, que se inicia com a introdução de técnicas industriais e científicas, mais concretamente desde o início da expansão europeia pelo mundo, nos séculos XV-XVI, caracterizada pela lógica de guerra total.

O último período apresentado corresponde à guerra pós-moderna, que surge após a Segunda Guerra Mundial, período esse marcado pelo aparecimento do bombardeamento estratégico, da arma nuclear e dos computadores. Considera que a Segunda Guerra Mundial apresenta aspetos da guerra pós-moderna, uma vez que nela foram empregues o bombardeamento estratégico e a bomba nuclear, mas mantém o objetivo característico da guerra moderna – a vitória total.

Seguido desta compartimentação, Gray apresenta teorizações e reflexões sobre o que entende vir a ser o aparelho militar americano, o futuro tipo de soldado, que tipos de paz irão existir. Se a compartimentação da guerra parece interessante, facto é que a partir do período da guerra pós-moderna, onde Gray ainda considera estar, não existe uma análise mais detalhada da conflitualidade que possa útil para a finalidade deste texto.

Após a queda do Muro de Berlim o desmembramento da URSS alterou o *status quo* da ordem mundial, marcando o final da Guerra Fria. Até então, a capacidade nuclear das duas superpotências – EUA e URSS – tinha funcionado como dissuasão, reduzindo a probabilidade de se iniciar uma guerra entre as potências com armas nucleares (Waltz, 1990, p. 744). Pelas razões apresentadas, este é um marco com interesse para analisar a conflitualidade.

b. As Guerras Antigas e as Novas Guerras – A teoria de Kaldor

De acordo com António Telo (2002, pp. 218-222), o final da Segunda Guerra Mundial marcou o início de uma Revolução dos Assuntos Militares (RAM)³, quando se iniciou a transição para a Idade da Informação. Neste período surgiram três novidades técnicas que condicionam o desenvolvimento da RAM, sendo elas as armas de destruição massiva, a eletrónica em geral e os computadores em particular; e as armas inteligentes. Considera ainda que nesta RAM se podem identificar três fases. A primeira fase iniciou-se no final da Segunda Guerra Mundial, a segunda fase iniciou-se em 1961, estando muito ligada e condicionada pela Guerra do Vietname e a terceira fase, onde a RAM surge como uma realidade madura, iniciou-se na Guerra do Golfo. Esta maturidade surge num período de elevada instabilidade, consequência do final da Guerra Fria e do surgimento de novos tipos de ameaça, com característica assimétrica.

Numa outra perspetiva, Metz e Kievit (1994, p. v), no pós-Guerra Fria e em pleno rescaldo da Guerra do Golfo, referiam que muitos estrategistas

³ O Professor Telo designa a RAM de Revolução Militar em Curso.

americanos acreditavam que se estava no início de uma RAM que iria alterar a natureza da guerra. Perspetivavam ainda a instabilidade no Terceiro Mundo, com a fragmentação de Estados e a dispersão de poder entre atores não estatais. Previam a predominância de intervenções de imposição da paz em Estados falhados e de novas formas de subversão e terrorismo, usufruindo de apoio externo.

Mary Kaldor (2012, p. 4) considera que a RAM do pós-Guerra Fria se deve a uma alteração das relações sociais da guerra, e não à tecnologia. De acordo com a sua visão, existe uma divisão entre a conflitualidade atual e a conflitualidade anterior ao final da Guerra Fria, que Kaldor designa de “Guerras Antigas” e “Novas Guerras”. Este enquadramento é o que melhor se adapta ao objetivo do presente artigo, porquanto combina uma referência temporal com uma classificação tipificada da guerra.

Para Kaldor (2005, pp. 2-3; 2012, pp. 15-31), o conceito de Guerras Antigas refere-se ao conflito entre Estados, onde a opção decisiva era a batalha. No seu livro apresenta uma descrição tipicamente clausewitziana das Guerras Antigas, enquadrando-as no período entre o final do século XVIII e o meio do século XX. Neste tipo de conflitos, os Estados adquiriram o monopólio da violência organizada, sendo seu o papel de defender o território contra um adversário, o que lhes dava a legitimidade para agir. Estas guerras são travadas seguindo determinadas regras, codificadas nas Convenções de Haia e Genebra. O aparelho militar é suportado pelo Estado que, no caso de uma guerra total, pode canalizar o esforço da economia para a sustentação da guerra, no que se designa por economia de guerra. O esforço de guerra de um Estado terá como objetivo a derrota do inimigo no campo de batalha (Kaldor, 2012, p. 94).

Para Martin van Creveld, o período de 1991 até à atualidade marca um novo tipo de conflitualidade. Apesar de não ser muito concreto na identificação deste período, a designação que dá ao capítulo sexto do seu livro “A nova desordem mundial, 1991 até ao presente”⁴ (Creveld, 2008, pp. 213-259), delimita temporariamente uma época. Na sua argumentação sobre o terrorismo, defende que este não é um método novo, mas que assumiu uma maior preponderância no final do século XX, ao estar no centro dos conflitos em que as grandes potências se envolveram.

As Novas Guerras e as Guerras Antigas de Mary Kaldor têm de ser entendidas no contexto da globalização, que resultou de uma revolução nas tecnologias de informação, comunicações e processamento de dados, ocorrida

⁴ Tradução livre do autor. No original: *The New World Disorder, 1991 to the Present*.

nas décadas de 1980-90 (Kaldor, 2012, p. 4). Refletem o vazio de poder, típico de um período de transição nos assuntos mundiais, que é repercussão do final da Guerra Fria. Ocorrem no contexto da desintegração de Estados totalitários, sob o impacto da globalização. São guerras travadas por um conjunto de atores estatais e não estatais, onde a distinção entre combatentes e não-combatentes, violência legitimada e criminalidade é difusa. A maioria da violência é direcionada para a população civil, como consequência das táticas de contrassubversão ou limpeza étnica. São guerras que aceleram a desintegração do Estado, através da queda do PIB, da perda de receitas de impostos e da perda da legitimidade. Mas acima de tudo, dão origem a novas identidades sectárias (religiosas, étnicas ou tribais) que fragilizam o sentimento de uma comunidade política (Kaldor, 2005, p. 3).

Mary Kaldor (2005, p. 3) argumenta que as Guerras Antigas atingiram o seu expoente máximo no meio do século XX, onde a aplicação da ciência e da tecnologia ao ato de matar e as capacidades de mobilização dos Estados, levaram a uma destruição a uma escala inimaginável. Defende ainda que a Guerra Fria⁵, e mais recentemente a Guerra ao Terrorismo⁶, são formas de manter viva a ideia de Guerra Antiga, ligada a uma noção de comunidade política, que está patente no discurso dos políticos. No entanto, esta forma de olhar para o mundo impede que seja percebida a realidade das Novas Guerras (Kaldor, 2005, p. 4).

Apesar de considerar a Guerra ao Terrorismo como Guerra Antiga, defendendo que a Segunda Guerra do Iraque se iniciou com aquele enquadramento, a posterior desintegração do Estado levou-a a assumir as características de uma Nova Guerra, à medida que atores estatais e não-estatais tomavam parte no conflito (Kaldor, 2005, p. 8). No seu livro (2012, pp. 151-152), defende que a guerra no Afeganistão e no Iraque são Novas Guerras, não pela evolução tecnológica presente, mas pela alteração das relações sociais e pela desintegração do Estado, provocadas pela globalização. Nestes exemplos, a tecnologia apenas criou uma Guerra Antiga com meios atualizados. Segundo a autora, a falha na perceção das características das Novas Guerras é extremamente perigosa, pelo que para ter utilidade política é preciso tentar perceber o cenário.

Edward Smith (2006, pp. 4-5) refere que o mundo pós 11 de setembro de 2001 é complexo e não linear, onde as operações militares são um aglomerado complexo de variáveis interdependentes, observadas de diferentes perspetivas

⁵ Para Kaldor (2005, p. 4), a Guerra Fria foi uma guerra imaginária.

⁶ *War on Terror*, conforme apresentado pelo Presidente americano George W. Bush (filho).

a sua capacidade em meios, provocando a atrição, enquanto o seu opositor não-estatal procurará explorar a sua vontade superior, provocando a atrição e desgaste psicológico.

Kaldor apresenta dois exemplos onde caracteriza os atores não-estatais presentes. No Iraque, os movimentos subversivos consistem em grupos de elementos pertencentes às forças de segurança, que foram desmanteladas pelos EUA, tendo-se formado diversos grupos, inspirados principalmente pelo Nacionalismo e pelo fundamentalismo Islâmico Sunita. No Afeganistão, os movimentos subversivos são maioritariamente Taliban, encontrando-se grupos mais pequenos⁸ com características de organizações criminosas. A Al-Qaeda esta presente em ambos os TO. Também comum a ambos os TO são as milícias, com ligações tribais ou políticas (Kaldor, 2012, pp. 161-163).

Como elemento comum aos grupos subversivos, Kaldor (2012, p. 164) refere as motivações políticas, através da oposição à ocupação americana, que surgem das condições criadas pela globalização. Se existem motivações individuais diversas, narrativas como a criada pela Al-Qaeda servem como elemento aglutinador das várias ideologias na luta contra o Ocidente. Por sua vez, esta narrativa dá força ao argumento do choque civilizacional entre o Islão e o Ocidente apresentado por Huntington (1999, pp. 244-255).

Se existem diferenças significativas entre as características das Guerras Antigas e das Novas Guerras, como Kaldor apresenta, é então útil perceber como se poderá abordar esta “nova” conflitualidade, dado o insucesso que, de uma forma geral, se tem encontrado na aplicação das estratégias definidas. Ainda de acordo com Kaldor (2012, p. 166), as táticas convencionais (típicas das Guerras Antigas) empregues pela coligação foram a causa de um aumento da violência. Este facto levou a que, em 2007 no Iraque (Kaldor, 2012, p. 175) e em 2009 no Afeganistão (Kaldor, 2012, p. 178), se considerasse uma nova abordagem ao problema, mais centrado na questão da população e menos na força. No entanto, a estratégia continuou a ser conduzida por militares, com a opção do emprego do instrumento militar, sendo necessária uma maior intervenção civil (Kaldor, 2012, pp. 178-179).

Também Edward Smith (2006, pp. 15-19) argumenta que as operações militares, na conflitualidade atual, são conduzidas num sistema complexo e adaptativo, onde não existe uma linearidade na sequência das fases do conflito. Neste sistema, não é possível recuperar o *status quo* do início do conflito, dado que as interações que ocorreram num determinado ciclo alteraram o ponto de

⁸ Kaldor apresenta a rede Haqani (Hq) e o grupo Gulbuddin Hekmatyar (HiG).

partida para o ciclo seguinte, alterando o futuro. Considera que existem três implicações fundamentais da complexidade nas operações militares, à medida que cessam as operações de combate, e que se traduzem na alteração do foco para a dimensão humana do conflito, na interação envolvendo os pilares do poder do Estado ou da coligação⁹ (em detrimento do instrumento militar, ou envolvendo atores não governamentais ou internacionais) e, como consequência das anteriores, o aumento da complexidade das operações.

3. O mecanismo e as condições da vitória

Conforme apresentado anteriormente, o conceito de vitória e de derrota são subjetivos, uma vez que a percepção da vitória (ou da derrota) pode não ser obtida apenas pela obtenção da vitória (Angstrom & Duyvesteyn, 2007, p. 16). Neste capítulo analisamos o mecanismo e condições da vitória na conflitualidade tradicional e contemporânea.

a. Conflitualidade tradicional

Na conflitualidade tradicional, associando-a às Guerras Antigas apresentadas anteriormente, a vitória envolvia a derrota completa do inimigo, através da qual o vencedor conseguia erradicar completamente a oposição, ganhando ao inimigo ou levando à sua rendição. O objetivo da guerra total é a deposição do governo adversário ou a extinção do Estado inimigo como nação independente. Frequentemente, a justificação apresentada para a prossecução da vitória é a crença apaixonada e emotiva das virtudes da causa própria e da natureza demoníaca do inimigo. Na guerra total, a vitória assume a existência de uma vantagem militar e um controlo político absoluto sobre a guerra, de modo a que seja o poder político a colocar o fim nas hostilidades (Angstrom & Duyvesteyn, 2007, pp. 31-32).

Interpretando o argumento de Kenneth Waltz (1990, pp. 731-736), a vitória numa guerra nuclear implicaria a anulação das capacidades nucleares inimigas logo no primeiro ataque. Caso esta condição não fosse conseguida, os resultados da retaliação seriam desastrosos, o que tornaria o ataque inicial completamente fútil. Dada a disseminação das armas nucleares por vários tipos de plataformas, seria praticamente impossível obter a condição exposta, o que acabou por funcionar como dissuasão ao emprego das armas nucleares, caracterizando assim o período da Guerra Fria.

⁹ Político, económico, diplomático e social.

Através dos argumentos apresentados, depreende-se que o instrumento para obtenção da vitória, num conflito tradicional, foca-se quase exclusivamente no aparelho militar, que se destina a ser empregue contra o inimigo, até obter a sua destruição ou capitulação, materializando assim a cessação da sua vontade de combater. Deste modo, podemos inferir que os indicadores que avaliam os resultados da campanha militar são a ferramenta para se poder avaliar o progresso na obtenção da vitória, pelo que o conjunto de vitórias táticas conduzirá a vitórias operacionais, que por sua vez materializarão a vitória estratégica/política.

b. Conflitualidade contemporânea

Na conflitualidade contemporânea, associando esta às Novas Guerras, a obtenção da vitória realça uma aplicação mais subtil da capacidade militar, em que o uso da força se torna primariamente num instrumento diplomático, e em que as vitórias militares não são necessárias nem desejáveis (Angstrom & Duyvesteyn, 2007, p. 32).

Gabriella Blum (2013, pp. 406-407) argumenta que a globalização levou a que os atores não-estatais assumissem uma posição de paridade com os Estados, sendo capazes de infligir ataques armados com uma magnitude que antes estava reservada aos Estados. A ameaça difusa que os atores não-estatais e a sua liderança representam tornam difícil a dissuasão e a negociação, que funcionava entre atores estatais. A abordagem militar tradicional a este tipo de ameaça torna-se difícil de sustentar, uma vez que os atores não-estatais se misturam com a população civil. Neste ambiente, a abordagem de “conquistar corações e mentes”, ou seja, a simpatia das populações, não é ganha através da violência, mas antes através da benevolência e de medidas de reestruturação de longo-prazo no ambiente doméstico. Deste modo, a complexidade da estratégia requer que seja feita uma diferenciação entre os elementos presentes no espaço de batalha (combatentes, líderes, apoiantes, oposição, neutrais, etc.), adaptando as ações a executar sobre cada grupo.

Em 2010, numa entrevista no canal televisivo Al Jazeera, o General Petraeus, então Comandante da ISAF, considerava a vitória extremamente difícil de definir. Quando questionado se os Taliban estavam a ganhar o conflito, refere que a questão se deveria colocar na perspetiva das forças da coligação. Declara que a coligação estava a fazer progressos, e que a noção de vitória deveria ser colocada na verificação de determinadas condições ao longo do tempo.

Os conflitos contemporâneos não têm um estado final claro, necessitando do emprego de um conjunto de instrumentos – militar, econômico, político e civil – para serem resolvidos (Blum, 2013, p. 420). Citando o General Martin Dempsey (Presidente da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA), Dunlap (2013, p. 424) refere que obter a vitória significa “construir uma nação”. Na linha do argumento de Blum (2013, p. 394), Dunlap (2013, p. 426) refere que a teoria de Clausewitz permanece válida, sendo que a vitória seria o ponto em que o adversário se submeteria à vontade do vencedor. Mas no caso dos conflitos contemporâneos, as condições para a submissão são difíceis de determinar, dado que os objetivos traçados para a campanha são dinâmicos, podendo com o tempo perder a sua coerência.

Esta mesma teoria de Clausewitz pode ser inferida do argumento de Edward Smith (2006, p. 14), em que o autor defende uma alteração do conceito tradicional do “estado de guerra” para um complexo “estado de hostilidades”. Neste “estado de hostilidades” é possível identificar o início e o fim das operações de combate de grande envergadura, mas o final destas não significa o final das hostilidades. Nesta fase, o adversário adaptar-se-á à derrota convencional, mudando a sua forma de combater, até esgotar as suas opções ou a sua vontade.

Em suma, podemos inferir que o mecanismo e as condições da vitória nos conflitos contemporâneos são extremamente complexos, e que a força militar representa apenas um dos instrumentos para a alcançar. Há a necessidade de se definirem condições a atingir ao longo do tempo, de forma a se poder avaliar o progresso da campanha, e que os instrumentos do poder utilizados têm de ser utilizados de forma coordenada, sob o risco de se produzirem efeitos contrários ao pretendido. Neste aspeto, verifica-se que a força militar tem de diferenciar as ações a efetuar sobre os alvos, mediante a sua natureza, combinando ações cinéticas letais com ações não cinéticas, contribuindo para a materialização das condições da vitória.

Conclusões

Da análise da conflitualidade, verifica-se que existe uma alteração da predominância do tipo de conflitos da atualidade. Apesar de o conceito de Novas Guerras não ser totalmente novo, o ambiente em que as mesmas se desenrolam e a importância que as mesmas têm no contexto internacional dão um maior protagonismo a esta nova tipologia de conflitualidade, que parece crescer e alastrar a novas áreas, impulsionada pela globalização e pela permeabilidade dos Estados à informação.

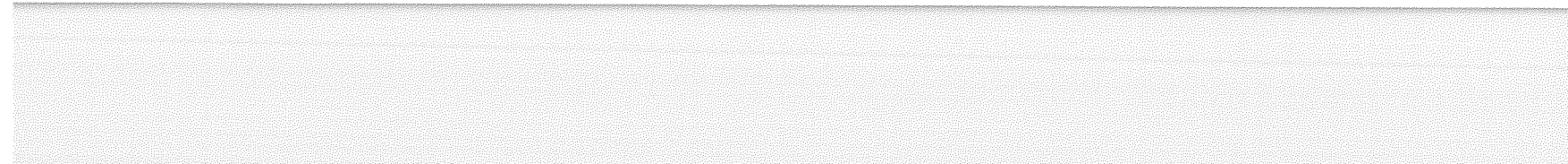
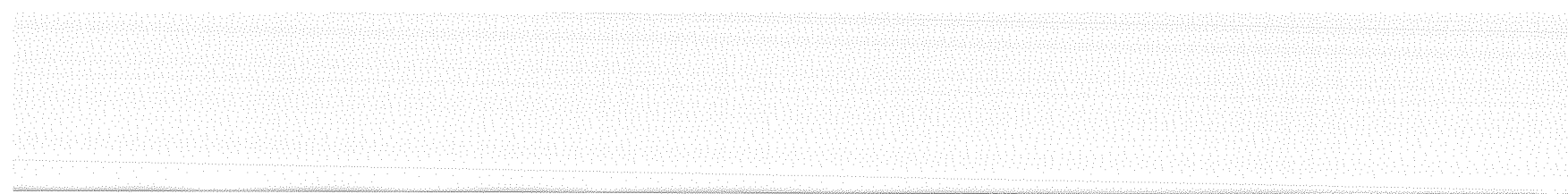
Relativamente à questão inicial deste artigo – Quais as diferenças no Mecanismo e Condições de Vitória da conflitualidade tradicional para a conflitualidade contemporânea? – podemos concluir que tanto na conflitualidade tradicional como na contemporânea, o pretendido com a vitória continua a validar o pensamento de Clausewitz, sendo este o submeter um adversário à vontade do próprio. No entanto, existem diferenças substanciais nos instrumentos empregues para levar a essa mesma submissão. Se na conflitualidade tradicional existe uma predominância do instrumento militar, cuja ação concorre quase em exclusivo para a consecução dos fins políticos, na conflitualidade contemporânea o quadro é mais complexo.

A necessidade de empregar vários instrumentos e a dificuldade em definir os indicadores de avaliação de sucesso que materializam as condições da vitória, tornam extremamente complexo encontrar o mecanismo da mesma. O instrumento militar deve ser utilizado com precaução e com restrições, uma vez que a aplicação da força numa proporção exagerada, apesar de poder corresponder a vitórias táticas ou operacionais, pode também implicar perdas estratégicas/políticas e prolongar o conflito. O instrumento militar deve ser aplicado, tal como Clausewitz preconizava, em subordinação à política, mas com o objetivo de contribuir para a estabilização. Para tal, é necessário que o nível político defina claramente quais os objetivos militares a atingir, de modo a que os líderes militares possam identificar a sua vitória.

Bibliografia

- Angstrom, J. & Duyvesteyn, I., 2007. *Understanding Victory and Defeat in Contemporary War*. 1ª ed. Oxon: Routledge.
- Bartholomees, J. B., 2008. *Theory of Victory*. Parameters - The US Army War College Quarterly, Summer, pp. 25-36.
- Blum, G., 2013. *Fog of Victory*. European Journal of International Law, Volume 24, pp. 391-421.
- Charles J. Dunlap, J., 2013. *Some Observations on Gabriella Blum's 'Fog of Victory'*. The European Journal of International Law, pp. 423-432.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia - Volume I*. Lisboa: IAEM.
- Garcia, F. P., 2010. *Da Guerra e da Estratégia - A Nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio.
- Gray, C. H., 1997. *Postmodern War - The New Politics of Conflict*. Nova Iorque: The Guilford Press.

- Heuser, B., 2007. *Introduction*. Em: *Carl Von Clausewitz - On War*. Nova Iorque: Oxford University Press, pp. vii-xxxii.
- Huntington, S. P., 1999. *O Choque das Civilizações*. 1ª ed. Lisboa: Grádiva.
- Kaldor, M., 2005. *Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror* - Lecture to the Cold War Studies Centre. Londres, s.n..
- Kaldor, M., 2012. *New and Old Wars - Organized Violence in a Global Era*. 3ª ed. Cambridge: Polity Press.
- Malešević, S., 2008. *The Sociology of New Wars? Assessing the Causes and Objectives of Contemporary Violent Conflicts*. International Political Sociology, junho, 2(2), pp. 97-112.
- Martins, R. F., 1984. *Acerca do conceito de Estratégia*. Nação e Defesa, jan-mar, Volume 29, pp. 98-125.
- Metz, S. & Kievit, J., 1994. *The Revolution in Military Affairs and Conflict Short of War*, Carlisle: Strategic Studies Institute - U.S. Army War College.
- Petraeus, D., 2010. *Frost Over the World* [Entrevista] (17 outubro 2010).
- Porto Editora, 2003-2015. *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. [Em linha] Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa> [Consult. 17 jan 2015].
- Smith, E. A., 2006. *Complexity, Networking, & Effects-Based Approaches to Operations*. EUA: DoD Command and Control Research Program.
- Telo, A. J., 2002. *Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso*. Nação e Defesa, Outono-Inverno, pp. 211-249.
- van Crevelde, M., 2008. *The Changing Face of War – Combat from the Marne to Iraq*. Paperback ed. Nova Iorque: Presidio Press.
- Waltz, K., 1990. *Nuclear Myths and Political Realities*. The American Political Science Review, setembro, 84(3), pp. 731-745.
- Walzer, M., 2013. *Coda: Can the Good Guys Win?*. The European Journal of International Law, Volume 24, pp. 433-444.



4. A Evolução Estratégica das Proxy Wars

Simão Pedro da Costa de Sousa
Major de Artilharia do Exército Português
Aluno do CEMC de 2014-2015
Lisboa, Portugal
simaosousa@gmail.com

Resumo

As guerras por procuração têm sido uma constante ao longo da história da guerra, sendo que o seu relativo baixo custo e menor vulnerabilidade política as têm tornado uma ferramenta útil para os Estados atingirem os seus objetivos estratégicos. Através da pesquisa bibliográfica e da análise de guerras, que apresentam as características de guerras por procuração, este artigo estudou a evolução estratégica das mesmas, para concluir que os atores que as apoiam estão a utilizar a guerra por procuração para atingirem objetivos estratégicos cada vez mais importantes das suas políticas. Esta é para nós uma indicação clara de que as guerras por procuração estão a ganhar relevância estratégica no sistema internacional.

Palavras-chave: Guerras por procuração, Objetivos estratégicos, Fatores de decisão estratégicos, Modalidades de ação estratégicas.

Abstract

Proxy wars have been constant throughout the history of the war, and its relatively low cost and lesser political vulnerability have made them a useful

Estudos Estratégicos: Estratégia contemporânea e conflitualidades

tool for states to achieve their strategic objectives. Through literature review and analysis of wars, which have the characteristics of proxy wars, this paper studied the strategic evolution of this sort of conflict, to conclude that the actors who support them are using proxy wars to achieve strategic objectives increasingly important to their policies. This is for us a clear indication that proxy wars are gaining strategic importance in the international system.

Keywords: *Proxy wars, Strategic objectives, Strategic decision factors, Strategic action.*

“A nação que faz uma grande distinção entre intelectuais e guerreiros vai ter o seu pensamento feito por cobardes e as suas guerras combatidas por tolos.”

(s.n. cit. por Headquarters United States Marine Corps, 1997, p. 1)

Introdução

Muitos viram os movimentos denominados por “Primavera árabe”, que varreram o Médio Oriente, em 2011, como o início de uma nova era de democratização. Mais recentemente, começaram a vê-los como materializando um novo período de islamização. No entanto, será antes mais útil perspetivar esse período como uma nova era de guerras por procuração (Alterman, 2013, p. 1). O presente artigo advém de um Trabalho de Aplicação Individual (TAI) inserido na unidade curricular de Estudos Estratégicos do Curso de Estado-Maior Conjunto, que se subordinava ao tema “A evolução estratégica das guerras por procuração”.

Neste contexto, o objetivo deste texto é avaliar a evolução estratégica deste tipo de conflito, por forma a tentar prever a sua relevância futura. Assim, foi definida como Questão Central (QC): serão as guerras por procuração relevantes no futuro?

Para alcançar a resposta dividimos este artigo em quatro partes. Na primeira, definem-se e enquadram-se os conceitos que nos possibilitaram analisar o problema. Na segunda parte, aborda-se a problemática de definir o que é uma guerra por procuração, construindo a definição para utilização neste artigo. Na terceira, analisam-se as guerras por procuração em três períodos

distintos, à luz da classificação dos atores envolvidos nos mesmos, da ordem dos objetivos estratégicos que pretendiam alcançar e de qual a modalidade de ação estratégia que foi utilizada. Por último, enquadram-se as tendências encontradas nesta tipologia de conflitos, numa tentativa de caracterizar qual a forma que estas poderão assumir num futuro próximo. Conclui-se apoiando o argumento de que as guerras por procuração serão muito relevantes no futuro.

2. Enquadramento conceptual

a. Sistema Internacional e Atores

Academicamente, o conceito de sistema tem sido utilizado tanto na definição de sistema internacional como na de sistema mundial. Fala-se de sistema internacional quando se pretende analisar e descrever as relações internacionais ou políticas, que podem conter também prescrições para a ação diplomática e militar. Apesar de o termo implicar uma noção de sistema, é utilizado, por vezes, para descrever situações em relações internacionais nas quais não existe sistema. Ou seja, fala-se de sistema mundial para analisar ou descrever situações político-económicas (Hatsuse, 2002).

O conceito de sistema internacional foi aceite no mundo académico nos finais dos anos 1950, mas tornou-se obsoleto no final dos anos 1990, quando surgiram expressões como regime internacional, governação global ou sociedade internacional¹, que são mais normativas e descritivas do que analíticas, por terem implicações explícitas para a promoção da cooperação internacional (Hatsuse, 2002). Neste artigo, é utilizado o termo *sistema internacional*, pois pretendemos analisá-lo sem o submeter às normas que outros termos implicam.

Se consultarmos o reputado dicionário *Merriam-Webster Unabridged* (2015), verificamos que um sistema pode ser definido como uma montagem de objetos, numa interação ou interdependência regular, ou como um conjunto de unidades combinadas pela natureza ou por arte, para formar um todo orgânico ou organizado. Estas definições estão bem conseguidas, mas são insuficientes, por não tomarem em consideração os diferentes poderes militares, económicos, políticos ou culturais, que circulam entre as partes do sistema que queremos considerar e que os ligam ou desligam.

¹ É um grupo de Estados (ou mais genericamente, um grupo de comunidades políticas independentes), que não se limitam a formar um sistema, no sentido em que o comportamento de cada um é um fator necessário ao comportamento dos outros, mas também que, através do diálogo, estabelecem e concordam em regras comuns e estabeleceram instituições para conduzir as suas relações e reconhecem que é do seu interesse comum manter estas condições (Buzan, 1993, p. 328).

Para Zinnes (cit. por Brecher & Yehuda, 1985, p. 17), uma definição satisfatória de sistema internacional tem que responder a duas perguntas fundamentais: como é que reconhecemos um, quando o vimos, e como se distingue um de outro. Sendo assim, Michael Brecher e Hemda Yehuda (1985, p. 17) propõem que um sistema internacional é um conjunto de atores que estão situados dentro de uma configuração de poder (estrutural), envolvidos numa interação regular (processo), separados uns dos outros por fronteiras definidas por um assunto e constringidos no seu comportamento por dentro (contexto) e por fora (ambiente). Para Hedley Bull (cit. por Hoffman, 1986, p. 185), um sistema de Estados forma-se quando dois ou mais Estados têm contacto suficiente entre eles, com suficiente impacto das decisões de um nas do outro, que cause que eles acreditem que, pelo menos em alguma medida, fazem parte de um todo. Alinhada com a última definição, temos a proposta do Tenente-General Cabral Couto, que utilizaremos neste trabalho: “Em sentido lato, um sistema político internacional pode ser definido como um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade” (Couto, 1988, p. 10).

A estes centros independentes de decisão política passaremos a chamar atores. A palavra ator, deriva do latim *actore*, que significa agente do ato, aquele que atua, interpreta, desempenha determinado papel (Marques, 2008). Os atores do sistema internacional são, segundo Ryo Osiba (cit. por Kan, 2002), entidades que têm as seguintes características: capacidade autónoma de determinar os seus objetivos e interesses; capacidade de mobilizar recursos humanos e materiais para alcançar os objetivos e interesses determinados; cujas ações sejam suficientemente significantes para influenciar as relações entre Estados ou o comportamento de outros atores não-governamentais no sistema internacional.

Para classificar os atores, vamos utilizar a metodologia descrita por Cabral Couto (1988, p. 11), dividindo-os em Estados², outros atores territoriais³,

² “Sociedades organizadas de forma soberana num território bem definido, geridas por um governo destinado a satisfazer as necessidades essenciais dos indivíduos e grupos que as compõem e que, em regra, evidenciam padrões culturais comuns, governo esse que detém o monopólio da força física” (Couto, 1988, p. 10).

³ “Embora sem possuírem os atributos da soberania, os movimentos políticos violentos de base territorial têm por vezes desempenhado um papel importante no sistema internacional” (Couto, 1988, p. 15).

organizações internacionais⁴ e organizações transnacionais⁵. Na abrangente categoria das organizações transnacionais, queremos acrescentar uma subcategorização: os atores não estatais violentos (ANEV), definidos por Troy Thomas (2004) e categorizados por Phil Williams (2008). O último autor afirma que os ANEV não são um fenómeno novo e que, mesmo durante o império Romano, existiam grupos armados e piratas que atacavam os cidadãos e as vias de comunicação, mas, no entanto, esse fenómeno foi praticamente insignificante durante o século XX. Ele identifica dimensões (motivação e objetivo, força e âmbito, modo como obtém recursos, estrutura organizacional, função desempenhada pela violência, relação com as autoridades e funções que desempenham em prol dos membros e apoiantes) para os categorizar em senhores da guerra⁶, milícias⁷, forças paramilitares⁸, movimentos subversivos⁹,

⁴ “Das relações que os Estados mantêm entre si resultam tomadas de consciência de interesses comuns, que tendem a corporizar-se na criação de organizações internacionais entre Estados” (Couto, 1988, p. 10). São exemplos disto a ONU, a OPEP e a OTAN.

⁵ “Indivíduos e grupos humanos estabelecem entre si relações permanentes de várias naturezas (religiosas, económicas, culturais, desportivas, etc.), fora do quadro territorial de um único Estado. Surgem, desta forma, organizações transnacionais em que os seus membros não são Estados” (Couto, 1988, p. 10).

⁶ São indivíduos carismáticos (a maioria dos quais tiveram alguma experiência ou formação militar), capazes de exercer controlo sobre territórios, através do seu poder militar. Por vezes coexistem com um Estado, mas tipicamente tentam garantir que o Estado não exerça controlo sob o seu território, mesmo que isso requeira o uso de força. Estão também dispostos a usar força contra os seus rivais (Williams, 2008, p. 9).

⁷ São muito semelhantes aos senhores da guerra, embora sem o líder carismático. A milícia pode ser entendida como uma força armada irregular que opera dentro de um Estado fraco ou falhado. Os membros de milícias vêm muitas vezes das classes baixas, e assim aquelas tendem a ser compostas por jovens do sexo masculino que são atraídos por dinheiro, recursos, alimentação e segurança (Williams, 2008, p. 10).

⁸ A distinção entre milícias e forças paramilitares não é totalmente clara. Uma possível característica distintiva é que forças paramilitares são, inicialmente, pelo menos, uma extensão de forças do governo. Elas existem com o consentimento tácito e muitas vezes o ativo incentivo do governo ou de forças militares do Estado (Williams, 2008, p. 11). Segundo Sunil Dasgupta (2009, p. 9), porque os exércitos profissionais, por razões políticas e militares, preferem não combater em guerras irregulares, recrutam, fundam, armam e organizam aliados locais em grupos armados que operam fora do âmbito da hierarquia militar. No entanto, o processo não é linear, pois os aliados por vezes retiram-se e renegociam a sua posição nas alianças. Esta abordagem permite aos exércitos profissionais manter as mãos relativamente limpas, no entanto, estas forças podem tornar-se muito difíceis de gerir.

⁹ São grupos ou movimentos, muitas vezes ideologicamente motivados, que executam ações organizadas, que procuram efetuar ou evitar a mudança política de um governo dentro de uma região, com foco em persuadir ou coagir a população através do uso da violência e subversão (NATO, 2011, p. 3-1).

organizações terroristas¹⁰, e organizações criminais e gangues de jovens¹¹.

b. Política e Objetivos Políticos

A Paz de Vestefália marcou o início do sistema internacional moderno, com a secularização da esfera política e o reconhecimento do papel dos Estados. Vestefália definiu o Estado como o único ator relevante do sistema internacional. Este modelo permaneceu praticamente intacto até ao século XX, em que o aprofundamento das relações de interdependência, o fenómeno da globalização e o surgimento dos novos atores internacionais obrigaram o Estado a partilhar o palco do sistema internacional. No entanto, e apesar de um pluralismo de atores, o Estado continua a ser o mais importante protagonista das relações internacionais (Marques, 2008, p. 12). Assim sendo, e apesar de todos os atores do sistema terem uma finalidade, vamos analisar a finalidade do ator Estado, que é a mais relevante no âmbito deste artigo.

A língua inglesa, de onde deriva uma parte da terminologia que utilizamos, tem dois termos distintos – *politics* e *policy* – que, por vezes, traduzimos para português como política. *Politics*, em sentido lato, pode ser definido como a atividade através da qual as pessoas fazem, preservam e alteram as regras gerais em que vivem. A política está, portanto, indissociavelmente ligada aos fenómenos de conflito (competição entre forças opostas que reflete a diversidade de opiniões, preferências, necessidades ou interesses) e aos de cooperação (trabalhar em conjunto para alcançar objetivos por ação coletiva). Max Weber (cit. por Maitah, 2010) afirma existir uma associação política, se a sua ordem for realizada continuamente dentro de uma determinada área territorial, pela aplicação e ameaça de força física;

¹⁰ Para as organizações terroristas, o uso da violência indiscriminada contra alvos civis não é apenas o centro de sua estratégia, mas é também a sua característica definidora. Esses grupos procuram a mudança política através do uso da violência, no entanto, diferem enormemente em termos de origens e objetivos. Cada uma das quatro vagas de terrorismo moderno identificadas por David Rapoport (2004) – anarquistas, anticoloniais, de esquerda e religiosas – teve o seu próprio conjunto de organizações militantes que procuraram a mudança e que utilizam a violência para obtê-la (Williams, 2008, p. 14).

¹¹ Embora algumas organizações criminosas continuem locais, a grande maioria respondeu às oportunidades de globalização, tornando-se transnacionais. Também se tornaram mais diversificadas, sendo que os grupos de crime organizado tradicionais, como as triades chinesas, a máfia italiana e a japonesa Yakuza, agora partilham a atenção dos meios de comunicação social com traficantes nigerianos, organizações criminosas russas e albanesas, gangues de motos e organizações de tráfico de drogas mexicanas, entre outras (Williams, 2008, p. 15).

e, para Lasswell (Cit. por Encyclopedia Britannica, 2015), a ciência política é o estudo das mudanças na distribuição dos padrões de valores na sociedade e, dependendo da distribuição do poder, o ponto focal de sua análise é a dinâmica de poder. Neste trabalho, vamos considerar *politics* como o processo pelo qual o poder é distribuído dentro de qualquer sociedade: a família, uma empresa, uma ordem religiosa, uma tribo, um Estado, uma região, a comunidade internacional. O processo de distribuição de poder pode ser ordenado – através de consenso, herança ou eleição – ou caótica – através de revolução ou guerra. Qualquer que seja o processo utilizado, a política é inerentemente dinâmica e não apenas a distribuição de poder, mas também o processo pelo qual ele é distribuído, e está sob constante pressão para a mudança (Headquarters United States Marine Corps, 1997, p. 11).

Por outro lado, *policy* pode ser caracterizada como um processo racional, cuja elaboração é um esforço consciente de um órgão político distinto, para usar o poder que possui na realização de um objetivo político (que pode ser apenas a mera manutenção ou o aumento do seu poder). *Policy* é um subcomponente racional¹² da política, podendo ser descrito como os objetivos ponderados e as ações de indivíduos na luta política. É necessário ter em conta que, embora *policy* seja diferente de *politics*, ela é produzida através de um processo político. Mesmo a mais racional das *policies* é, muitas vezes, o resultado de compromissos dentro do grupo político. Tais compromissos podem estar mais vocacionados para manter a paz ou a unidade dentro do grupo do que para realizar qualquer outro objetivo, podendo ser irrelevantes, ou mesmo contrárias, aos objetivos que o grupo se propôs alcançar (Headquarters United States Marine Corps, 1997, p. 12).

Estes objetivos políticos variam em natureza, importância, âmbito, dimensão temporal e num sem número de outros aspetos. Alguns exemplos de objetivos são: garantir a soberania nas águas territoriais, conseguir que um determinado governo baixe as tarifas aduaneiras, procurar alterar a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), obter a libertação de um cidadão que se encontra prisioneiro num país estrangeiro ou manter no poder um governo amigo (Couto, 1988, p. 35). Segundo Cabral Couto (1988,

¹² Não devemos confundir racionalidade com inteligência, razoabilidade ou compreensão. As *policies* podem ser boas ou más, podendo avançar em direção aos objetivos dos seus criadores ou involuntariamente fazê-los retroceder. Podem também perseguir os objetivos de paz e prosperidade, como podem procurar o extermínio de uma minoria ou competidor (Headquarters United States Marine Corps, 1997, p. 12).

p. 36), os objetivos políticos podem ser classificados, do ponto de vista da sua importância, em vitais¹³, importantes¹⁴ ou secundários.

c. Estratégia e Objetivos estratégicos

São muitas as definições de estratégia e numerosos os estudos feitos para as atingir. Desde as mais genéricas e simples, como a do Major-General Maurice (cit. por Couto, 1988, p. 100), que define a estratégia como a arte de empregar o potencial nacional para conseguir os fins da guerra, às mais complexas, como a de Thomas Schelling (cit. por Moreira, 1993), que afirma ser estratégia a arte do comandante em chefe que, na teoria da decisão, recebendo o conteúdo, traduzido na definição de um conjunto de planos que cobrem todas as contingências, defronta-se com uma situação em que os planos de emergência dominaram as intervenções exigidas por uma conjuntura que, resistindo ao esforço de identificação das variáveis, dificilmente consente a formulação de um conceito estratégico orientador do comando político. Neste trabalho, vamos utilizar a definição que resultou do estudo do termo feito por Cabral Couto: “A estratégia é a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (1988, p. 108). Decorrem desta definição dois pontos importantes: que a estratégia consiste em articular os meios para atingir objetivos políticos; e que a estratégia, não existindo no vácuo, implica um oponente, um conflito, uma competição ou uma situação em que alguém está a tentar atingir um objetivo diferente de outro.

A *policy* rege a estratégia, definindo os objetivos políticos que ela vai alcançar (Platias & Koliopoulos, 2010, p. 3). Se a estratégia é uma pelo seu objeto e métodos, na aplicação divide-se, necessariamente, em estratégias especializadas, válidas unicamente para um domínio particular da ação (Couto, 1988, p. 117). Segundo o General Beaufre (cit. por Couto, 1988, p. 117), existe uma verdadeira pirâmide de estratégias distintas e interdependentes, que se

¹³ “São vitais os objetivos cuja consecução é entendida como diretamente indispensável à sobrevivência nacional, pelo que, se necessário, o Estado mobilizará, para a sua consecução ou preservação, todos os recursos e recorrerá a todos os meios ou processos, militares e não-militares, que estiverem ao seu alcance; um objetivo vital não é negociável” (Couto, 1988, p. 36).

¹⁴ “São considerados importantes os objetivos que se relacionam, de forma significativa, com os fins últimos da política, mas sem serem indispensáveis à sobrevivência nacional, de modo que poderão obrigar ao emprego da força militar, mas de uma forma limitada e de acordo com um esforço proporcional ao valor atribuído ao objetivo em jogo” (Couto, 1988, p. 36).

torna necessário definir com clareza, para as combinar da melhor maneira, num conjunto de ações que visem a mesma finalidade de conjunto.

O nível mais elevado da estratégia é a grande estratégia ou estratégia total, que se refere ao uso de todos os meios disponíveis do Estado (militares, económicos, políticos e psicológicos), para alcançar os objetivos estabelecidos pela *policy* num conflito atual ou potencial. O domínio da grande estratégia é o sistema internacional, sendo influenciado por fatores como a estrutura do sistema internacional, o balanço internacional do poder, a diplomacia internacional e as tendências económicas globais. Além disso, a grande estratégia abrange e utiliza a totalidade do espaço soberano e da população, tanto porque faz uso de todos os meios nacionais, materiais e imateriais, como porque deve garantir a sua legitimidade interna (Platias & Koliopoulos, 2010, pp. 4-5). É a sua função concretizar os fins da ação estratégica, à luz dos objetivos políticos, auxiliar a política a definir a missão estratégica própria e dar missões aos vários domínios de ação, combinando as diversas estratégias gerais, ou seja, transformar os objetivos políticos, em objetivos estratégicos (Couto, 1988, p. 118). Quando aplicada a uma guerra específica, com um adversário específico dentro de um ambiente internacional específico, torna-se uma teoria da vitória. A teoria da vitória explica como uma guerra específica pode ser vencida (Platias & Koliopoulos, 2010, p. 20).

Apoiando a grande estratégia, existem as estratégias militares, económicas, políticas e psicológicas, a que Cabral Couto (1988, p. 118) chama estratégias gerais. A cada uma das formas de coação corresponderá uma estratégia geral. As estratégias gerais ainda se podem subdividir, de acordo com a natureza dos meios que empregam ou dos setores a que se dirigem, em estratégias particulares.

Podemos então concluir que os objetivos políticos são atingidos através da grande estratégia, que depois os decompõe em objetivos estratégicos para as estratégias gerais.

d. Fatores de decisão estratégica e modalidades de ação estratégica

O ambiente estratégico é um sistema complexo que se auto-organiza (um sistema de sistemas), que reage à entrada, mas não necessariamente de uma forma direta de causa e efeito. A estratégia é a forma como o Estado exerce influência intencional sobre este ambiente. Assim, a estratégia é um processo de pensamento disciplinado que visa a aplicação de um grau de racionalidade e linearidade, a um ambiente que pode ou não ser racional e linear. Para formular uma estratégia adequada, o estrategista deve primeiro identificar os fatores que potencialmente afetem esses interesses. A esses fatores, chamamos de decisão

estratégica (Yarger, 2010, p. 53). Para Cabral Couto (1988, p. 154), esses fatores são o objetivo político-estratégico a alcançar (missão), as características do ambiente operacional, os potenciais estratégicos dos adversários, suas possibilidades e vulnerabilidades e o tempo (prazos).

Para Richard Yarger (2010, p. 58) a determinação dos fatores estratégicos é um dos aspetos mais mal compreendido da estratégia. Os fatores estratégicos têm significado em relação aos interesses expressos e, da sua correta determinação, depende muitas vezes, o sucesso da estratégia.

Tendo determinado os fatores de decisão estratégica, Beaufre (cit. por Couto, 1988, pp. 156-159) propõe as seguintes modalidades gerais: ameaça direta¹⁵, ameaça indireta¹⁶, pressão indireta¹⁷, ações sucessivas¹⁸, ação de lassidão¹⁹, ação militar de aniquilamento²⁰, ação militar de atrito²¹ e ação indireta de neutralização²².

¹⁵ “Se dispomos de meios materiais poderosos, bem como de liberdade de ação, e que o objetivo é modesto, visando essencialmente a manutenção do «status quo» existente, impedindo um adversário de o alterar. Se o objetivo é modesto, o adversário não estará, certamente, disposto a correr grandes riscos e, consequentemente, o seu empenhamento e determinação (forças morais) serão de fraco valor. Consequentemente, mesmo que a relação de forças seja apenas equilibrada (e, não, de franca superioridade), a simples ameaça de emprego daqueles meios poderosos pode levar esse adversário a renunciar a quaisquer pretensões de modificação da situação existente” (Couto, 1988, p. 156).

¹⁶ “A renúncia do adversário resultará fundamentalmente da ameaça de uma potencial intervenção de um «terceiro» e poderoso aliado” (Couto, 1988, p. 156).

¹⁷ “Uma das maneiras de atingir o objetivo será recorrer a ações mais ou menos insidiosas, de natureza diplomática, psicológica, económica e clandestina no interior do adversário, em regra prolongadas no tempo, visando desequilibrar, amolecer, desestabilizar ou desgastar o adversário, de forma a enfraquecer sobretudo as suas forças morais e a levá-lo a aceitar o fim visado” (Couto, 1988, p. 156).

¹⁸ “Consiste numa série de ações sucessivas aparentemente modestas, entrecortadas por pausas, nas quais se combinam a ameaça direta, a pressão indireta e ações militares rápidas, mas limitadas” (Couto, 1988, p. 157).

¹⁹ “Executar ações de desgaste do adversário, enfraquecendo progressivamente as suas forças materiais e, especialmente, morais. Desta forma, progressivamente, numa luta prolongada a relação de forças vai-se alterando, ao mesmo tempo que se acentua a «decalagem» ente os graus de liberdade de ação de ambas as partes” (Couto, 1988, p. 157).

²⁰ O objetivo militar será, prioritariamente, o aniquilamento do grosso das forças militares adversas” (Couto, 1988, p. 158).

²¹ “Pode conseguir-se melhorar a relação de forças através de uma tática adequada, que combine a manobra com ações de flagelação, se consiga evitar a batalha e, ao mesmo tempo, desgastar o inimigo, material e psicologicamente, até se obter uma situação favorável. A decisão será obtida, ou por uma ação de aniquilamento, ou por simples desagregação das forças morais do adversário, e que torne aquela ação desnecessária” (Couto, 1988, p. 158).

²² “É na ordem interna «o golpe de Estado» e na ordem externa o «golpe de Estado» consequente de ação clandestina no interior do adversário, e que visa colocar no poder um governante «fantoche» ou, pelo menos, mais favorável aos objetivos visados” (Couto, 1988, p. 158).

3. Guerra por procuração

Segundo Armando Marques Guedes (2014), o conceito de *proxy war*²³, que passaremos a designar por guerra por procuração, refere-se a conflitos bélicos instigados por uma potência – em regra média ou grande, mas podendo não o ser – que nela não participa de maneira direta. Está, por isso, implícita a ideia de que aquilo que está em causa é a ‘representação’ dos interesses de uma potência por forças exteriores, que dela não constituem parcela intrínseca. Ao utilizar a expressão guerra por procuração, referimos normalmente guerras nas quais os oponentes utilizam partes terceiras, sejam elas forças governamentais, mercenários, ou atores não-estatais, como seus substitutos na condução material do conflito. No entanto, e segundo o mesmo autor, vários problemas se colocam a esta definição. Poder-se-á, com propriedade, falar de representação de interesses de potências exteriores quando estas últimas se limitam a fornecer apoios financeiros e/ou em armamento, ou será imprescindível um envolvimento maior, como por exemplo o de envio de “conselheiros militares”, ou até de capacetes azuis? E qual o papel que nessa definição tem os atores não-estatais? A presença num conflito armado de entidades como o *Hezbollah*, na Síria, a partir de 2012, ou da *Blackwater*, no Iraque, a partir de 2003, ou, ainda, dos putativos “soldados-da-fortuna” como os *Executive Outcomes*, em Angola, dos anos de 1990, será suficiente para podermos alegar que estamos perante ‘delegados’ da República Islâmica do Irão, dos Estados Unidos da América (EUA) e da República da África do Sul? (Guedes, 2014).

Neste trabalho, vamos utilizar a definição mais abrangente de Andrew Mumford (2013, p. 1), de que guerras por procuração são empenhamentos indiretos num conflito por parte de atores que pretendem influenciar o seu resultado estratégico.

Podemos argumentar que o recurso à guerra por procuração tem sido um elemento permanente da guerra, que continua a verificar-se, porque a obtenção de um resultado estratégico preferencial num determinado conflito vai continuar a ser preferido às consequências de um empenhamento direto no mesmo. Esta tendência tem sido particularmente dominante, a partir de 1945, porque a sombra de uma guerra nuclear garantiu um maior cuidado no empenhamento em conflitos. Numa reunião do *National Security Council*, em 1955, o presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, descreveu as guerras por procuração como a forma mais barata de apólice de seguro, pois considerava

²³ O termo inglês *proxy war*, é normalmente traduzido para português como guerra de “substituição”, ou “por delegação” ou “procuração”. Passaremos a utilizar o termo guerra por procuração para este conceito.

que estas reduziam o custo e a vulnerabilidade política em relação a uma intervenção direta. A atração pelas guerras por procuração, para quem define a *policy*, deve-se a uma percepção de menor risco (sem mortos em combate e menor vulnerabilidade política) e de menor simbolismo (em caso de derrota, evita uma grande derrota estratégica e, em caso de vitória, garante influência contínua) (Mumford, 2013, p. 2).

No entanto, a relutância de enviar as suas próprias forças para alcançar vitórias estratégicas tem levado os Estados a aceitar derrotas nas suas guerras por procuração, tal como aconteceu com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o seu apoio aos Estados árabes. Estas derrotas levaram muitos autores a considerar que o sucesso da URSS no apoio aos movimentos subversivos em África²⁴ se deveu à sua capacidade de entregar com mais rapidez as quantidades necessárias de armamento aos seus delegados (Mumford, 2013, p. 101).

4. Evolução histórica

Para avaliar a evolução estratégica das guerras por procuração, dividimos a nossa avaliação em três períodos de tempo distintos: até à Segunda Guerra Mundial, durante a Guerra Fria e após a queda do Muro de Berlim.

a. Até à Segunda Guerra Mundial

Um dos primeiros registos de guerras por procuração é a campanha portuguesa na Abissínia (1541-1543), em apoio ao imperador Cláudio, que, com um contingente ínfimo de soldados, evidentemente sujeito às paixões e interesses daqueles que o integravam, impediu objetivamente o desmoronar de um dos reinos cristãos mais antigos (Sousa, 2009).

Outro exemplo é o da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), em que a apoiar a Segunda República da Frente Popular estavam, política e militarmente, a URSS, o México e grupos mais ou menos orgânicos de voluntários de numerosos países agregados nas famosas Brigadas Internacionais; enquanto o Terceiro Reich alemão, a Itália fascista e o Estado Novo português apoiaram o Movimento Nacional liderado pelo *caudillo* General Francisco Franco (Guedes, 2014).

²⁴ É necessário notar que não existe uma correlação direta entre o sucesso do ator delegado e a influência que o seu apoiante tem sobre ele ao longo do tempo (Mumford, 2013, p. 101).

Tabela nº 1 – Análise de guerras por procuração anteriores à Segunda Guerra Mundial

Conflito	Atores			Ordem de Objetivo Estratégico		Modalidade de Ação Estratégica	
	Apoiado	Apoiante		Apoiado	Apoiante	Apoiado	Apoiante
Guerra Abis-Adal 1529-1543	Nome	Categoria	Nome	Categoria	Estado	Ação militar aniquilamento	Ação militar aniquilamento
	Abissínia	Estado	Portugal	Estado	Vital	Ação militar aniquilamento	Ação militar aniquilamento
Revolução Americana 1775-1783	Sulhanato de Adal	Estado	Império Otomano	Estado	Importante	Ação militar aniquilamento	Ação militar aniquilamento
	Independen lista Grã-Bretanha	Alor territorial	Frância Espanha	Estado Estado	Vital	Ação de lassidão	Ações sucessivas Pres. Indireta
		Estado	---	---	Importante	---	---
	Nacionalist as Republican os	Movimento Subversivo	Alemanha Itália Portugal URSS México	Estado Estado Estado Estado Estado	Secundário Secundário Secundário	Ação militar aniquilamento	Ações sucessivas Pres. Indireta
G. Civil Espanha 1936-1939		Estado		Estado	Vital	Ação militar aniquilamento	Ações sucessivas

Fonte: (Autor, 2015).

b. Durante a Guerra Fria

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da era nuclear acen-
tuou-se o risco de ameaçar a segurança de uma potência nuclear ou de lhe fazer
a guerra. As armas nucleares introduziram o paradoxo da estabilidade/instabi-
lidade²⁵ e levaram os Estados a procurar alternativas para obter os resultados
estratégicos, limitados nas suas consequências. Isto levou à conclusão de que
as guerras por procuração eram meios convenientes para as superpotências
exercerem a sua influência nos países do terceiro mundo, sem correrem o risco
de estas escalamem (Mumford, 2013, p. 3)

É de sublinhar que as guerras por procuração não eram (nem são) atua-
ções locais, independentes, nem atividades bélicas discretas. Ao invés, tendiam,
como ainda tendem, a ter lugar em paralelo e no quadro maior de conflitos
armados mais amplos e de menor intensidade pontual – estes conflitos apresen-
tam características de conflitualidade complexa, pois envolvem inevitavelmente
a defesa armada de interesses próprios dos atores apoiados que, como é evi-
dente, raramente coincidem por inteiro com os dos Estados-diretores que, por
procuração, os utilizam de modo instrumental (Guedes, 2014).

²⁵ A conceção de paradoxo da estabilidade/instabilidade, de Glenn Snyder, afirma que os
balanços de poder nuclear e convencional interagem de várias formas e, por vezes, têm
efeitos contraditórios.

Tabela nº 2 – Análise de guerras por procuração durante a Guerra Fria

Conflito	Apoiado			Atores			Ordem de Objetivo Estratégico		Modalidade de Ação Estratégica	
	Nome	Categoria	Nome	Categoria	Nome	Categoria	Apoiado	Apoiante	Apoiado	Apoiante
Guerra do Vietnam 1957-1975	Vietnam do Sul	Estado	EUA	Estado			Vital	Importante	Ações sucessivas	Ação militar aniquilamento
	Vietnam do Norte	Estado	URSS China Cuba	Estado Estado Estado			Vital	Importante Importante Secundário	Ação militar aniquilamento & Ação de lassidão	Pressão Indireta
Baía dos Porcos 1961	Exilados	Movimento Subversivo	EUA	Estado			Vital	Importante	Ação indireta neutralização	Pressão Indireta
	Cuba	Estado	URSS	Estado			Vital	Importante	Ação militar aniquilamento	Pressão Indireta
Guerra nas Províncias Ultramarinas 1961-1974	Portugal	Estado	---	---			---	Vital	---	---
	MPLA, FNLA, UNITA, FLEC, PAIGC, PRELMO	Atores territoriais	URSS USA	Estado Estado			Vital	Secundário Secundário	Ação indireta neutralização	Ações de lassidão
Guerra no Afeganistão o 1979-1989	República Democrática Afeganistão	Estado	URSS	Estado			Vital	Importante	Ações sucessivas	Ação militar aniquilamento
	Mujahidien	Movimento Subversivo	EUA, Arábia Saudita, China	Estado			Vital	Secundário	Pressão Indireta & Ação de lassidão	Pressão Indireta Ação de lassidão

Fonte: (Autor, 2015).

c. Após a queda do muro de Berlim

Mesmo depois da estrutura bipolar do sistema internacional ter terminado, em 1990, e de uma nova era de globalização despoletar uma revolução informacional que aumentou a relevância dos atores não estatais, as guerras por procuração continuaram a ser um elemento recorrente na conflitualidade. Durante a última década do século XX, a noção de intervenção ficou associada à noção de “responsabilidade de proteger” e ao humanitarismo, tendo camuflado a contínua presença de Estados ocidentais em guerras por procuração (Mumford, 2013, p. 4).

O facto de os Estados ainda recorrerem ao uso de guerras por procuração no atual ambiente estratégico já não pode ser atribuído às rivalidades entre superpotências. Para compreendermos isto, Sunil Dasgupta (2009) compilou as seguintes observações: após a Segunda Guerra Mundial, atores fracos começaram a vencer atores mais fortes; os problemas dos Estados democráticos, com os custos políticos de baixas em combate e ao emprego de táticas de contrassubversão (aumentando assim o nível de violência); a maior aversão ao risco após o fim da Guerra Fria; a emergência de um mundo unipolar deixou alguns Estados em oposição à única potência, mas sem meios para o fazer; e o declínio da capacidade dos restantes atores influenciar disputas regionais.

Tabela nº 3 – Análise de guerras por procuração após a queda do muro de Berlim

Conflito	Atores			Ordem de Objetivo Estratégico		Modalidade de Ação Estratégica	
	Apoiado		Apoiante	Apoiado	Apoiante	Apoiado	Apoiante
	Nome	Categoria					
Guerra no Líbano 2006	Líbano	Estado	Irão	Estado	Vital	---	---
	Israel	Estado	---	---	---	---	---
	Governo Sírio	Estado	Rússia, Irão, China	Estado	Vital	Ação militar aniquilamento	Pressão Indireta
G. Civil Sírio 2011-até ao presente	FSA, ISIS, Etc.	Movimento Subversivo	Turquia, A. Sandita	Estado	Vital	Ação militar aniquilamento	Pressão Indireta
	Ucrânia	Estado	EUA NATO UE	Estado Org. Int. Org. Int.	Vital	Ação militar aniquilamento	Pressão Indireta
Conflito Ucrainiano 2014-até ao presente	Novorossiia	Movimento Subversivo	URSS	Estado	Vital	Ações sucessivas	Pressão Indireta

Fonte: (Autor, 2015).

5. Futuro das guerras por procuração

Durante este trabalho encontramos algumas tendências que, consideramos, vão manter as guerras por procuração relevantes no futuro próximo. Em primeiro lugar, as guerras convencionais totais entre Estados desenvolvidos têm vindo a diminuir (Mueller, 1989 cit. por Mumford, 2013, p. 4). Esta tendência tem reflexo nos quadros de análise das guerras por procuração, que demonstram um aumento do grau de importância da ordem do objetivo estratégico pelo qual os países fazem as guerras por procuração. Se no passado os países se empenhavam diretamente em guerras limitadas por objetivos importantes, parece-nos que agora se empenham em guerras por procuração para objetivos do mesmo grau de importância.

Uma segunda tendência é a revelada pelos esforços de contrassubversão ao longo da história. Este esforço é momentâneo e normalmente dura enquanto existirem forças empenhadas. Após os desenvolvimentos nas campanhas do Iraque e no Afeganistão, a maioria das nações ocidentais estará renitente em empenhar-se em esforços semelhantes, sendo que as guerras por procuração proporcionarão uma solução para a satisfação dos seus objetivos estratégicos. As guerras por procuração têm-se tornado em operações baseadas em efeitos, onde o objetivo estratégico específico desejado (como por exemplo a destituição de um regime autoritário) é obtido evitando algumas outras consequências (como o escalar de um conflito com outro rival), com um custo monetário aceitável (que é um fator estratégico cada vez mais relevante), sem que o Estado tenha empenhado forças diretamente no conflito (Mumford, 2013, p. 102).

Outra tendência que é identificada por vários autores e que pode ser identificada nos quadros de análise é a constituição de coligações para realizar guerras por procuração. A forma como as superpotências providenciavam armas, treino e recursos financeiros aos seus apoiados tem vindo a ser adotada por coligações que executam guerras por procuração no início do século XXI. Isto não quer dizer que a forma unilateral de prestar apoio se tenha tornado obsoleta, mas que tem havido uma tendência para a formação de coligações. Esta tendência verificou-se na intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no apoio às forças anti Kadafi na Líbia, ou no apoio ao mesmo ator não estatal, o Hezbollah, por parte da Síria e do Irão na sua luta contra Israel (Mumford, 2013, p. 103).

Do estudo das guerras referidas nos quadros de análise e das conclusões do detalhado estudo de Andrew Mumford (2013), foram encontradas três consequências frequentes para aqueles envolvidos nas guerras por procuração.

A primeira é a dependência. Na estrutura bipolar da Guerra Fria, as dependências políticas e económicas que as potências coloniais impunham às suas colónias, e contra as quais os atores territoriais e movimentos subversivos lutavam, foram transferidas para as potências que os apoiaram e que forneceram estabilidade política, orientação ideológica e apoio económico após a descolonização (Mumford, 2013, p. 104).

Outra consequência foi a violência prolongada e/ou intensificada. A ideia de que a intervenção de um Estado apoiante irá causar o fim prematuro do conflito é falsa e, normalmente, o que acontece é que um beligerante fraco é potenciado e é criado um impasse no conflito (Mumford, 2013, p. 105).

Por último acontecem fenómenos de alastramento e retorno. O apoio a um beligerante é feito na premissa de que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. No entanto, a história das guerras por procuração está repleta de exemplos de que esta política corre graves riscos de criar consequências contraproducentes não intencionadas quando o conflito terminar. As consequências futuras de decisões de *policy* são, sem dúvida, exacerbadas em situações de guerra por procuração, dada a natureza muitas vezes fugaz da relação entre o apoiante e o apoiado, e de o objetivo estratégico apoiante ser tipicamente de curto prazo. Isso deixa as consequências a longo prazo da intervenção imponderadas (Mumford, 2013, p. 106).

Conclusões

Neste trabalho propusemo-nos responder à questão da relevância estratégia futura das guerras por procuração. Para o fazermos, escolhemos alguns conflitos que considerámos terem as características de uma guerra por procuração e analisámo-los, à luz dos conceitos estratégicos de ator, objetivo estratégico e modalidade de ação estratégica. Desta análise, podemos afirmar que, relativamente aos atores apoiados, estes variam na sua caracterização e combatem em todos os casos analisados por objetivos vitais. Os atores que apoiam estes conflitos são normalmente Estados, no entanto surgiu recentemente uma tendência, que se tem vindo a acentuar, de os apoios serem prestados através de organizações internacionais ou de vários atores externos que intervêm no conflito através do mesmo ator empenhado. É também de salientar que não encontramos nenhuma tendência definida para a modalidade de ação estratégica utilizada pelo ator apoiado ou apoiante. Contudo, nota-se uma alteração da modalidade de ação do apoiado, quando recebe os apoios, e uma preponderância da pressão indireta por parte do apoiante. Consideramos que esta indefinição se deve ao âmbito limitado do artigo e deve ser colocada essa hipótese em estudos mais profundos.

Como última conclusão relevante, destaca-se o facto de os atores apoiantes estarem a utilizar a guerra por procuração para atingirem objetivos estratégicos cada vez mais importantes da sua *policy*. Esta é para nós uma indicação clara de que as guerras por procuração estão a ganhar importância estratégica no sistema internacional.

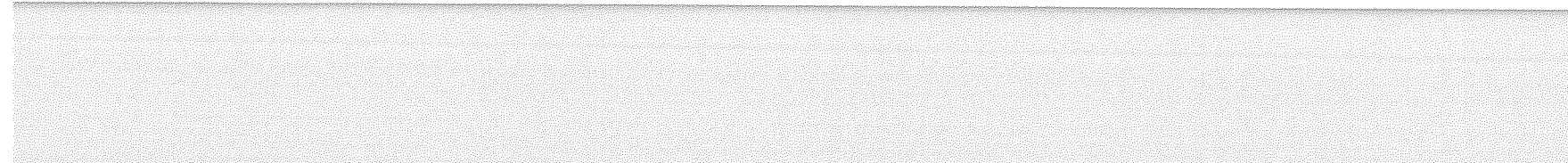
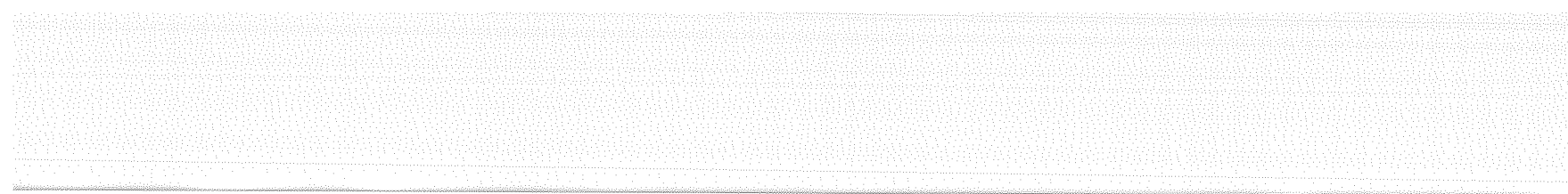
Visto que a análise foi baseada numa amostra de apenas dez guerras por procuração, sendo dificilmente uma amostra representativa do seu universo, sentimos a necessidade de complementar os resultados do trabalho com os resultados de outros estudos do tema.

Parece ser claro que o decisor da estratégia geral militar deve preparar o instrumento militar para este tipo de conflito, que é cada vez mais importante no sistema internacional. Nesta preparação, é importante identificar qual a presente tendência da modalidade de ação estratégica utilizada para o apoio, coisa que este trabalho não teve a oportunidade de fazer. Deparamo-nos também com um problema que, embora saísse do âmbito do trabalho, deve ser aprofundado. Este problema é relativo às consequências contraproducentes, não intencionadas, que por vezes surgem das guerras por procuração. É importante identificar a razão e mitigar este problema. Propomos como hipótese de um posterior estudo que esta situação ocorrerá devido a um deficiente levantamento dos fatores de decisão estratégicos.

bibliografia

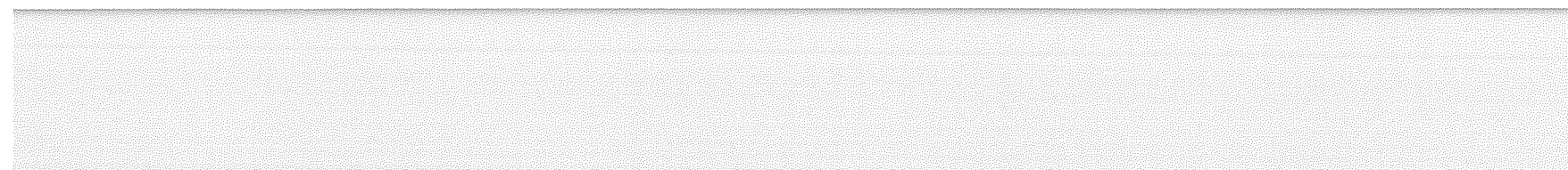
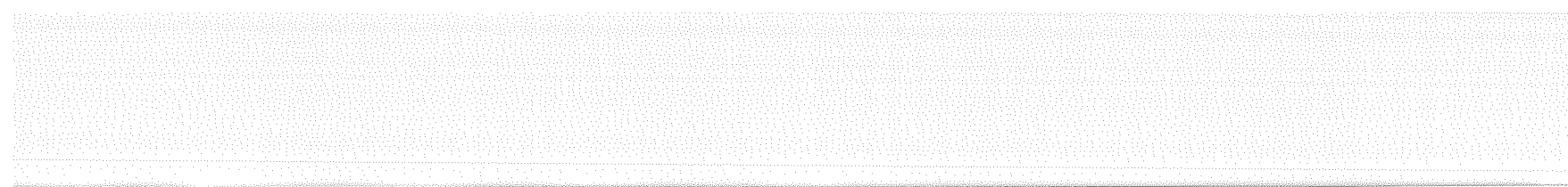
- Alterman, J. B., 2013. *The Age of Proxy Wars*. Washington D.C.: Center for Strategic and International Studies.
- Brecher, M. & Yehuda, H. B., 1985. *System and Crisis in International Politics*. Review of International Studies, 11(1), pp. 17-36.
- Buzan, B., 1993. *From International System to International Society: Structural Realism and Regime Theory Meet the English School*. International Organisation, 47(3), pp. 327-352.
- Couto, C., 1988. *Elementos de estratégia: apontamentos para um curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Dandan, S. B. S., 2011. *Using non-state proxies: The use of armed groups in the greater Middle East after the Cold War*. [Em linha] Disponível em: <http://polsci.ku.dk/uddannelser/phd/projektbeskrivelser/Eksempel5-ENG.pdf> [Consult: 25 jan 2015].
- Dasgupta, S., 2009. *Paramilitary Groups: Local Alliances in Counterinsurgency Operations*. Washington, DC: Brookings.
- Encyclopedia Britannica, 2015. *Encyclopedia Britannica*. [Em linha] Disponível em: <http://www.britannica.com/> [Consult: 19 jan 2015].
- Guedes, A. M., 2014. *Proxy Wars*. [Em linha] Disponível em: https://www.academia.edu/9201902/Proxy_Wars [Consult: 20 jan 2015].
- Hatsuse, R., 2002. *International System*. In: M. Sekiguchi, ed. *Encyclopedia of Life Support Systems*. Paris: Eolss.
- Headquarters United States Marine Corps, 1997. *Marine Corps Doctrinal Publication 1-1 Strategy*. Washington, D.C.: Headquarters United States Marine Corps.
- Hoffman, S., 1986. *Hedley Bull and His Contribution to International Relations*. International Affairs, 62(2), pp. 179-195.
- Kan, H., 2002. *Actors in world politics*. In: M. Sekiguchi, ed. *Encyclopedia of Life Support Systems*. Paris: Eolss.
- Maitah, M., 2010. *Defining Politics*. [Em linha] Disponível em: <http://www.maitah.com/PC/defining%20politics.pdf> [Consult: 21 jan 2014].
- Marques, G. B., 2008. *Velhos e novos atores: as relações internacionais de Vestfália ao século XXI*. Ius Gentium: Teoria e Comércio no Direito Internacional, Volume 1, pp. 12-32.

- Merriam-Webste Unabridged, 2015. *Merriam-Webste Unabridged Dictionary*. [Em linha] Disponível em: <http://unabridged.merriam-webster.com/> [Consult. 19 jan 2015].
- Moreira, A., 1993. *Estudos superiores de estratégia*. Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.
- Mumford, A., 2013. *Proxy Warfare*. Cambridge: Polity Press.
- NATO, 2011. *AJP-3.4.4 Allied Joint Doctrine For Counterinsurgency*. Brussels : North Atlantic Treaty Organization.
- Platias, A. G. & Koliopoulos, C., 2010. *Thucydides on Strategy*. London, Hurst.
- Raport, D. C., 2004. *The Four Waves of Modern Terrorism*. In: A. K. Cronin & J. M. Ludes, eds. *Attacking Terrorism: Elements of a Grand Strategy*. Washington, DC: Georgetown Univ, pp. 46-73.
- Sousa, L. C. e., 2009. *Campanha da Etiópia 1541-1543*. Lisboa: Tribuna da História.
- Thomas, T. S. & Casebeer, W. D., 2004. *Violent Non-State Actors: Countering Dynamic Systems*. Strategic Insights, 3(3).
- Williams, P., 2008. *Violent non-state actors and national and international security*. Zurique: International relations and security network.
- Yarger, H. R., 2010. *The strategic appraisal: the key to effective strategy*. In: J. B. Bartholomees, ed. *Theory of War and Strategy*. Carlisle: U.S. Army War College, pp. 53-66.



Parte II

Conflitualidades



5. Impactos Estratégicos do Escudo Antimíssil na Europa

Paulo Jorge da Silva Carvalho
Major de Transmissões
Aluno do CEMC 2014-15
Lisboa, Portugal
carvalho.pjs@iesm.pt

Resumo

Depois de um passado, não muito longínquo, marcado pelas dinâmicas da Guerra Fria e da dissuasão nuclear, a chegada do sistema de defesa antimíssil à Europa veio em larga medida reacender os receios da Federação Russa relativos à segurança do seu território e provocar a quebra da estabilidade estratégica existente. Isto porque os EUA procuram a primazia nuclear como forma de preservar a hegemonia num mundo que querem tornar unipolar, tendo feito deste sistema antimíssil um objetivo estratégico, enquadrado pela OTAN e apoiado nos laços históricos de solidariedade dos aliados da Europa. A resposta da Rússia foi aumentar as suas forças convencionais e reiterar as evocações ao seu poder nuclear, tornando mais credível a sua ameaça e, aumentando assim, o seu poder de dissuasão. A crise da Ucrânia revelou uma Rússia determinada a cumprir a sua parte para alcançar um mundo multipolar.

Palavras-chave: Escudo Antimíssil, Estabilidade Estratégica, Dissuasão nuclear, Coação, Proteção.

Abstract

After a not too distant past, marked by the dynamics of the Cold War and nuclear deterrence, the arrival of the missile defence system to Europe has now largely rekindle fears of the Russian Federation, concerning the safety of its territory and lead to breakage of the existing strategic stability. This is because the US seeks nuclear primacy as a way to preserve the hegemony in a desired unipolar world and has established this Missile System as a strategic objective, framed by NATO and supported by the historical ties of solidarity with the allies in Western Europe. The response of Russia was to increase its conventional forces and to reiterate the evocations of its nuclear power, making its threat more credible and increasing its deterrence effectiveness. The crisis in Ukraine has revealed a Russia determined to fulfil its will to reach a multipolar world.

Keywords: *Anti-Missile Shield, Strategic Stability, Nuclear Deterrence, Coercion, Protection.*

Introdução

O presente artigo pretende abordar a problemática em torno dos impactos estratégicos do Escudo Antimíssil na Europa, que se traduziram sobretudo num aumento da tensão em torno da ameaça nuclear e no afastamento da Rússia, quer em termos de cooperação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) quer até mesmo de relacionamento com a União Europeia (UE).

Durante as quatro décadas da Guerra Fria que constituíram a primeira era nuclear nenhum outro conceito dominou tanto a teoria estratégica internacional como o da dissuasão nuclear. Se no sentido mais lato, o conceito de dissuasão já existia na literatura desde o final do século XIX, este adquiriu uma conotação completamente distintiva, tal como reconheceu Bernard Brodie, um dos fundadores da teoria da dissuasão nuclear (Dougherty & Pfaltzgraff, 2003).

Mas este conceito de dissuasão nuclear desenvolvido durante a Guerra Fria, que continua a ser útil quando se discutem os desafios da segurança nuclear internacional do século XXI, já se transformou e evoluiu para algo muito diferente. Estas diferenças devem-se aos novos atores da segunda era nuclear, ou seja, do período pós-Guerra Fria, cujo comportamento não se encaixa nos pressupostos desenvolvidos para a teoria da dissuasão inicial. A ameaça passou a ser representada por Estados como o Irão ou a Coreia do Norte, cujo comportamento é imprevisível, ou por outros atores não visíveis ou imprevisíveis,

de dimensão diferenciada e para quem a avaliação da relação entre custo e benefício da execução de um ataque nuclear resulta completamente diferente da dos atores racionais. Como tal, torna-se vital que os decisores ocidentais entendam que a necessidade de aplicar uma política de dissuasão de sucesso neste século é maior do que nunca, pois a probabilidade da ocorrência de um conflito é agora muito maior do que quando se vivia o paradoxo da “Guerra Fria. O caminho para se alcançar este desiderato passa por adotar uma série de medidas militares e diplomáticas, que inclui as defesas antimíssil, as quais por vezes se podiam interpretar incorretamente como sendo “anti dissuasão”, por procurarem anular o elemento ofensivo que constitui a base da dissuasão ao criarem a ideia da possibilidade da ocorrência de uma retaliação para dissuadir um primeiro ataque. Estas defesas, na verdade, assumem-se como o elemento mais adequado ao quadro contemporâneo de ameaça já que poderão constituir o último reduto da proteção contra alguns atores indiferentes aos mecanismos punitivos e retaliatórios da dissuasão.

Desde os tempos dos bombardeamentos alemães à cidade de Londres, no decurso da Segunda Guerra Mundial, que se começaram a desenvolver os primeiros esforços para criar um sistema que permitisse destruir uma arma, transportada a partir de uma longa distância por um vetor que tanto podia ser uma aeronave como um foguete, antes de atingir o seu alvo.

Depois de dados esses primeiros passos, os Estados Unidos da América (EUA) pensaram em grande e projetaram construir um sistema capaz de conferir proteção antimíssil a todo o seu território nacional, enquanto os soviéticos, de forma mais modesta, se concentraram no desenvolvimento de um sistema que conferisse proteção à cidade de Moscovo. Em qualquer dos casos os resultados foram dececionantes na medida que ambos os sistemas se revelavam muito pouco eficazes e sobretudo muito afetados pelas mais pequenas alterações efetuadas nos mísseis da ameaça. Quando tudo fazia crer que um sistema deste tipo era simplesmente inviável por dificuldades técnicas, algo de surpreendente acabou por acontecer.

O projeto conhecido como “Guerra das Estrelas”, formalmente designado Iniciativa de Defesa Estratégica (*Strategic Defence Initiative* - SDI), foi iniciado no pico das tensões da Guerra Fria em 1983. Hoje já conta mais de trinta anos e, apesar de ter sido um projeto dos EUA, constituiu o ponto de viragem na história da defesa antimíssil no mundo, na medida em que a introduziu no cálculo da estabilidade estratégica e estabeleceu as linhas gerais do debate relacionado desde então. Apesar desta longevidade, e das intenções anunciadas pelos diversos presidentes americanos, este programa não demonstrou até hoje

ser capaz de dotar os EUA com uma defesa eficaz, e sobretudo confiável, contra os mísseis balísticos de um adversário como a Federação Russa (Farley, 2014).

Tal como defende Nigel Hey na sua obra *“The Star Wars Enigma”* (2006), hoje é possível verificar que esta terá sido uma verdadeira operação de deceção que se destinou a levar os soviéticos a gastar mais dinheiro para desenvolverem contramedidas e assim fragilizarem ainda mais a sua economia, já tão sobrecarregada pelos gastos militares.

Alegadamente, em 1984, o Pentágono terá falsificado um teste que demonstrava que os EUA tinham a capacidade para abater um míssil balístico sobre o Pacífico. Este teste, conjuntamente com outros dados igualmente falsos, foi amplamente utilizado para provar que o sonho do Presidente Reagan, de tornar as armas nucleares “impotentes e obsoletas”, era exequível através da criação de um Escudo Antimíssil. O embuste funcionou. O Congresso americano foi persuadido a gastar trinta mil milhões de dólares na SDI, sendo o único retorno garantido por este projeto, intencional ou não, o efeito psicológico provocado no Kremlin, que se viu coagido a gastar até à asfixia para tentar recuperar o atraso, tendo-o feito independentemente dos cientistas de ambos os países serem altamente céticos em relação à viabilidade da SDI (Tirman, 1993).

Mas hoje os avanços tecnológicos permitiram um salto qualitativo abissal nos componentes que compõem uma defesa antimíssil e, dada a parceria do Sistema de Defesa Antimíssil dos EUA com o novo Escudo Antimíssil da OTAN, cuja implantação decorre na Europa, e atendendo ainda ao desenvolvimento tecnológico sustentado das suas capacidades nucleares ofensivas norte-americanas, ao tamanho reduzido e à vulnerabilidade dos arsenais chineses e ainda à constatação da obsolescência acelerada das outora enormes capacidades russas, torna-se evidente de que os EUA se aproximam de uma condição de primazia nuclear. Mas será possível tal condição ser alcançada? Se a resposta a esta questão for positiva, será que o detentor da primazia no quadro estratégico das relações internacionais se irá sobrepor a todos os outros?

Considerando que na perspetiva de Quivy e Campenhoudt (2008) “a formulação do problema reveste geralmente a forma de uma pergunta”, que irá direcionar a análise ao longo duma linha conducente à obtenção de uma resposta clara e completa, foi definida a pergunta de partida que orientou o presente artigo: “A criação do Escudo Antimíssil da OTAN na Europa confere aos EUA primazia nuclear e garante-lhe a unipolaridade?”.

O objetivo geral deste artigo é analisar as potencialidades decorrentes da implantação do Escudo Antimíssil da OTAN na Europa e associá-las às

mudanças nas relações estabelecidas entre os diferentes atores a partir de 2007, ano em que foram tornados públicos pelos EUA e pelos membros europeus da OTAN os planos para as primeiras instalações dos componentes deste sistema.

Assim, num primeiro capítulo serão apresentados a génese da Defesa Antimíssil e o Sistema de Defesa Antimíssil americano. Seguidamente, será apresentado o processo de planeamento e instalação dos componentes do Escudo Antimíssil da OTAN na Europa. Num terceiro capítulo, irão se abordar os impactos estratégicos resultantes da divulgação dos planos para efetuar as primeiras instalações em 2007 e os desenvolvimentos até à atualidade. Depois irá fazer-se a ligação entre a defesa antimíssil e o conceito da estabilidade estratégica, percorrendo as alterações mais relevantes que dela resultaram para o ambiente de planeamento estratégico. Por fim serão apresentadas algumas conclusões.

1. A génese da Defesa Antimíssil e o Escudo Antimíssil americano

Foi durante a Segunda Guerra Mundial e pouco tempo depois dos foguetes V-2 alemães começarem a cair sobre a Inglaterra, que os EUA começaram a desenvolver uma forma de os destruir em voo antes de estes conseguirem atingir o seu alvo. Tinham-no conseguido na versão anterior V-1, mas essa tarefa tinha-se revelado mais simples por se tratar de aviões não tripulados que voavam numa rota predeterminada a velocidade reduzida, permitindo alvejá-los com os meios de luta antiaérea. Os V-2 representavam um desafio muito maior devido à velocidade a que viajavam, sendo que se dependia exclusivamente da sorte para se conseguir abatê-los com os referidos meios. Os esforços conduzidos para desenvolver mísseis antibalísticos (*anti-ballistic missiles* - ABM) eficazes foram conduzidos em simultâneo com os do desenvolvimento de mísseis terra-ar (*surface-to-air missiles* - SAM), que se destinavam a abater aeronaves inimigas (Farley, 2014).

Desde o fim dos anos 1950, em que se iniciou a colocação de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), quer por parte dos EUA quer da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que estas potências começaram a preocupar-se em planear uma forma de se defenderem dos mesmos. Logo no início da década de 1960 cada uma tinha o seu programa, começando ambas a apresentar resultados promissores para a possibilidade de no futuro ser possível destruir um míssil balístico depois do seu lançamento. O projeto inicial dos russos designava-se A-35 e consistia em desenvolver um escudo antimíssil à volta da cidade de Moscovo. Por sua vez os EUA trabalhavam

num projeto muito mais ambicioso, que pretendia alargar essa proteção a todo o país e que, talvez por isso, gerou maior controvérsia pelo investimento necessário (Podvig, 2012).

Foi neste período que despontou uma nova e estranha relação entre forças ofensivas e forças defensivas, em que uma primeira análise revelou uma tendência para se aumentar as forças ofensivas de modo a compensar a perda de capacidade provocada pelos sistemas de defesa. Estes argumentos foram preponderantes nas negociações bilaterais estabelecidas e que conduziram à assinatura de dois importantes tratados em 1972, as Conversações sobre Limitação de Armas Estratégicas (*Strategic Arms Limitation Talks* – SALT, em língua inglesa), que limitava os quantitativos das forças ofensivas, e o Tratado sobre os Mísseis Antibalísticos (*Anti-Ballistic Missile Treaty* – ABMT), que limitava a instalação de sistemas de defesa.

Os tratados relacionavam-se entre si, já que os limites impostos pelo ABMT eram vistos como o requisito essencial para o cumprimento da limitação das forças ofensivas previstas no SALT. Na perspetiva dos cidadãos, estes acordos foram vistos como um entendimento entre os EUA e a URSS para abdicarem das suas defesas antimísseis, ficando vulneráveis aos ataques dos adversários, mas evitando uma nova corrida ao armamento. É importante notar que em 1969, quando estas negociações se começaram a delinear, ambos os países já tinham concluído que a eficácia dos sistemas defensivos era extremamente limitada. Uma das causas para tal dizia respeito às melhorias significativas introduzidas durante os anos anteriores nos mísseis balísticos que permitiram começar a produzi-los em larga escala, tanto que em 1966 os EUA ultrapassaram a marca dos 1000 ICBM instalados, em 1968 também atingida pela URSS (Podvig, 2012).

Assim as defesas podiam sobretudo aumentar a dissuasão, assegurando a capacidade de sobrevivência do elemento terrestre da capacidade retaliativa dos países, mas não fazer face a um ataque massivo. Vários desenvolvimentos técnicos surgiram para fazer de tal defesa uma perspetiva realista e, em particular, a possibilidade de uma defesa não-nuclear que podia usar tecnologias denominadas pelos norte-americanos *hit-to-kill* (“bater para matar”), ou das armas de energia dirigida (AED) tais como *lasers* (Stocker, 2002).

Foi por isso que em 1983, sob a presidência de Ronald Reagan, foi criado o programa SDI, cujo objetivo era desenvolver um sofisticado sistema antimísseis que defendesse o território americano de ataques com ICBM vindos de outros países. Para tal, iria contar com sensores colocados no espaço e armas de Raios-X e energia eletromagnética, que por serem consumidoras

de muita energia, eram colocadas no solo e alimentadas a partir de energia nuclear. Este programa acabou por não alcançar os resultados desejados, apesar dos gigantescos investimentos efetuados, mas sobreviveu e acabou por evoluir, transformando-se no atual Sistema de Defesa contra Mísseis Balísticos (*Ballistic Missile Defense System* - BMDS) gerido pela Agência Norte-americana de Defesa Antimísseis (*Missile Defense Agency*). Este sistema é composto por uma alargada rede de sensores destinados a efetuar a deteção e o seguimento de quaisquer lançamentos e um conjunto de bases equipadas com interceptores para efetuar a sua destruição a partir do solo.

Por causa de sua elevada velocidade, longo alcance e altitude, a defesa contra os mísseis balísticos durante o voo sempre apresentou problemas técnicos complexos, os quais podiam ser organizados nas diferentes etapas: deteção do lançamento do míssil hostil, seguimento do míssil, avaliação da ameaça distinguindo entre os mísseis verdadeiros e eventuais engodos, a vectorização do elemento interceptor e finalmente a destruição do míssil alvo (Farley, 2014).

2. A intenção de trazer o Escudo Antimíssil para a Europa

Em 1993 o Conselho do Atlântico Norte aprovou um quadro conceptual para a expansão do sistema de Defesa Aérea da OTAN, conhecido por Defesa Aérea Alargada (*Extended Air Defense* – EAD), visando fazer face à ameaça de mísseis balísticos tácticos. Posteriormente, já em 1997, o Comité Militar aprovou uma Necessidade Operacional Militar para um sistema de defesa antimíssil de teatro (*Theatre Ballistic Missile Defense* – TBMD). Aprovada a sua aquisição em 1998, foi criada a oportunidade para em 2001 ser anunciada a criação de um consórcio de empresas designado *Team Janus*¹, que assumiu a responsabilidade da elaboração de um estudo para a criação do TBMD da OTAN (Saraiva, 2012).

Foi então em 2007 apresentado um plano para instalar um radar de rastreamento de médio-alcance na República Checa, conjuntamente com 10 interceptores antimísseis balísticos na Polónia. Os EUA argumentaram que essa instalação de defesa antimíssil era uma resposta preventiva à determinação do Irão de desenvolver uma infraestrutura de produção de armas nucleares e aos seus planos para adquirirem a capacidade de fornecimento de mísseis de longo alcance, que segundo as previsões de então, se estimava virem a

¹ Consórcio formado pela *Lockheed Martin Missile and Fire Control* e um conjunto de grandes empresas internacionais das áreas aeroespacial e defesa, sendo, de um total de dez membros, oito europeus.

estar materializados na década seguinte. Para além desse argumento, os EUA procuraram convencer a Rússia de que o sistema de defesa antimísil não tinha a capacidade de interferir com as suas forças estratégicas de mísseis balísticos intercontinentais (*Intercontinental Ballistic Missiles* – ICBM), que o sistema norte-americano acabaria por ser integrado no programa de defesa antimísil da OTAN e, dado que Moscovo tinha acesso ao Conselho OTAN-Rússia, que todo o processo seria completamente “transparente”.

Do lado russo, esta intenção mereceu uma forte oposição, pois a Rússia considerava naquele momento essas instalações desnecessárias e interpretava-as como um desafio político. Para os russos, o plano de defesa antimísil não era apenas para proteger a Europa e os Estados Unidos de mísseis iranianos. Em vez disso, viam a extensão daquele programa para solo europeu como uma grande intromissão militar dos Estados Unidos e dos seus aliados da OTAN na antiga esfera de influência da Rússia na Europa de Leste e no “estrangeiro próximo”, uma área que durante décadas tinha sido ao mesmo tempo uma herança russa e uma zona tampão. Por outro lado, Moscovo não acreditava que o próprio sistema fosse tão tecnologicamente inofensivo como os Estados Unidos sustentavam. O sistema poderia ter a capacidade de interceptar os mísseis balísticos intercontinentais russos lançados em trajetos além-polo a partir de campos de mísseis a oeste dos Urais. Segundo afirmou o chefe do Estado-maior das Forças Armadas russas, general Yuri Baluyevsky: “O sistema de defesa antimísil que está a ser criado hoje na Europa é especificamente dirigido contra a Rússia. Estou preparado para provar isso com figuras e diagramas” (Mendelsohn, 2007).

Embora os dez primeiros interceptores obviamente não representassem perigo para uma força de dissuasão do tamanho da russa, Moscovo estava certamente convencida de que este não seria o fim da história. Apesar de não existirem planos declarados para expandir estes equipamentos além das instalações na Polónia e na República Checa, os russos tinham de assumir que eles poderiam não ser os únicos. Claramente dirigidos a Estados como a Coreia do Norte ou o Irão e, possivelmente para serem usados contra os “competidores emergentes”, como a China, estes poderiam ser melhorados passando a constituir uma ameaça real para as forças de mísseis estratégicos russos. Destacadas figuras políticas e militares russas referiram-se publicamente às instalações adjetivando-as de “desestabilizadoras”, o que significava que as instalações de defesa antimísil na Europa iriam provocar um potencial aumento das forças ofensivas russas, à sua colocação em níveis mais elevados de alerta e a uma política de sobreaviso para lançamento.

A Rússia, sem outras opções para inviabilizar o projeto, tentou coagir os EUA e os seus parceiros a abandonar este plano, começando por ameaçar atingir os locais de instalação das defesas antimíssil na Europa Central, expandir as suas forças incluindo nucleares na região de Kaliningrado, ou vir a criar instalações nucleares na Bielorrússia. Pressionou ainda os governos polaco e checo para atrasarem qualquer acordo com os EUA relativo à instalação de tais defesas, e convenceu o governo do Azerbaijão a permitir que os EUA partilhassem os dados do radar de aviso precoce que os russos arrendavam no seu território. Por último propôs-se cooperar com os EUA, avaliando em conjunto a ameaça iraniana, partilhando os dados dos seus radares de alerta precoce no Azerbaijão e no sul da Rússia, e estabelecendo centros de alerta precoce conjuntos em Moscovo e Bruxelas.

No entanto a Rússia não obteve sucesso nos seus intentos. Voltou o receio de uma Guerra Fria devido ao grau de hostilidade entre as duas superpotências. Num discurso de Vladimir Putin, a Rússia ameaçava abandonar o Tratado das Forças Armadas Convencionais (*Convencional Armed Forces agreement*), que havia sido assinado em 1991, no contexto de uma série de medidas de controlo e redução de armamentos que terminavam o conflito.

3. Os impactos estratégicos do Escudo Antimíssil na Europa

O principal impacto estratégico da extensão do Sistema Antimíssil americano para a Europa sob a forma do TBMD foi provocado pela ameaça de destabilização estratégica, que levou a Rússia a voltar a fechar-se em termos de cooperação com a OTAN e a assumir novamente um papel dual na segurança europeia.

Por um lado, é comum crer-se que a Europa não pode aspirar a uma segurança sustentada sem a participação da Rússia, a qual, optando por não se comportar como um parceiro responsável, irá certamente destabilizar quaisquer acordos vigentes ou futuros relativos à paz no território europeu, em particular nas regiões adjacentes às suas fronteiras, para onde tem ocorrido o alargamento da UE e a expansão da influência da OTAN. Foi aliás esta crença que esteve na origem das negociações em 2008 de um Tratado de Segurança Europeu, que aspirava acabar com o legado de divisão e suspeição deixado pela Guerra Fria, mas que, não tendo os argumentos para o conseguir, acabou por ruir.

Por outro lado, também é comum olhar-se a Rússia como a maior ameaça para a segurança europeia, sobretudo tendo em conta a dimensão e o

poder das suas forças convencionais, e ainda a manutenção da ameaça do uso nuclear para bloquear a proteção do aliado americano. Naturalmente, esta visão era atribuída aos países da Europa Central e do Leste, justificada por razões históricas e pelo cruzamento dos interesses geopolíticos russos com os seus territórios. Mas, em todo o caso o conflito na Geórgia, logo em 2008, veio de certa forma dar-lhes razão.

A guerra da Rússia com a Geórgia e o reconhecimento da independência das regiões separatistas georgianas da Ossétia do Sul e da Abkházia vieram afetar irremediavelmente o rumo da cooperação. Um episódio demonstrativo dessa degradação ocorreu em maio de 2009, quando dois diplomatas russos foram expulsos da OTAN sob a acusação de espionagem, o que na altura complicou uma situação já tensa devido à realização de exercícios da OTAN na Geórgia. A presença naquela região e os planos de alargamento da Aliança à Geórgia e à Ucrânia deixaram cada vez mais afastada a Rússia para o diálogo e para a cooperação, diálogo e cooperação que sofreram o último golpe com a instalação das estações do Sistema de Defesa Antimíssil da OTAN na República Checa e na Polónia.

De um ponto de vista teórico a solução para este problema poderia ser encontrada criando um quadro base político de comprometimento da Rússia para com uma atuação responsável e respeitadora das vontades individuais dos outros Estados, o que estava de alguma forma materializada na recomendação expressa no Conceito Estratégico da OTAN de 2010, de que os aliados “deviam seguir uma política que combinasse garantias para todos os membros e um novo comprometimento com a Rússia” seguindo o objetivo da cooperação “não deixando de precaver uma eventual decisão russa de seguir uma via de oposição”. Sobretudo a partir de 2010, as relações de segurança entre o Ocidente e a Rússia atravessaram um bom momento, começando com a assinatura em abril do Tratado de Redução de Armas Estratégicas conhecido por START (*Strategic Arms Reduction Treaty*).

Mas o ano de 2014 acabou por se revelar muito negativo para o desarmamento nuclear. O surgimento inesperado de uma crise política na Ucrânia levou a Federação Russa a ocupar o território da península da Crimeia, procedendo posteriormente à sua anexação, e a apoiar militarmente de forma dissimulada os territórios do leste da Ucrânia, incentivando-os à conquista de um estatuto de autonomia em relação a Kiev. Esta intervenção constituiu uma clara violação do Direito Internacional e, como tal, a reação da Comunidade Internacional não se fez esperar, colocando uma forte pressão sobre a Rússia, que apesar de tudo se mostrou disposta a correr todos os riscos para não ceder

numa questão de importância vital para os seus interesses. Estas ações vieram despertar velhos fantasmas relacionados com a estabilidade na Europa com o medo de confrontação que se tinha dissipado com o fim da Guerra Fria. A lógica por detrás das mesmas parece ter escapado a todos menos os que se movimentam no interior do Kremlin, mas o que importa é que as armas nucleares voltaram a entrar no diálogo da segurança europeia (Podvig, 2015).

Porventura estaremos agora a entrar numa terceira era nuclear marcada tanto pela proliferação horizontal, como novamente pela proliferação vertical. Depois da Cimeira da OTAN, de setembro de 2014 em Cardiff, país de Gales, ficou bem claro que a Rússia deixou de ser um parceiro da OTAN, sendo esta acusada de estar a levar a cabo na Ucrânia uma guerra híbrida ou não-linear, o que obriga a OTAN a tomar algumas decisões de força apesar de não desejar um regresso à Guerra Fria.

Não é possível, no entanto, antecipar qual o verdadeiro papel que o escudo antimíssil terá neste particular, mas as fases previstas de implantação do mesmo mantêm-se. Poderá vir a constatar-se um de dois cenários: os argumentos de falta de eficácia vistos no passado ditarão a sua irrelevância, caso venha a ocorrer um ataque real com recurso a armas nucleares, ou então já existirão melhorias no campo tecnológico que ditam que este sistema seja agora confiável e possa de facto conferir proteção à Europa, caso se trate de um ataque com mísseis de médio-alcance, ou aos EUA, caso se trate de um ataque limitado com ICBM a partir da Europa.

4. A Defesa Antimíssil e a estabilidade estratégica

A estabilidade estratégica é um dos conceitos que aparece com predominância no debate do controlo do armamento e do desarmamento nuclear. O progresso em direção ao desarmamento nuclear pode tornar-se impossível no caso de os passos dados nesse sentido não preservarem o equilíbrio estratégico existente. Esta é a opinião partilhada pelas potências nucleares, quando sistematicamente elegem esta estabilidade como o pré-requisito mais importante nas negociações orientadas para uma grande redução dos arsenais nucleares (Podvig, 2012).

A defesa antimíssil teve sempre um papel importante ao constituir-se como uma tecnologia capaz de ameaçar essa estabilidade estratégica. Na verdade, poderá considerar-se que terá sido mesmo responsável por, nos finais dos anos 1960 e inícios dos anos 1970, ter criado verdadeiramente o conceito de estabilidade estratégica enquanto balanceamento entre

as capacidades ofensivas e defensivas dos países possuidores de armas nucleares (Podvig, 2012).

O tratado dos Mísseis Antibalísticos (*Anti-Ballistic Missiles* – ABM) estabeleceu em 1972 pela primeira vez um limite para as defesas antimísseis e como tal tornou-se um marco importante nessa estabilidade estratégica, sendo-lhe ainda atribuída a responsabilidade pelo abrandamento na corrida ao armamento. Inversamente, a cessação desde tratado, já em 2002, levantou os receios do descomprometimento relativo ao desarmamento e à possibilidade de se retomar a corrida ao mesmo (Podvig, 2012).

Existem diferentes visões relativas à importância deste elemento, tal como já acontecia durante a Guerra Fria, em que uns acreditam que este é uma ameaça que compromete a estabilidade, pondo em causa o desarmamento e provocando uma corrida ao mesmo, mas outros acham que é apenas um meio de resposta aos desafios de segurança emergentes, que desempenha um papel construtivo ao contribuir como elemento dissuasor e assim evitando a proliferação dos mísseis balísticos e das armas nucleares no geral (Podvig, 2012). Os receios que justificam a tese de que atualmente existe uma maior probabilidade de ocorrência de um conflito nuclear derivam desta proliferação ser hoje horizontal, no sentido que os possíveis novos atores envolvidos na posse destas armas são principalmente Estados párias, regimes instáveis ou até mesmo grupos terroristas.

Os anos que antecederam 1992 foram marcados por mudanças históricas no ambiente estratégico que transformaram as preocupações de segurança primária dos EUA e dos seus aliados europeus. O império soviético fora substituído por 15 repúblicas independentes, muitas dessas repúblicas e cinco nações da Europa Oriental tornaram-se membros do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte e a Alemanha foi unificada, continuando a ser um membro da OTAN. A principal ameaça que era a de um ataque maciço convencional contra a Europa Ocidental, levando à guerra global, deixou muito simplesmente de existir (Farley, 2014).

Uma consequência desse desenvolvimento momentâneo foi uma reavaliação pela administração Bush do programa SDI. Esta nova avaliação incluiu os progressos tecnológicos, mas também o ambiente estratégico alterado. A instabilidade na União Soviética poderia levar a lançamentos acidentais ou não autorizados de mísseis, e à proliferação de mísseis balísticos para fora do tradicional inimigo da Guerra Fria, aspeto que passou a ser alvo de uma atenção muito particular depois do Iraque ter usado mísseis Scud contra Israel e a Arábia Saudita, em janeiro de 1991. Bush, no seu discurso anual do

“Estado da União”, realizado nesse mesmo mês, anunciou uma reorientação da SDI para incluir na definição do seu “Teatro” a defesa de aliados e das forças americanas destacadas no exterior, e uma defesa limitada da América do Norte contra um máximo de 200 ogivas (Stocker, 2002).

Enquanto a ameaça de escalada de um conflito convencional para a guerra global tinha diminuído, o potencial para grandes ameaças regionais aos EUA e aos interesses de segurança da OTAN estavam a crescer. Apesar de uma nova era, mantinha-se a perspectiva do tratamento de questões regionais, independentes do contexto Bloco de Leste-Occidente, em que se assistia a cada vez mais fontes locais de instabilidade e de opressão que continuavam a promover o conflito. Como demonstrado pela Guerra do Golfo, estes conflitos podiam surgir imprevisivelmente a partir dos pontos mais inesperados. Tratava-se agora de conflitos em teatros de operações muito afastados do território nacional, combatendo inimigos possuidores do mais avançado armamento convencional e não convencional. Como se não bastasse, a proliferação de mísseis balísticos e de armas de destruição em massa (ADM) aumentava dramaticamente os perigos associados a estes conflitos (Farley, 2014).

Não será por isso de estranhar a determinação dos EUA para expandir o sistema de defesa antimíssil não apenas para o território europeu, mas para outros pontos estratégicos do globo, tal como aconteceu recentemente para o Japão. Em 26 de dezembro de 2014, o Departamento de Defesa dos EUA e o Ministério da Defesa japonês anunciaram a instalação de um segundo radar de defesa antimíssil, complementando o já existente em Shariki, no norte do Japão. Trata-se de um radar portátil (*Army Navy/Transportable Radar Surveillance* – AN/TPY-2), instalado numas instalações de Comunicações em Kyogamisaki, permitindo aumentar a cobertura da defesa antimísseis balísticos do território do Japão, mas também da costa americana do Pacífico. Outros dois AN/TPY-2, também integrados no Sistema de Defesa Antimíssil dos EUA, e por isso designados radares avançados (*forward-based radars*), estão localizados na Turquia e no Médio Oriente.

Conclusões

Pelo que se inferiu, a primazia nuclear é uma condição necessária, mas não suficiente, para garantir a unipolaridade, tão ambicionada pelos EUA. Com a vantagem extraída da concordância dos aliados europeus para o alojamento nos seus territórios dos elementos do Escudo Antimíssil da OTAN, que não deixa de estar integrado no sistema controlado pelos americanos, a

estabilidade estratégica foi interrompida tal como parece ter sido no início da década de 1980 pelo lançamento do projeto da “Guerra das Estrelas”.

Certo é que o repúdio por parte da Rússia a esta intenção não se fez esperar, e fez com que esta aumentasse a sua determinação em assumir nas relações internacionais um papel mais belicista, reforçando o seu poderio convencional (como demonstra o aumento de 50% nos gastos da defesa) e aumentando o seu tom nas evocações de capacidades na área do armamento nuclear, voltando a assistir-se à proliferação vertical que era uma característica da Guerra Fria.

Se numa primeira fase isso foi o suficiente para evitar a ousadia americana de trazer instalações integradas no seu sistema de Defesa Antimíssil nacional para o interior do território europeu, numa segunda fase não o conseguiu impedir e obrigou a Rússia a reconsiderar toda a sua estratégia, endurecendo-a, causando de imediato alguns anticorpos nos vizinhos europeus. A dimensão nuclear da crise gerada pelo envolvimento da Rússia na Ucrânia é ainda mais importante. Apesar de parecer relativamente claro que serão necessárias armas nucleares para enfrentar uma nação beligerante detentora de armas nucleares, é impossível não notar que, até agora, a Rússia tem procurado beneficiar da existência do perigo de escalada para o nuclear, apesar de diminuto, mas sempre presente como pano de fundo. O poder de coação do Kremlin assenta em boa medida no papel que as armas nucleares desempenham na negociação dos conflitos.

Conseguir retirar as armas nucleares da gestão dos conflitos internos do continente europeu significaria que a Rússia teria de ter abdicado de grande parte do seu poder. Evidentemente não existe forma de materializar tal desígnio, já que, como se viu, se firmaram acordos nesse sentido, mas o que se vê é que, quando deixam de ser estrategicamente favoráveis aos países, não os vinculam de forma real limitando-se estes a retirar-se desses tratados.

Conclui-se então não ser conveniente para a Europa Ocidental que os EUA adquiram essa primazia nuclear por via da instalação do escudo antimíssil da OTAN tão perto da Rússia, pela instabilidade que lhes traz indiretamente. Mas na verdade parece ser difícil recuar nas decisões tomadas, quer no quadro da OTAN quer no quadro da UE, quando nos deparamos com novas ameaças que merecem por si os receios que tornam desejável a presença do Escudo Antimíssil.

Contudo os EUA têm influência suficiente sobre os seus aliados e o perfeito exemplo disso é o posicionamento atual de meios em território europeu que resulta do acordo estabelecido entre os EUA e Espanha para

a instalação na base naval de Rota, em Cádiz, de meios que reforçam a estabilidade e a segurança no Mediterrâneo e permitem ainda um acesso rápido ao Mar Negro. Esta base já começou a receber um conjunto de quatro *destroyers* americanos equipados com a tecnologia AEGIS que integra o sistema TBMD e cumulativamente as suas fragatas da classe F-100 irão receber atualizações desta mesma tecnologia para as equipar. Este sistema de combate AEGIS inclui o radar SPY-1D que permite detetar ameaças em condições ambientais adversas e confere a potência de fogo necessária para as combater. O desenho destas plataformas inclui ainda medidas para reduzir as emissões eletromagnéticas destas embarcações, conferindo-lhes proteção (Contreras, 2014).

Bibliografia

- Contreras, J., 2014. *El primer destructor del escudo antimisiles llega a Rota*. [Em linha] Disponível em: <http://www.elmundo.es/espana/2014/02/11/52fa3c10e2704efc698b4578-.html> [Consult. 15 fev 2015].
- Dougherty, J. E. & Jr, R. L. P., 2003. *Relações Internacionais - As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.
- Farley, R., 2014. *May the Force (Not) Be with You: Missile Defense and the Legacy of SDI*. [Em linha] Disponível em: <http://nationalinterest.org/feature/may-the-force-not-be-you-missile-defense-the-legacy-sdi-11638> [Consult. 19 jan. 2015].
- Hey, N., 2006. *The Star Wars Enigma: Behind the Scenes of the Cold War Race for Missile Defense*. s.l.: Potomac Books.
- Mendelsohn, J., 2007. *European Missile Defense: Strategic Imperative or Politics as Usual?*. [Em linha] Disponível em: http://www.armscontrol.org/act/2007_10/Mendelsohn [Consult. 24 jan 2014].
- Podvig, P., 2012. *The myth of strategic stability*. [Em linha] Disponível em: http://russianforces.org/podvig/2012/10/the_myth_of_strategic_stabilit.shtml [Consult. em 24 jan. 2015].
- Podvig, P., 2015. *What to do about Russian belligerence*. [Em linha] Disponível em: <http://thebulletin.org/what-do-about-russian-belligerence7932> [Consult. 24 jan 2015].
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.

- Saraiva, L. E., 2012. Inquietações com o Sistema de Defesa Antimísseis na Europa. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, nº 6/7, pp. 83-96.
- Stocker, J., 2002. *Britain and Ballistic Missile Defence 1942-2002*. London: Frank Cass.
- Tirman, J., 1993. *A Big Hoax to Match a Big Lie: 'Star Wars' was a fantasy all along: so was the Soviet threat*. [Em linha] Disponível em: http://articles.latimes.com/1993-08-20/local/me-25495_1_star-wars [Consult. 25 jan. 2015].

6. O Significado Estratégico do Conflito na Ucrânia

Nuno Alexandre Larangeiro Neto
Major de Infantaria do Exército Português
Aluno do CEMC 2014-15
Lisboa, Portugal
nunolaranjeironeto@gmail.com

Resumo

A Ucrânia sempre foi considerada pela Rússia como parte do seu território, perdido após a desagregação da URSS, e o garante da sua integridade territorial.

A importância geopolítica da Ucrânia, em especial no que toca ao seu posicionamento entre a União Europeia e a Rússia, tem vindo a levantar um conjunto de condicionantes que elevam o estatuto da situação ao nível de uma crise.

O Ocidente, através da União Europeia e da OTAN, tem vindo a aliciar a Ucrânia para a sua esfera de influência. Tal sempre representou para a Rússia a linha limite que, caso fosse ultrapassada, obrigaria a uma decisão sua em defesa dos seus interesses vitais.

Palavras-chave: Ucrânia, Rússia, Geopolítica, Geoestratégia, Estratégia, Conflito.

Abstract

Ukraine has always been considered by Russia as part of its own territory, lost after the USSR disaggregation, and its territorial integrity assurance.

The importance of Ukraine within international geopolitics, concerning specially its geographic position between European Union and Russia, is raising several conditionings that puts the ongoing Ukraine situation at a crisis level.

The European Union and NATO have been enticing Ukraine to its influence area. This always represented to Russia the limit line that, if crossed, would demand a decision to defend its vital interests.

Keywords: *Ukraine, Russia, Geopolitics, Geostrategic, Strategy, Conflict.*

Introdução

*“Who rules East Europe commands the
Heartland: Who rules the Heartland commands
the World-Island: Who rules the World-Island
commands the World”*

Halford J. Mackinder, 1919

Tal como a história não se repete, mas rima, também na geopolítica a maioria dos conflitos tem tendência a repetir-se. Citado por Kissinger (2014), já o Marquês de Custine, viajante francês, proclamava em 1843 que a Rússia era um híbrido que trazia a vitalidade das estepes até ao coração da Europa: “uma combinação monstruosa do refinamento mesquinho de Bizâncio e da ferocidade da horda do deserto e o confronto entre a etiqueta do Baixo-império [Bizantino] e as virtudes selvagens da Ásia geraram um Estado prodigioso que a Europa vê hoje erguer-se, e cuja influência sentirá talvez amanhã, sem conseguir explicar os seus mecanismos.”

A Rússia, desde o final do período napoleónico, tem vindo a desempenhar um papel singular nas relações internacionais. É parte do equilíbrio de poder, tanto na Europa como na Ásia, contribuindo intermitentemente para o equilíbrio da ordem internacional. Ao longo dos séculos, a política externa russa tem seguido um ritmo próprio, caracterizada pelo expansionismo. De Pedro, o Grande, a Vladimir Putin, as circunstâncias mudaram, mas o ritmo manteve-se muito coerente (Kissinger, 2014).

A Rússia representa, *latu sensu*, a parte oriental da Europa, tendo colidido com a parte Ocidental por diversas vezes. As guerras napoleónicas e a Guerra Fria lidaram todas com o estatuto da Rússia e a sua relação com o resto do mundo. Em última análise, a Rússia sempre sobreviveu ou triunfou,

e também sempre se colocou como um potencial e significativo desafio para a Europa (Friedman, 2010).

As reformas russas foram invariavelmente impostas por autocratas implacáveis a uma população dócil e desejosa de deixar para trás o passado, mais do que motivada pela fé no seu próprio futuro. Catarina, a Grande, soberana autocrática e reformista da Rússia entre 1762 e 1796, que dirigiu um dos períodos mais férteis de expansão territorial, nomeadamente a conquista do canato da Crimeia e a sua contenção perante o exército cossaco da Zaporizhia, o antigo reino cossaco autónomo no que é hoje o centro da Ucrânia, justifica a necessidade de um sistema autocrático na Rússia, devido a este ser o único sistema de governo capaz de preservar a união de um tão vasto território (Kissinger, 2014).

Relativamente à Ucrânia, Barata parafraseando Lutsevych, refere que o período que se seguiu à sua independência, em agosto de 1991,

“[...] trouxe a afirmação da identidade Ucrâniana e a expectativa da criação de um modelo de Estado assente em estruturas basilares robustas e na economia de mercado, longe do modelo soviético – com independência do poder legislativo face aos outros poderes, executivo e judicial – bem como a promoção do Estado de direito, da liberdade de imprensa e a realização de eleições livres, permitindo-lhe aproximar-se dos valores do Ocidente, rumo ao desenvolvimento sustentável” (Barata, 2014).

No início de 2014, uma crise social e política sem precedentes abalou a Ucrânia, tendo este quadro degenerado na secessão da Crimeia, anexada à Rússia após a realização de um referendo. A legalidade e legitimidade deste referendo foram, desde logo, postas em causa pela União Europeia (UE) e pelos Estados Unidos da América (EUA), assim como a posterior anexação pela Rússia, considerando-se que esta representava uma nítida violação do Direito Internacional, bem como dos tratados acordados entre a Rússia e a Ucrânia, nomeadamente o “*Budapest Memorandum*”, de 1994, e o “*Bilateral Treaty on Friendship, Cooperation and Partnership*”, de 1997.

A Rússia sempre justificou as suas ações, nas quais se incluem o apoio ao resultado do referendo, como tendo sido derivadas da necessidade de defender a segurança e o bem-estar dos cidadãos russos existentes na Crimeia. Atualmente, já não existem dúvidas do enorme desafio geopolítico que se vive no espaço europeu, provavelmente o maior desde a queda do muro de Berlim: a reordenação do espaço geopolítico de influência da antiga

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que coloca em causa a ordem mundial resultante da desagregação soviética. Este facto sugere como questão central para este artigo a seguinte: qual o significado estratégico do conflito da Ucrânia?

Delimitou-se desde logo o artigo à análise do significado que este conflito tem sob o ponto de vista da Rússia. Assim, procura-se dar resposta à questão acima enunciada através da análise da importância estratégica que o conflito da Ucrânia tem para a Rússia. O primeiro capítulo inicia-se com uma análise geopolítica e geoestratégica da Rússia. Nos restantes capítulos, efetua-se uma análise dos interesses russos em relação à Ucrânia alicerçada em dois vetores: estratégico e económico. Finalmente, as conclusões procuram sistematizar toda a linha de raciocínio seguida.

1. Geopolítica e Geoestratégia

Pezarat Correia (2012) define os conceitos de geopolítica e de geoestratégia. Para este autor, geopolítica é o “estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade política...” É o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política.” Em relação à geoestratégia, Pezarat Correia (2012) entende que seja o “estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica... É o estudo dos fatores geográficos em função da decisão estratégica.”.

A desagregação da URSS, em 1991, fez desaparecer o espaço de influência geopolítica da Rússia. Com exceção da Bielorrússia e da Ucrânia (esta última devido a um receio de uma divisão do país, uma vez que a porção oriental é composta por grande população russófona), os demais países que compunham o antigo “Leste Europeu” estavam agora sob influência da NATO. Entretanto, após o que Sousa (2012) designou de “*vácuo geopolítico*” – o período que vai desde a desagregação da URSS, em 1991, até à ascensão ao poder de Vladimir Putin, em 1999 – é mais do que evidente que a Rússia está de regresso ao cenário geopolítico internacional.

No início do séc. XX foram criadas as raízes do Eurasianismo, uma visão geopolítica russa que defendia que a vasta região que a Rússia ocupava, apesar de situada entre dois continentes – Europa e Ásia – era um continente em si mesmo, denominado de Eurásia (Santos, 2008).

Vladimir Putin, após ter assumido o cargo de Presidente da Rússia, torna a dar relevo ao pensamento geopolítico russo. Este pensamento é baseado em duas correntes marcadas pelo antagonismo: o Eurasianismo e o Ocidentalismo. O Eurasianismo, tal como sublinhado por Aleksandr Dugin, defende o tradicionalismo russo e a sua singularidade geopolítica, contrapondo-se ao Ocidentalismo de Dmitri Trenin, influenciado pela globalização, advogando a irrelevância da Rússia no espaço de influência euroasiático (Sousa, 2012).

Dugin, com o Eurasianismo, pretende cimentar o fortalecimento do poder russo no espaço Euro-Asiático, baseado numa conceção geopolítica diferente da atlantista, de cariz ocidental. Com Putin e Medvedev, esta teoria geopolítica ganha peso, levando Dugin a afirmar que a Rússia estaria de regresso à cena internacional, enquanto ator de relevo (Sousa, 2012).

Dugin baseia o seu Eurasianismo na Teoria do Poder Terrestre, elaborada pelo geógrafo britânico Halford J. Mackinder, em 1904, que afirma que quem controlar o *heartland*,¹ controlará o mundo, estabelecendo uma identidade russa distinta da Ocidental. Para Dugin, os últimos dois séculos definiram-se pela hegemonia do Atlantismo, ligado à preponderância que a Inglaterra e os EUA sempre detiveram, baseada no primado da economia sobre a política. O Eurasianismo, pelo contrário, tem como pressupostos basilares o autoritarismo, a hierarquia e comunitarismo, onde o Estado está acima de tudo e de todos (Santos, 2008).

Se, com Boris Yeltsin, a Rússia admitia cooperar com o Ocidente, adotando inclusivamente os seus valores, numa tentativa de eliminar em definitivo qualquer ligação com a ex-URSS, mesmo que isso significasse a perda de áreas de influência geopolítica em detrimento de garantias de segurança, assim como financiamento através da cooperação com a comunidade internacional (Sousa, 2012), a subida de Putin ao poder alterou este rumo, muito devido ao facto deste almejar a criação de um sistema multipolar, iniciando desde logo uma aproximação diplomática e económica com a França e com a Alemanha (*“European troika”*), bem como com a China e com a Índia (Varol, 2013).

Este novo conceito de política externa é muitas vezes associado a um expansionismo russo, relacionado com o seu instinto de sobrevivência, no sentido de garantir a posse de locais estratégicos sob o ponto de vista militar, em especial aqueles que lhe permitam a ligação ao mar. O controlo de bases militares, bem como de importantes linhas de comunicação estratégicas, tem vindo a assumir uma importância cada vez mais relevante para a Rússia,

¹Coração (tradução livre do autor).

no sentido de preservar as suas fronteiras naturais e garantir a sua própria segurança.

Este expansionismo russo não era expectável ao iniciar-se este novo século, tal como era defendido por muitos teorizadores. Contudo, a permanência de Putin à frente da Rússia invalidou estas teorias, dada a prioridade que deu ao fortalecimento da economia, numa clara tentativa de restaurar a sua credibilidade internacional e o estatuto de grande potência.

2. O vetor estratégico

Para uma análise dos interesses russos em relação à Ucrânia alicerçada no vetor estratégico, é útil apresentar uma definição de estratégia. Segundo Barrento (2010), esta é “a ciência-arte que trata da preparação e utilização da coação para, apesar da hostilidade dos opositores, atingir os objetivos fixados pela entidade política”. Analisemos então o pensamento estratégico russo.

Tal como foi referido anteriormente, o atual conceito de política externa da Rússia está focado no aumento do seu prestígio internacional e na demonstração de poder, suportado num claro crescimento económico. Ainda que não esteja ameaçada militarmente, a liderança da Rússia tem vindo a evidenciar um conjunto de preocupações relacionadas com a segurança do seu espaço de influência, considerando que existe a possibilidade de esta poder ser comprometida, externa ou internamente, e que o crescimento da economia poderá estagnar. No futuro, a Rússia terá assim de manter uma postura forte relacionada com a defesa dos seus interesses (Oliker, et al., 2009).

Esta postura do governo russo tem, consequentemente, chocado com outros Estados, sobretudo os periféricos, que ainda sentem em grande medida a influência da Rússia, principalmente a nível económico, considerando-a também como uma séria ameaça à sua própria segurança. Em contrapartida, Moscovo receia ainda que qualquer instabilidade existente num dos países vizinhos seja causadora de instabilidades internas. Um exemplo claro da vontade da Rússia em agir militarmente, no sentido de proteger a sua capacidade de influenciar os espaços territoriais contíguos ao seu, foi a intervenção na Geórgia, em 2008 (Oliker, et al., 2009).

A imagem de declínio da Rússia percecionada no Ocidente, devido a estar economicamente frágil e dependente dos elevados preços do barril de petróleo, não corresponde à sua postura atual em assumir um papel cada vez mais relevante na cena internacional. Esta postura, contrariando muitos observadores que sugeriam uma tendência para o isolamento, tem-se tornado mais ativa, antecipando e liderando eventos (Monaghan, 2013).

Friedman (2010), efetuando uma antevisão de um futuro próximo para a Rússia, defende que se irá tornar cada vez mais rica, mas geograficamente mais insegura, utilizando parte dessa riqueza para manter uma força militar adequada à proteção dos seus interesses, através de “zonas tampão” que a protejam do resto do mundo. Para este autor, a grande estratégia da Rússia envolve a criação de “zonas tampão” profundas, enquanto divide e manipula os seus vizinhos, estabelecendo um novo equilíbrio regional de poder na Europa.

Ainda segundo Friedman (2010), para se perceber o comportamento e as intenções da Rússia, temos de começar pela sua fraqueza fundamental: as suas fronteiras. A planície do norte da Europa, onde quer que se desenhem as fronteiras da Rússia, está aberta ao ataque, sendo poucas as barreiras naturais com significado. A Rússia continua a pressionar para Ocidente, e a Europa, por seu lado, continua a pressionar para Oriente. Se, em 1989, São Petersburgo se encontrava a 1.600 quilómetros da fronteira com a NATO, em 2008 passou a estar cerca de 112 quilómetros. Relativamente a Moscovo, se em 1989 esta cidade se encontrava a 19.200 quilómetros dos limites do poder russo, agora encontra-se apenas a 320 quilómetros.

A Rússia, na sua própria perspetiva, não precisa de conquistar o mundo, mas tem de recuperar e manter as suas “zonas tampão”, essencialmente as fronteiras da antiga URSS. É neste contexto que surge a questão ucraniana. Com uma Ucrânia fora da esfera de influência russa, o poder que a Rússia detém no Mar Negro passará a ser ténue, podendo vir a ser forçada a instalar-se no extremo norte do Cáucaso (Friedman, 2010).

A Ucrânia e a Bielorrússia sempre foram consideradas pela Rússia como parte do seu território, perdido após a desagregação da URSS, e o garante da sua integridade territorial. Segundo Friedman (2010), a Ucrânia e a Bielorrússia são tudo para os russos. Se caíssem nas mãos dos inimigos, por exemplo, juntando-se à NATO, a Rússia correria perigo mortal. Sem estes territórios, desaparece a distância e deixa de haver terreno para trocar pelo sangue do inimigo. A extensão que o seu território lhe conferia sempre lhe possibilitou, com elevado sucesso, conduzir uma defesa em profundidade em caso de agressão externa. Este facto justifica a razão pela qual a Rússia sempre procurou expandir as suas fronteiras para Ocidente, tornando os territórios dos países pertencentes à antiga URSS como autênticas “zonas tampão”.

A Ucrânia, historicamente um aliado natural da Rússia, logo após se tornar independente, em 1991, escolheu aproximar-se politicamente do Ocidente. Em 1998, assina o Acordo de Parceria e Cooperação com a UE, aproximando-se dos valores ocidentais, dando oportunidade à UE em reforçar o seu empenho em

estabilizar a região, garantindo a segurança dos seus interesses económicos, em especial os energéticos. A Rússia assistiu assim à diminuição do seu espaço de influência, o que levou a um progressivo aumento de tensão entre esta e a Ucrânia, tendo sempre com objetivo subjacente a manutenção, a qualquer preço, do domínio de um território que lhe garantisse a profundidade estratégica necessária a uma operação defensiva, bem como o acesso ao Mar Negro e aos seus portos de águas quentes (Barata, 2014).

Uma possível integração da Ucrânia na NATO significaria, muito provavelmente, a retirada da Frota Russa do Mar Negro, baseada na Crimeia, mais concretamente em Sebastopol. Por seu lado, sempre foi entendimento da Ucrânia que esta presença russa continuava a ser um obstáculo à sua independência, dado que a Rússia, tal como aconteceu, iria manter esta presença na Crimeia a todo o custo, já que doutrinarmente esta base naval é o garante da continuidade dos seus direitos sobre os mares Negro e de Azov. Aderindo à NATO, seria facilmente justificável um possível pedido de retirada da Frota do Mar Negro daquela região (Kropatcheva, 2006).

A Rússia, ao considerar a Ucrânia como seu aliado histórico ou, no pior cenário, neutral, julgou a aproximação da UE e da NATO como sendo uma confrontação direta aos seus interesses, assim como aos seus “direitos naturais” sobre a região (Berzins, 2014).

A Rússia, caso obtenha o sucesso que pretende, voltará a reabsorver a Ucrânia juntamente com a Bielorrússia para dentro da sua esfera de influência. Quando tal acontecer, terá regressado às fronteiras que tinha com a Europa no período entre as duas guerras mundiais. Resta saber qual a postura que a Rússia terá no futuro em relação aos países bálticos, dado que continuam a ser estes a linha de fronteira com a NATO. Os russos conseguem viver com uma região báltica neutral, contudo consideram que viver com o báltico integrado na NATO é um risco que, tal como com a Ucrânia, pura e simplesmente não podem ignorar (Friedman, 2010).

3. O vetor económico

Durante 100 anos, a Rússia procurou modernizar-se através da industrialização, tentando acompanhar o resto da Europa, sem, contudo, conseguir fazê-lo. No início deste século, assistiu-se a uma mudança de estratégia, apostando na exportação de recursos naturais, sobretudo energia. Ao dar menos importância ao desenvolvimento industrial, em detrimento da exploração dos seus recursos naturais, a Rússia seguiu um caminho muito

diferente, mais comum a países em vias de desenvolvimento, mas conseguindo com isso fortalecer a sua economia. Tal atitude deu poder² à Rússia no sistema político internacional³. A Rússia, ao construir gasodutos para alimentar a Europa, sedenta de energia, conseguiu resolver os seus problemas económicos, colocou a Europa na sua dependência, tendo inclusivamente já utilizado os seus recursos de gás natural para forçar países vizinhos a curvarem-se perante a sua vontade (Friedman, 2010).

A política externa da Rússia é frequentemente vista pelo Ocidente como neoimperialista, principalmente a nível económico. Para Dugin, “a rejeição do imperialismo equivale à morte da Rússia enquanto Nação”. O neoimperialismo russo poderá ser justificado pela necessidade de aceder a recursos naturais e de controlar extensas zonas territoriais como forma de garantir a sua capacidade económica (Sousa, 2012). Além disso, a política externa russa tenta colocar em causa a unipolaridade devida aos EUA, contrapondo com uma multipolaridade baseada no primado na energia. De facto, foram os elevados preços do petróleo e do gás natural que mais contribuíram e contribuem para o crescimento económico da Rússia, apesar de a terem deixado mais vulnerável a flutuações de mercado devido ao enorme peso das exportações energéticas na sua balança comercial (Varol, 2013).

A criação de uma organização económica regional em 2011, denominada de União Euro-Asiática (UEA), por intermédio de Putin, tinha em vista a materialização de um poderoso bloco económico que pudesse colocar em causa a hegemonia dos EUA e da UE em termos de comércio mundial. A UEA baseou-se na experiência adquirida com a Comunidade de Estados Independentes (CEI), com a Comunidade Económica da Euro-Ásia (CEEa) e com a União Aduaneira Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão. Com a UEA, a Rússia pretendia continuar a controlar os mercados regionais numa região que nunca deixou de ser o seu “quintal” estratégico. Contudo, sempre se considerou essencial para o sucesso da UEA o aprofundar de relações com o Cazaquistão, com a Bielorrússia e, sobretudo, com a Ucrânia (Barata, 2014).

A aproximação à Bielorrússia iniciou-se em 1997, com a criação da União Rússia-Bielorrússia. Todavia, a Bielorrússia nunca dispôs de recursos energéticos em quantidade suficiente para alimentar a indústria russa. Em dissonância, encontra-se o caso do Cazaquistão, dado que este já possui reservas

² Poder: “capacidade de alterar o comportamento alheio, tendo em vista a produção de resultados desejados” (Nye, 2012).

³ Sistema Político Internacional: “conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade” (Couto, 1988).

energéticas em grandes quantidades, bem como uma posição estratégica que funciona como elo de ligação entre a Europa e a Ásia. O interesse da Rússia no Cazaquistão deve-se assim ao facto de este permitir a promoção dos interesses económicos russos no Médio Oriente, bem como garantir a defesa das suas fronteiras a Sul (Barata, 2014).

Por seu lado, a Ucrânia sempre foi fonte de preocupação por parte da Rússia, dado o papel preponderante que tem no sucesso da UEA mas que, ao manter características bipolares, dividindo-se entre a ligação à Europa e aos EUA e a manutenção de uma dependência económica em relação à Rússia, constitui-se como um importante fator de destabilização nas aspirações russas de garantir a hegemonia regional (Barata, 2014).

A Revolução Laranja, encabeçada por Iulia Timochenko, pode considerar-se como tendo sido o início da rutura entre a Ucrânia e a Rússia, pois é com Timochenko que se inicia a aproximação ao Ocidente, indo contra as aspirações russas em manter a coesão interna da Federação Russa e da sua área de influência, algo que foi considerado de imediato pela Rússia como inadmissível (Prazeres, 2014).

Segundo Engdahl (2010), olhando para o mapa político da Europa, ficar-se-á com uma boa ideia da importância estratégica da Ucrânia, tanto para a NATO como para a Rússia. Não só possui uma considerável extensão de fronteira com a Rússia, como é através do seu território que transitam grande parte dos gasodutos em direção ao Leste da Europa – o que representa mais de metade do peso de todas as exportações, vitais para a vida económica da Rússia. De igual modo, é o facto de a Ucrânia constituir-se como essencial para a credibilidade defensiva russa contra um alargamento crescente da NATO.

Em termos económicos, a Ucrânia, em especial a sua parte Leste, continua a constituir-se como o “saco do pão” do Leste da Europa, possuindo dos solos mais férteis do mundo. Em 2009, a Ucrânia era o terceiro maior produtor de cereais, logo após UE e os EUA, e à frente da Rússia e do Canadá. Também de importante relevância é o facto da região de Donetsk, localizada nas *Donets Basin*⁴ orientais ou Donbass, sendo uma das regiões mais populosas da Ucrânia, habitada por mais de 15 milhões de ucranianos de etnia russa, constituir-se como o centro industrial metalúrgico (ferro) e mineiro (carvão), bem como um dos maiores centros científicos e universitários da Ucrânia. Estima-se que a região do Donbass possua cerca de 109 mil milhões de toneladas de carvão, bem como petróleo e gás, contribuindo de forma decisiva para tornar a Ucrânia como uma das regiões mais ricas da Europa em termos de recursos naturais (Engdahl, 2010), justificando o interesse da Rússia na região do Donbass.

⁴ Bacia do rio Donets (tradução livre do autor).

As sucessivas interferências perpetradas pela Rússia naquela que esta entende ser como a sua área de influência, podem desta forma ser entendidas como devidas aos elevados interesses económicos que detém numa área rica em recursos naturais, bem como à necessidade de controlar as rotas de comércio existentes, materializadas sobretudo por oleodutos e gasodutos, vitais para a exportação dos seus recursos energéticos em direção à UE (Kropatcheva, 2006).

A Europa, sedenta de energia, colocou-se numa situação de dependência para com a Rússia. O poderio energético russo chega ao coração da Europa, em especial à Alemanha e aos antigos satélites soviéticos da Europa de Leste, fortemente dependentes em gás natural. É claro que a Rússia pode, caso pretenda, colocar a Europa sob uma significativa pressão (Friedman, 2010). Resta saber se a Europa acabará por ceder ou não.

Conclusões

A dinâmica da segurança na periferia ocidental do espaço pós-soviético está, atualmente, em mutação. Vários vetores conjugados entre si poderão trazer implicações para a segurança da Europa após a “ordem mundial” resultante do fim da Guerra Fria. O vetor estratégico, assim como o económico, está intimamente ligado ao emergir da Rússia enquanto ator global, pleno de confiança e de assertividade.

Com a queda do muro de Berlim, e o consequente fim da Guerra Fria, a Euro-Ásia sofreu uma mudança na sua configuração geopolítica. Novas repúblicas independentes surgiram naquela que era a área de influência estratégica da Rússia. Os seus territórios, ricos em recursos energéticos, passam a ser considerados como de importância geoestratégica muito relevante, constituindo-se como a ligação natural entre a Europa e a Ásia, e entre estas e o Médio Oriente. É também através deles que se passam a materializar grande parte das rotas comerciais e energéticas, sendo por isso alvo de uma competição acérrima.

O colapso da URSS foi um choque traumático para a Rússia, deixando-a fraca e frustrada. Contudo, nas últimas décadas, derivado sobretudo do vetor económico, a Rússia recuperou rapidamente, muito devido à liderança autocrática de Vladimir Putin. A extensão da recuperação política e económica não é, contudo, o único aspeto significativo. Os seus objetivos estratégicos e, concomitantemente, a sua política externa foram também extremamente importantes. A Rússia procura recuperar a sua influência no espaço pós-soviético e, assim, alterar a “ordem” que resultou do fim da Guerra Fria.

A criação da UEA, em contraposição com a UE, além da clara intenção de facilitar o comércio, o mercado empresarial e a livre circulação de produtos entre os Estados-membros constituintes, permite à Rússia continuar a aspirar à obtenção da hegemonia ao nível regional. A Ucrânia surge neste contexto como fator preponderante no sucesso do projeto da UEA, sendo por isso muito importante esta manter-se na esfera de influência da Rússia. A aproximação da Ucrânia à UE é vista assim como uma grande ameaça aos interesses económicos russos, estando a Rússia pronta a tudo fazer para o evitar.

A integração da Ucrânia em estruturas ocidentais, tal como a NATO, representaria uma mudança na balança estratégica da Europa, acabando definitivamente com a restauração do poder russo no espaço pós-soviético. Esta possibilidade sempre representou uma importante fonte de tensão entre a Ucrânia e a Rússia, tendo a Crimeia sido usada por diversas vezes no passado como ponto de fricção preferencial, dada a presença da Frota do Mar Negro em Sebastopol, a capital da Crimeia, presença esta desde sempre apoiada pela população local, maioritariamente de etnia russa. A Crimeia sempre foi considerada pela Rússia como parte do seu território, fruto de um erro político ocorrido em 1954 quando foi integrada na Ucrânia. A situação de crise que se vive atualmente nesta região, e que teve como corolário a integração da Crimeia na Rússia, não é mais que um aviso desta à UE e à NATO de que o limite foi ultrapassado.

Vive-se atualmente uma das situações potencialmente mais perigosas no relacionamento entre a Rússia e os EUA, muito provavelmente desde a crise dos mísseis de Cuba, em 1962. A guerra da Ucrânia tem vindo a tornar-se numa *proxy-war*⁵ entre as duas superpotências. O que há umas décadas atrás poderia parecer impensável, ou seja, um cenário de conflitualidade entre a NATO, liderada pelos EUA, e a Rússia, leva-nos a afirmar que se vive atualmente um novo clima de Guerra Fria.

Bibliografia

- Barata, P., 2014. *A Ucrânia, a UE e a Rússia: softpower versus realpolitik?*. JANUS. NET e-journal of International Relations, maio-outubro, pp. 33-50.
- Barrento, A., 2010. *Da Estratégia*. s.l.:Tribuna da História.
- Berzins, J., 2014. *Russia's New Generation Warfare in Ukraine: Implications for Latvian Defense Policy*, Riga: National Defence Academy of Latvia.

⁵ Guerra por procuração (tradução livre do autor).

- Correia, P. d. P., 2012. *Geopolítica e Geoestratégia*. Nação e Defesa Nº 131 – 5ª Série, pp. 229-246.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso*. Vol 1. Lisboa: IAEM.
- Engdahl, W., 2010. *Ukraine and a Tectonic Shift in Heartland Power*. [Online] Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/ukraine-geopolitics-and-the-us-nato-military-agenda-tectonic-shift-in-heartland-power/18128> [Acedido em 24 janeiro 2015].
- Friedman, G., 2010. *Os próximos 100 anos*. 1ª ed. Lisboa: Dom Quixote.
- Kissinger, H., 2014. *A Ordem Mundial*. Lisboa: Dom Quixote.
- Kropatcheva, E., 2006. *Russian Foreign Policy towards Ukraine*.: Hamburg, Institute for Peace Research and Security Policy.
- Monaghan, A., 2013. *The New Russian Foreign Policy Concept: Evolving Continuity*, London: Chatham House.
- Nye, J., 2012. *O Futuro do Poder*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Oliker, O., Crane, K., Schwartz, L. & Yusupov, C., 2009. *Russian Foreign Policy: Sources and Implications*, Califórnia: RAND Corporation.
- Prazeres, J. P., 2014. O conflito na Ucrânia sob o ponto de vista da segurança e defesa. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 24 março.
- Santos, E. E. S. d., 2008. A Geopolítica Russa: De Pedro “O Grande” a Putin, a “Guerra Fria”, o Euroasianismo e os Recursos Energéticos. *Revista Militar*, fevereiro/março.
- Sousa, D. R. d., 2012. A Nova Geopolítica e o Eurasianismo. *Revista de Geopolítica*, julho, p. 61.
- Varol, T., 2013. *The Russian Foreign Energy Policy*, Republic of Macedonia: EGALITE.

O Conflito Ucrâniano Enquanto Instrumento Estratégico da Segurança 7. Nacional Russa

Duarte Jorge Heitor Caldeira
Major de Cavalaria do Exército Português
Aluno do CEMC 2014-15
Lisboa, Portugal
duartecal@gmail.com

Resumo

Os recursos energéticos e a defesa territorial são de novo considerados elementos fundamentais da segurança dos países. O atual conflito ucraniano e o facto de a Rússia não assumir a sua interferência revelam o que pode ser considerado um caso típico das novas tipologias de conflito, em que os objetivos e os interesses das diferentes Nações não são explícitos. A instabilidade que se verifica na Ucrânia coloca em causa os interesses estratégicos da Rússia e dos países ocidentais. Para a Rússia, em particular, a crise na Ucrânia representa uma ameaça à sua própria segurança nacional.

Neste artigo, com o objetivo de analisar a influência do conflito ucraniano na segurança nacional russa, é feita a caracterização de razões que motivaram o conflito. O texto caracteriza a estratégia russa para gestão do conflito e a forma como a crise foi aproveitada para aumento da segurança nacional da Rússia. No fim são apresentadas conclusões da análise do impacto do conflito ucraniano como ferramenta estratégica para a segurança nacional russa.

Palavras-chave: Crise, Ucrânia, Rússia, Segurança Nacional, Instrumento Estratégico.

Abstract

This paper characterizes the Russian strategy regarding the Ukrainian conflict management and how this crisis was used as a contribution to an increase in the national security of Russia. The findings that resulted from the analysis of the impact of the Ukrainian conflict as a strategic tool for national security of Russia are presented. Energy resources and territorial defence are again seen as key components of the security of Nations. The Ukrainian conflict and the fact that Russia does not assume openly its interference, turns out to be a typical case of a new type of conflict, in which the goals and interests of different nations are not explicit. The instability that exists in Ukraine undermines the strategic interests of Russia and the Western countries. For Russia in particular, the crisis in Ukraine is a threat to its national security.

Keywords: *Crisis, Ukraine, Russia, National Security, Strategic Instrument.*

Introdução

O presente artigo visa analisar o conflito ucraniano enquanto instrumento estratégico da Segurança Nacional russa, num contexto geoestratégico. A Ucrânia foi, no decorrer dos últimos meses, alvo de violência, instabilidade e pressões externas que podem colocar em causa a própria segurança nacional russa. Esta crise tem sido aproveitada pela Rússia para se voltar a valorizar no contexto internacional, assim como para restabelecer novas regras na regulação de poderes da atual ordem mundial e da sua geopolítica.

A influência da Rússia sobre a Ucrânia tem um papel fundamental na estabilidade dos fluxos energéticos para a Europa e na preservação deste território como a última “zona tampão” entre os países do Ocidente e as fronteiras russas, acautelando assim uma última barreira de proteção nacional. A Doutrina Putin define o “Estrangeiro Próximo” como prioridade das relações externas da Rússia, dando sinais de que não será aceite, de forma passiva, a presença de potências externas no espaço que considera vital.

Por outro lado, a UE pretende assinar um acordo de associação com a Ucrânia, tendo como objetivo a sua aproximação ao Ocidente, e assim garantir a estabilidade do fluxo de gás e petróleo russos para a Europa, do qual depende. A OTAN pretende integrar a Ucrânia na sua estrutura, para assim garantir o controlo de forma mais eficaz a toda a faixa Leste da Europa, como ficou patente na Cimeira da OTAN no País de Gales (OTAN, 2014). A gravidade, atualidade

e eventuais consequências globais resultantes deste conflito e da forma como será gerido justificam a relevância deste estudo.

O presente texto está estruturado de forma a dar resposta a uma questão central: “Em que medida é que o conflito ucraniano pode ser utilizado como instrumento estratégico da Segurança Nacional da Rússia?”

No primeiro capítulo, apresenta-se o enquadramento geral do tema, explicando-se as razões que deram origem ao conflito que hoje se vive na Ucrânia. No segundo capítulo, caracteriza-se o interesse russo pelo território ucraniano, o porquê de ser considerado um espaço vital para a Rússia, tendo por base uma análise às questões energéticas, geopolíticas, de segurança e de política interna a que o atual Presidente russo Vladimir Putin está associado. No terceiro capítulo, é feita uma análise, tendo por base as variáveis militar e psicossocial da sinalização política, sobre a estratégia russa adotada e como esta crise está a ser utilizada como instrumento estratégico da Defesa Nacional russa. No quarto capítulo, é analisada a forma como a crise ucraniana pode ameaçar ou contribuir, dependendo do rumo que o conflito tomar, para a Segurança Nacional russa, que em grande medida está diretamente relacionada com esta área geográfica. Pode servir como última linha defensiva relativamente à eventual ameaça dos países ocidentais ou então revelar-se uma grave ameaça à Segurança Nacional e ao sistema político russo.

Finalmente serão elencadas algumas conclusões, decorrentes da análise e avaliação do impacto do conflito ucraniano na Rússia e de que forma pode ser aproveitado para reforçar a sua Segurança Nacional e a sua influência no âmbito das relações internacionais.

1. O nascimento do conflito na Ucrânia

A disputa entre a UE e a Rússia pela influência na orientação geopolítica da Ucrânia precedeu a atual crise ucraniana. O início desta crise remonta a 2008, à guerra entre a Rússia e a Geórgia, que destruiu todas as expectativas de integração na OTAN para a Geórgia e para a Ucrânia. O início de uma grave crise financeira de carácter global, nesse ano, contribuiu para o aumento da importância dos acordos económicos regionais.

A Ucrânia foi aliciada a integrar o Programa de Parceria Oriental (EaP), iniciado em 2009 pela UE, juntamente com Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia e Moldávia. Esta iniciativa, que representava uma tentativa de alargamento da UE, não passou de uma tentativa de edificação de uma “zona de segurança” no seu limite oriental e de ampliar o nível de aliciamento sobre estes países para que aumentasse o seu interesse na cultura ocidental.

Por outro lado, a Rússia cativava a Ucrânia e outras antigas repúblicas soviéticas para integrarem o seu projeto de união aduaneira, que conduziu à assinatura do tratado que originou a União Económica Euroasiática (UEEa) em maio de 2014¹ (Trenin, 2014, p. 4).

Contrariando o raciocínio ocidental de que a Rússia tentava a reconstrução da União Soviética, foi iniciada por Moscovo a criação de uma comunidade na Eurásia, liderada pela Rússia que, por certo, irá trazer benefícios financeiros e económicos, mas também aumentará a sua capacidade negocial relativamente à UE a Oeste e à China a Este. Desde 2003 que Moscovo tenta integrar a Ucrânia neste projeto da criação de um espaço económico único, o que permitiria abastecer, em cereais, cerca de um quarto dos 200 milhões de consumidores que ali estão inseridos.

No entanto, o Presidente russo Vladimir Putin persiste na sua ideia de criar uma Grande Europa, desde Lisboa até Vladivostok, que anunciou em 2010 e que desde então tem reforçado (Miller, 2014). Assim, tanto Moscovo como Bruxelas consideram a Ucrânia como fundamental para o desenvolvimento dos seus projetos geopolíticos (Interperter, 2014).

De 2010 a 2014, a Ucrânia foi governada pelo Presidente Viktor Yanukovych, que mantinha uma relação flexível entre a UE e a Rússia, na tentativa de aproveitar o melhor negócio ou vantagem política. Por razões de política interna, Yanukovich acalentou grandes expectativas relativamente a uma ligação mais profunda com a UE. Bruxelas, no entanto, nunca lhe garantiu o financiamento necessário que permitisse à Ucrânia compensar as quebras na sua produção industrial, resultantes da associação económica com a UE.

Decorrente desta aproximação à UE, a Rússia aumentou a sua pressão sobre a Ucrânia, através da introdução de barreiras às trocas comerciais e, mais tarde, com a promessa de ajuda suplementar, caso encerrasse as suas relações com a UE. Cedendo às pressões russas, em novembro de 2013, inesperadamente, o Presidente Yanukovich recusa-se a assinar o acordo de associação político-económica com a UE. Com esta decisão, como forma de compensação, no mês seguinte, recebeu de Moscovo uma generosa contribuição financeira e económica (Trenin, 2014, p. 5).

Como forma de retaliação, iniciaram-se colossais protestos em Kiev, que se transformaram numa manifestação permanente, na *Maidan Nezalezhnosti* (Praça da Independência) da capital ucraniana. Os manifestantes eram

¹ A UEEa da Rússia, Cazaquistão e Bielorrússia será iniciada no dia 01 de janeiro de 2015 se o tratado for ratificado pelos parlamentos dos três países. A Arménia e o Quirguistão estão também em processo de integração nesta nova união.

constituídos por pessoas comuns, que, na sua maioria, sofriam com a pobreza e que estavam profundamente indignadas com a corrupção que estava instalada, principalmente na família e apoiantes do Presidente Yanukovich. A eventual associação à UE representava a última esperança de melhoria social para a maioria dos manifestantes. A forma abrupta como foi encerrada esta réstia de esperança revelou-se avassaladora (Miller, 2014).

Este protesto, fundamentalmente cívico, que ficou conhecido como *Maidan*, designação associada ao local onde ocorreu, angariou apoiantes junto dos grupos nacionalistas, principalmente do lado ocidental da Ucrânia, que defendiam uma identidade nacional ucraniana que fosse claramente distinta da Rússia. Para eles, Yanukovich, assumidamente pró-russo, estava a conduzir o país para a reintegração russa. As famílias dos oligarcas ucranianos, que acusavam o Presidente de, juntamente com os seus familiares, serem detentores de demasiado poder e de estarem a prejudicar os seus negócios, acabaram também a apoiar os manifestantes (CSIS, 2014).

Em fevereiro de 2014, a situação na Praça Central de Kiev agravou-se e deu origem a situações de extrema violência. Yanukovich, que inicialmente desejava vencer os *Maidan* pela força, acabou por interromper o avanço policial e deu início a conversações com os manifestantes. No entanto, em 21 de fevereiro de 2014, cede às pressões e abandona o país de forma repentina. Como consequência, a polícia desapareceu das ruas e os *Maidan* celebraram a vitória (CSIS, 2014).

2. A Ucrânia enquanto espaço vital para a Rússia

Para um melhor entendimento dos acontecimentos e das relações que envolvem a Rússia e a Ucrânia, importa esclarecer a relevância que o Kremlin atribui à Ucrânia e quais as motivações do Presidente russo Vladimir Putin, em manter a sua influência efetiva neste país.

a. Exportações energéticas

A economia russa assenta, em grande medida, nas exportações energéticas, o que as torna uma condição vital para a sua sustentabilidade e vigor. Em 2011, cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) da Rússia era proveniente das receitas obtidas com a exportação de gás e petróleo e em 2012 representavam metade das receitas do orçamento de Estado do país (Gustafson, 2012). A distribuição de gás e de petróleo russo para a Europa processa-se através de gasodutos que, na sua maioria, atravessam território ucraniano.

Assim, a Ucrânia constitui-se como um elemento chave para o sucesso da distribuição energética russa (Aron, 2013).

A perda da influência política sobre a Ucrânia representaria, para além da fragilização da sua imagem, uma privação de controlo sobre as importantes estruturas de escoamento, o que representaria um dano duplo para a Rússia. Do ponto de vista russo, o surgimento de mais um importante ator estratégico, a Ucrânia, condicionaria a distribuição energética para a Europa. Kiev passaria a ter vantagem sobre a federação russa, conferindo-lhe assim a capacidade de a pressionar, na tentativa de alcançar os seus próprios interesses nacionais. Esta perda de controlo sobre os gasodutos dificultaria a capacidade de o Kremlin influenciar as políticas dos países da Europa Ocidental, que estão dependentes do fornecimento energético russo.

A própria ideia da existência de uma Ucrânia politicamente independente, com as suas prioridades e com uma agenda política própria, revela-se intimidante para a segurança interna russa e para a sua estabilidade política (Waslander, 2014).

b. A presença da OTAN

Em termos de segurança interna e de um ponto de vista geopolítico, a Rússia considera fundamental preservar a sua influência política na Ucrânia, por considerar a proximidade com os países da OTAN uma ameaça.

A OTAN, por ser uma aliança militar intergovernamental de países ocidentais, preconiza para os seus Estados-membros o conceito de defesa mútuo. O que significa que, qualquer agressão militar conduzida contra algum Estado membro, será considerada de imediato uma declaração de guerra contra toda a OTAN (OTAN, 1949). A OTAN, no decorrer das últimas décadas, tem vindo a expandir-se para Oriente. Desde a reunificação da Alemanha, já foram feitas três grandes expansões. A adesão da maior parte dos países do Leste da Europa em 2009, como é o caso da Polónia e da República Checa, representou o último alargamento, tendo ficado o Mar Báltico sob o domínio da OTAN (Allison, 2014, pp. 1269-1271).

É compreensível que a Rússia se sinta cada vez mais ameaçada e pressionada, pelo trajeto que a OTAN tem vindo a percorrer para Este. O território ucraniano, por ser considerado a última faixa de segurança entre a Rússia e a OTAN, tem uma importância vital para a segurança interna e política da Rússia. Se a integração da Ucrânia na OTAN se concretizasse, seria materializado o pior pesadelo possível para o Kremlin. Em primeiro

lugar, iria significar que a OTAN estaria “nas fronteiras” da Rússia, o que a deixaria completamente rodeada de países pertencentes a esta organização, destruindo as últimas esperanças da estratégia militar russa influenciar a Europa Ocidental. Em segundo lugar, tal cenário é encarado pela Rússia como uma ameaça à sua própria existência e sobrevivência, pois a partir daí seria possível à OTAN ter bases militares estrategicamente colocadas junto às suas fronteiras (Waslander, 2014).

Face a estas ameaças, a Rússia é forçada a concentrar todos os seus esforços para impedir que a Ucrânia se torne membro efetivo da OTAN. Com o abandono do poder do Presidente pró-russo Viktor Yanukovich, Moscovo considera que, se nada for feito, será apenas uma questão de tempo até que tal aconteça. Esta ameaça, que paira sobre a Segurança Nacional do seu país, justifica, em larga medida, a premência que o Presidente Putin está a atribuir às sucessivas tentativas de subjugar aos seus interesses as decisões tomadas em Kiev (Allison, 2014, pp. 1275-1276).

c. A política interna russa

Para o Presidente russo Vladimir Putin, está em causa muito mais do que apenas a sua reputação política ou os seus interesses pessoais, está em causa o futuro da Rússia. No ano 2000, quando assumiu o poder da Federação Russa, encontrou uma nação devastada. Os anos que se seguiram à queda da União Soviética foram muito difíceis para a economia russa, tendo sido atingida por uma crise financeira em 1998. Com a máquina militar desmembrada e com a economia destruída, a Rússia perdeu toda a credibilidade junto da comunidade política internacional. A guerra do Kosovo é bem o reflexo dessa condição, pois, por ser aliada dos sérvios, a Rússia pretendia impedir uma ofensiva da OTAN sobre a Sérvia. A OTAN simplesmente ignorou os avisos russos e lançou uma campanha de fortes bombardeamentos contra os sérvios (Waslander, 2014).

A Rússia negociou o acordo que permitiu à OTAN a entrada e consequente administração do Kosovo. Mas para que tal acontecesse, foi prometido à Rússia uma forte participação nos esforços de estabilização da região. A OTAN acabou por insultar a Rússia, nunca permitindo que esta assumisse as responsabilidades que lhe tinham sido prometidas (Waslander, 2014).

Putin, conhecido por ter um forte sentimento nacionalista, assumiu como sua principal missão a de tentar recuperar o estatuto perdido da Rússia como grande potência e de voltar a assumir um papel preponderante na cena internacional. Associado a este esforço de recuperação da Rússia, está também

inerente a preocupação em repor os níveis de confiança e orgulho do povo russo (Trenin, 2014, pp. 6-7).

Este esforço nacionalista começou a desenhar a imagem política que Putin, nos dias de hoje, ostenta. As suas decisões na crise ucraniana fizeram com que fosse criticado internamente, tendo a sua imagem atingido os mais baixos níveis de popularidade desde a sua tomada de posse. A perda de influência na Ucrânia foi vista como uma enorme derrota política de Putin.

A forma arrojada e austera que caracteriza a forma de atuação de Putin possibilitou-lhe readquirir a admiração interna e, ao mesmo tempo, reconquistar os elevados níveis de popularidade. Esta atmosfera de apoio e admiração contribui, em parte, para justificar a sua atitude hostil e provocadora face aos países ocidentais (Waslander, 2014).

3. A sinalização política da crise como instrumento estratégico da Segurança Nacional russa

A estratégia russa para a intervenção na Ucrânia assentava fundamentalmente na dissimulação e na ilusão, esperando que os seus oponentes tomassem decisões erradas que de alguma forma garantissem vantagem a Moscovo. O uso astuto das redes sociais e de informação foram fundamentais para moldar perceções e distorcer as análises da situação que se estava a viver e para dar a conhecer à opinião pública mundial a visão russa do conflito. Este esforço de propaganda tinha como intenção legitimar, junto da opinião pública, as opções políticas de Moscovo (Pomerantsev, 2014).

A crise ucraniana, enquanto instrumento estratégico da Segurança nacional russa, pode ser analisada à luz das variáveis militar e psicossocial da sinalização política. A sinalização política é uma ferramenta utilizada nas comunicações estratégicas, em que são reveladas algumas mensagens políticas, que podem ser interpretadas como um aviso ou ameaça velada. Estes sinalizadores políticos são usados como forma de dissuasão, cujo objetivo é revelar que podem ser adotadas medidas cujas repercussões poderão ser mais abrangentes.

Do ponto de vista militar, a existência de um governo ucraniano pró-ocidental representa para a Rússia o perigo real de a Ucrânia se tornar membro da OTAN a curto prazo (Williams, 2014). Face a esta situação, a estratégia da Rússia para a Ucrânia alterou-se, deixando de ser defensiva para ser de contraofensiva. Pretende evitar que se torne membro da Aliança e, preferencialmente, reconquistá-la para o seu projeto euroasiático.

Nesta nova estratégia, a Rússia tem dois grandes objetivos. O primeiro objetivo baseia-se no isolamento da Crimeia relativamente às autoridades ucranianas pós Yanukovich. Este objetivo foi conseguido através do isolamento da península por forças especiais russas e pela neutralização das forças ucranianas. Os elementos pró Rússia foram apoiados e garantiram o controlo das instituições públicas locais. Foi também encorajada a execução de um referendo, no qual a reunificação venceu com esmagadora maioria e pouco dias depois foi assinado um tratado, no qual Rússia integrava a Crimeia e a cidade de Sevastopol (Trenin, 2014, pp. 6-7).

O segundo objetivo consistia no estabelecimento de um acordo federal na Ucrânia que não permitisse o controlo completo do país por parte de Kiev. Dessa forma seria possível inviabilizar a sua integração na OTAN. Após a aprovação do Conselho das Federações para o uso das Forças Armadas russas no interior da Ucrânia, foram iniciados exercícios junto à fronteira, mas a invasão nunca se concretizou. Com as pressões constantes do Kremlin sobre as novas autoridades ucranianas, estas tornaram-se hesitantes e indecisas, impedindo que Washington e Bruxelas interviessem e encorajando os aliados políticos russos das zonas ucranianas pró Rússia (Williams, 2014).

Nas zonas russófonas da Ucrânia iniciaram-se grandes manifestações que exigiam a autonomia regional e o reconhecimento dos direitos do uso da língua russa. Com estas manifestações surgiram milícias separatistas organizadas e armadas que, após um referendo regional, declararam unilateralmente a independência de várias regiões do Leste da Ucrânia. Foi lançada pelo governo interno da Ucrânia uma operação antiterrorista para restituir a integridade territorial, o que provocou muitas baixas e uma crise humanitária (Pomerantsev, 2014). Moscovo, apesar de garantir apoio moral, político e material, não reconheceu oficialmente as autoproclamadas Repúblicas, mantendo assim afastada a possibilidade de uma intervenção armada direta no conflito.

Relativamente à variável psicossocial é evidente que existe o receio, por parte de Putin, de assistir à opção da Ucrânia pelo estilo de vida ocidental, com o qual poderá conseguir melhorias a nível económico e na própria liberdade do seu povo (Allison, 2014, pp. 1271-1272). Tal cenário colocaria em causa o modelo económico e político russo, conduzindo a federação russa à desagregação e respetivo desaparecimento.

O principal objetivo russo é evitar que o acordo de associação entre a UE e a Ucrânia seja assinado. A semelhança da UE, também Moscovo deu apoio financeiro à Ucrânia, mas ao invés de exigir reformas de fundo, o Kremlin apenas exigia que não se alterasse o *status quo* da região e tudo se mantivesse

como até aí. Se Putin não conseguir o seu desiderato de evitar a assinatura do acordo, tudo fará para prejudicar a evolução política, económica e social da Ucrânia, evitando assim que o país se aproxime do estilo de vida dos países do ocidente.

Putin pretende mostrar que na maior parte da antiga União Soviética não é possível implementar um sistema de governação ocidental e que apenas um sistema baseado no antigo modelo soviético se adequa. Como tal, não pode ser permitido à Ucrânia provar que esta declaração seja falsa (Applebaum, 2014).

Estas políticas inserem-se na história russa dos últimos quatro séculos, em que a alternância entre reformas e supressões, a abertura para o exterior e fechar-se sobre si mesma, estiveram sempre presentes. O que permite que estas políticas se mantenham são os receios e suspeições de virem a ser invadidos pelo mundo exterior. A Rússia ainda é controlada por um grande patriotismo, associado à ideia da “Mãe Rússia” articulada com a percepção de uma Rússia unificada (Moeller, 2014).

Apesar de a Ucrânia ser vista como um Estado frágil e fraco que provoca de forma crónica problemas à “gigante” russa Gazprom² no escoamento dos seus produtos para os países europeus, para a maioria dos russos não é considerada um Estado estrangeiro. O facto de a Ucrânia estar a ser governada por uma coligação pró-ocidental de nacionalistas ucranianos anti russos representa outra ameaça, do ponto de vista do Kremlin, que se prende com o perigo de se reduzir a liberdade ao uso da língua, cultura e identidade russa no interior do país (Williams, 2014). De notar que o governo ucraniano não foi reconhecido pela Rússia, que o classificou de ultranacionalista, tendo os EUA reconhecido e de imediato publicitado bastante o seu apoio ao governo ucraniano.

Mas após a eleição do Presidente Petro Poroshenko por milhões de Ucranianos, Putin viu-se obrigado a reiniciar as negociações com Kiev, começando assim um novo ciclo de relações entre os dois países e em novas circunstâncias (Trenin, 2014, p. 8).

4. A crise ucraniana e a Segurança Nacional russa

Quem conhece as discussões ocorridas nos anos 1990 acerca do alargamento da OTAN, pode de forma rápida afirmar que não existe nada de extraordinário na forma como a Rússia está a reagir aos eventos na Ucrânia.

² Gazprom – É a maior empresa da Rússia e a maior exportadora de gás natural do mundo, o que lhe confere a décima quinta posição no *ranking* das maiores empresas mundiais (Forbes, 2011).

As razões apontadas para a origem do conflito na Ucrânia são semelhantes às apresentadas em 1990: o cerco e isolamento da Rússia por parte da OTAN. O Ocidente não tem sido um parceiro de diálogo sério tendo, em vez disso, mentido constantemente à Rússia. A crise ucraniana vem demonstrar que a Rússia está determinada a mudar as regras de base das suas relações internacionais.

Apesar de nem todas as reações da política externa russa poderem ser atribuídas a sentimentos de frustração e irritação, parece plausível que desempenhem aqui um papel importante. A Rússia mantém um entendimento muito próprio do seu papel no seio da Europa, baseado em dois pilares: a aceitação de que a Rússia terá sempre de ser uma grande potência e a necessidade de ser reconhecida pelos outros países como tal (Pynnoniemi, 2014, p. 5).

O principal problema nas relações entre Moscovo e Washington não foi a adesão da Crimeia à Rússia, nem a discussão sobre o futuro da Ucrânia, mas sim a determinação russa em alterar as regras de base que os EUA impuseram ao longo dos últimos 25 anos. O facto de ter de seguir regras em vez de ser o seu criador não permitiu ao país o espaço de manobra a que deveria ter acesso, como grande potência universalmente reconhecida. Para além disso, os seus interesses e objeções têm sido ignorados e o país tem sido tratado como um derrotado, apesar de os russos não se verem como tal (Karaganov, 2014).

No discurso de incorporação da Crimeia na Rússia, Putin reiterou a ideia de que a Rússia tem tentado dialogar com o Ocidente, não tendo tal sido possível, as decisões sendo-lhe sempre apresentadas depois de definidas, colocando dessa forma o país “entre a espada e a parede”. Como tal, a Rússia neste momento está numa situação da qual não se pode retirar.

Em concreto, no que à segurança da frota do Mar Negro diz respeito e ao estatuto do porto de Sebastopol, se a Ucrânia integrar a OTAN significa que os seus meios navais passariam a estar presentes nesta cidade histórica russa, o que representaria uma ameaça real a toda a região Sul da Rússia (Pynnoniemi, 2014, p. 6).

Putin, com este tipo de discurso, transferiu a responsabilidade para os países ocidentais. A Rússia defende que definiu uma linha defensiva que o Ocidente não só ignorou, como cruzou, o que obrigou, inevitavelmente, a Rússia a reagir. Karaganov (2014) afirma que a operação na Crimeia se revestiu de sucesso para a Rússia, pois vem colocar um “ponto final” na Guerra Fria. Segundo ele, o melhor cenário seria o da assinatura de um tratado de paz que permitisse, oficialmente, dar por encerrada a Guerra Fria e que possibilitasse a convergência da Europa com a Rússia, consentindo a criação de uma robusta

“União da Europa” ou de uma “Europa Maior”, que tolerasse estabelecer um novo *status quo* na Europa (Karaganov, 2014).

O melhor cenário para a Ucrânia que a Rússia pode oferecer baseia-se na manutenção da sua integridade territorial (sem a Crimeia) e no reconhecimento de um estatuto “neutral” entre os interesses europeus e russos. Por outro lado, se tal cenário não for possível, outro cenário menos agradável terá de ser criado pela Rússia, no qual terá de impossibilitar a progressão do Ocidente para Este, na tentativa unilateral de alargar a sua esfera de influência para regiões que Moscovo considera vitais para a sua Segurança Nacional. Karaganov (2014) não acredita que a Rússia incorpore parte da Ucrânia no seu território, pelo menos até que esta tenha recuperado a sua eficiência e consiga ser atrativa para os ucranianos, que os leve a querer associar-se (Pynnoniemi, 2014, p. 6).

Putin, no discurso que fez na conferência de embaixadores russos e representantes permanentes, a julho de 2014 em Moscovo, considerou que patriotas são todos os que se consideram parte de uma comunidade russa alargada e que se considerem russos, o que evidencia que a ideia da criação de um império russo já não é defendida pelo Kremlin, assumindo a existência de um “grande mundo russo” que transcende as suas fronteiras. Trata-se, por parte de Putin, da aplicação do princípio do “irredentismo”, que já foi utilizado noutras ocasiões, na história recente da Europa, para unir ou reunir povos.

A vasta extensão geográfica russa é considerada uma mais-valia, mas também representa uma vulnerabilidade, por ter poucas fronteiras assentes em obstáculos naturais. A Rússia encontra-se assim dividida entre a segurança das suas fronteiras, ou a facilidade de circulação de bens dos mercados internacionais. No ponto de vista de Karaganov (2014), estão reunidas as condições para uma alteração ideológica das Políticas Externas e de Segurança Nacional. A Rússia parece estar a assumir abertamente uma posição anti Ocidente, com o objetivo de se afirmar como um líder dos países não Ocidentais (Karaganov, 2014). Dito de outra forma, a Rússia, para pôr fim à hegemonia Ocidental, foi forçada a colocar em perigo as suas relações com esses países, a sua economia, o seu regime político e a sua própria integridade nacional. Em troca, exige uma mudança nas regras básicas de equilíbrio do poder mundial e ao fazê-lo, está a representar todos os países não Ocidentais (Pynnoniemi, 2014, p. 7).

As operações russas na Crimeia marcaram a mudança e o começo de uma nova era, com o sucesso obtido na detenção da expansão militar, económica e política dos países do Ocidente para Este. No entanto, a Rússia não está a mostrar ser capaz de aproveitar esse sucesso, e a crise da Ucrânia está a começar a ameaçar a sobrevivência do próprio regime russo. Segundo Karaganov (2014),

o aumento do fluxo de refugiados, de sabotadores e terroristas está a ameaçar diretamente as regiões fronteiriças entre a Ucrânia e a Rússia e a colocar em causa a sua soberania assim como a sua segurança nacional. Esta ameaça obriga a que uma decisão seja tomada, pois, ou se resolve o conflito desde já ou se deixa prolongar e se assumem os perigos daí decorrentes (Karaganov, 2014).

Como política ativa é sugerido que Moscovo mantenha a sua ideia económico-política de integração dos países da Ásia e do Pacífico. Este sinal económico é considerado fundamental para uma retirada com sucesso da crise ucraniana, assim como para a manutenção da estabilidade interna e da respetiva Segurança Nacional (Pynnoniemi, 2014, p. 8).

Conclusões

A hegemonia mundial dos EUA está claramente a ser desafiada pela Rússia, tendo por base o argumento de que os seus interesses vitais de segurança estão a ser colocados em causa pelos países ocidentais, mais precisamente pela OTAN. Este desafio ficou bem patente nas movimentações militares da Rússia, na Ucrânia, na Crimeia e nas demonstrações de força que têm sido perpetradas para transmitir as mensagens políticas de Putin.

A anexação da Crimeia por parte da Rússia foi um sinal claro de desafio a toda a comunidade internacional. Se por um lado não se espera que Moscovo desista da intenção de defender as condições que considera essenciais à sua sobrevivência, também se pode prever que Washington não concorde, nem aceite, o reforço da influência russa na Ucrânia e na Eurásia. De igual modo, dificilmente os países do Ocidente passarão a considerar a Rússia uma nação igual no âmbito das relações internacionais e da geopolítica mundial (Pomerantsev, 2014).

Com a reintegração da Crimeia na Rússia, o Presidente Putin alcançou um inegável êxito interno, embora tivesse criado um obstáculo a uma futura relação política estável, não só com a Ucrânia, mas também com os EUA e com a Europa. Enquanto a questão da Crimeia não estiver absolutamente resolvida, dificilmente algum acordo virá a ser assumido. As relações de confiança e cooperação que existiam, desde 1990, entre os países ocidentais, principalmente os EUA, e a Rússia estão verdadeiramente deterioradas (Applebaum, 2014).

Do ponto de vista económico, a Ucrânia apresenta uma elevada relevância estratégica para a Rússia, em larga medida devido aos gasodutos e oleodutos que cruzam o seu território e que são fundamentais para o equilíbrio e estabilidade económica do Kremlin.

O ambiente político interno, do qual o Presidente Vladimir Putin tem beneficiado, reforçou a postura hostil com que a Rússia se tem relacionado com

os outros atores da cena internacional, não permitindo criar oportunidades de negociação (Axe & Beckhusen, 2014). A estratégia russa relativamente à Ucrânia poderá vir a ser diferente, mas, de qualquer forma, o seu objetivo principal manter-se-á: manter a Ucrânia como um Estado neutral, que sirva de “zona tampão” entre os países da OTAN e as fronteiras da Rússia, garantindo desta forma as condições, consideradas mínimas, para garantir a sua própria segurança nacional. A neutralidade, mesmo que conseguida pelos russos, será difícil de sustentar, pois abrangerá uma pequena franja da sociedade ucraniana. As reais pretensões russas passam pela integração da Ucrânia, de forma plena e permanente, na União Euroasiática, tentando que tal opção seja apoiada pela maioria da sociedade ucraniana (Pomerantsev, 2014).

A realidade que se vive na crise da Ucrânia caracteriza-se por ser fundamentalmente de cariz político, baseando-se principalmente em questões geoestratégicas e de segurança nacional, passando a sua resolução fundamentalmente por questões económicas. Caso se opte por uma futura intervenção militar, o fator económico irá certamente marcar a forma como esta será feita (Axe & Beckhusen, 2014). A necessária confiança para que se inicie o processo de acomodação e para a reedificação de um novo relacionamento ainda vai demorar algum tempo para ser alcançada (Allison, 2014).

É bastante claro que o conflito ucraniano marca, de forma indiscutível, o fim das tensões associadas à Guerra Fria entre os EUA e a Rússia. Moscovo, com a sua intervenção na Crimeia, conquistou uma vantagem estratégica, mas aparentemente, não está a rentabilizar os ganhos aí conseguidos. A Rússia está a realizar grandes reformas internas e de política externa, no sentido de implementar uma efetiva cooperação política e económica com os países da Ásia e do Pacífico.

A aplicação de métodos não lineares por parte da Rússia no conflito ucraniano estava associada a riscos, nomeadamente no que diz respeito à sua segurança nacional. Esta ameaça à segurança nacional russa está diretamente relacionada com o degradar das condições na Ucrânia, onde nunca assumiu abertamente o seu envolvimento direto no conflito. A sua estratégia política inconstante contribui para que o Ocidente não entenda as verdadeiras intenções da Rússia no conflito ucraniano. No entanto, é evidente o afastamento da Rússia no que toca às relações diplomáticas e comerciais com a Europa (Allison, 2014, p. 1273).

As mudanças verificadas na estratégia russa podem ser interpretadas como movimentos defensivos, com o objetivo não de alargamento, mas antes

de manutenção do seu domínio sobre as áreas consideradas vitais para os interesses estratégicos russos, como foi o caso da Crimeia. A estratégia que a Rússia utilizou no conflito ucraniano contra os países ocidentais surtiu efeito, e impediu a continuação do alargamento do seu espaço para Este, evitando assim que as áreas de interesse para a sua Segurança Nacional fossem ocupadas. É indiscutível que a Rússia usou com bastante eficácia a instabilidade criada pela crise ucraniana para restituir a segurança ao seu território nacional, através da preservação da Crimeia e evitando a integração da Ucrânia na OTAN. Reorientou o seu esforço político e económico para Oriente e, através da provocação e insolência, fortaleceu a sua imagem no contexto das relações internacionais, o que também contribuiu para o reforço da sua estabilidade interna.

Bibliografia

- Allison, R., 2014. *Russian 'deniable' intervention in Ukraine: how and why Russia broke the rules*. Oxford: The Royal Institute of International Affairs.
- Applebaum, A., 2014. *Putin's New Kind of War*. [Em Linha] Disponível em: http://www.slate.com/articles/news_and_politics/foreigners/2014/04/vladimir_putin_s_new_war_in_ukraine_the_kremlin_is_reinventing_how_russia.html [Consult. 20 dez 2014].
- Aron, L., 2013. *American Enterprise Institute*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.aei.org/publication/the-political-economy-of-russian-oil-and-gas/> [Consult. 22 dez 2014].
- Axe, D. & Beckhusen, R., 2014. *NATO could have trouble combating Putin's military strategy*. s.l.: Reuters.
- Barata, P., 2014. A UCRÂNIA, A UE E A RÚSSIA: SOFTPOWER VERSUS REALPOLITIK?. *Observare*, 5 (Ucrânia), pp. 33-50.
- Bradley, B., 2009. *Foreign Policy*. [Em Linha] Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2009/08/22/a-diplomatic-mystery/> [Consult. 25 dez 2014].
- CSIS, 2014. *CSIS.ORG*. [Em Linha] Disponível em: <http://csis.org/ukraine/index.htm>. [Consult. 28 dez 2014].
- Forbes, 2011. *Forbes*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2011/05/29/why-russias-gazprom-is-a-buy/> [Consult. 3 jan 2015].
- Gustafson, T., 2012. *Foreign Affairs*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/138363/thane-gustafson/putins-petroleum-problem>. [Consult. 1 jan 2015].

- Interperter, T., 2014. *The Interpreter*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.interpretermag.com/provocations-proxies-and-plausible-deniability/> [Consult. 15 jan 2015].
- Jones, S., 2014. *FT*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/2/ea5e82fa-2e0c-11e4-b76000144feabdc0.html#axzz3Guikerjt> . [Consult. 14 jan 2015].
- Karaganov, S., 2014. *Europe and Russia: Preventing a New Cold War*. s.l.:s.n.
- Karaganov, S., 2014. *How to avoid second Afghanistan*. s.l.:s.n.
- Karaganov, S., 2014. *Time to End the Cold War*. s.l.:s.n.
- Lukyanov, T. F., 2014. *Vladimir Putin faces dilemma over Ukraine of empire or nation-state*. s.l.:s.n.
- Miller, C., 2014. *FPRI*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.fpri.org/articles/2014/09/what-putin-really-feared-ukraine> [Consult. 28 dez 2014].
- Moeller, J. O., 2014. *The World Post*. [Em Linha] Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/joergen-oerstroem-moeller/maskirovka-russias-master_b_5199545.html [Consult. 15 jan 2015].
- OTAN, 1949. *The North Atlantic Treaty*. Washington D.C.: s.n.
- OTAN, 2014. *Wales Summit Declaration*. Wales: s.n.
- Pomerantsev, P., 2014. *FP*. [Em Linha] Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2014/05/05/how-putin-is-reinventing-warfare/> [Consult. 29 dez 2014].
- Prazeres, J. P., 2014. *O conflito na Ucrânia sob o ponto de vista da segurança e defesa*. [Em Linha] Disponível em: http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/russia/JDRI%20094%20240314%20ucrania.pdf [Consult. 21 jan 2015].
- Pynnoniemi, K., 2014. *Russian Thinking in the Ukraine Crisis*. s.l.:The Finnish Institute o International Affairs.
- Trenin, D., 2014. *THE UKRAINE CRISIS AND THE RESUMPTION OF GREAT-POWER RIVALRY*. Moscow: Carnegie Moscow Center.
- Waslander, S., 2014. *Foresight Investor*. [Em Linha] Disponível em: <http://foresightinvestor.com/articles/18361-why-is-ukraine-so-important-for-russia> [Consult. 17 jan 2015].
- Williams, M. J., 2014. *CEPA*. [Em Linha] Disponível em: <http://cepa.org/content/russia%E2%80%99s-new-doctrine-how-kremlin-has-learned-fight-tomorrow%E2%80%99s-war-today> [Consult. 20 jan 2015].



8. A Importância Estratégica da Posse da Crimeia

Paulo José Neves Correia
Capitão-de-fragata de Administração Naval
Aluno do CEMC 2014-15
Lisboa, Portugal
paulo.neves.correia@marinha.pt

Resumo

A Crimeia, bem como o Leste da Ucrânia, está bem presente na memória coletiva que os russos têm da história do seu país. Fruto de fatores geopolíticos, a Crimeia viu-se no centro de um conflito, sem precedentes desde o fim da Guerra Fria, que opõe a Rússia à Ucrânia e aos países ocidentais.

A privilegiada posição geográfica da Crimeia constitui motivo de interesse para Moscovo, já que é nessa península que a Rússia possui o único porto de acesso imediato ao Mar Negro. Esta zona tem valor estratégico elevado para os russos porquanto permite e facilita, também, o acesso rápido ao Mar Mediterrâneo, possibilitando à Rússia exercer toda a sua influência e presença naval enquadrada nas doutrinas e conceitos do poder marítimo.

Palavras-chave: Crimeia, Ucrânia, Rússia, Importância estratégica, Mar Negro, Presença Naval.

Abstract

Crimea, as well as Eastern Ukraine, is clearly present in the collective memory that the Russians have of their country's history. Crimea's privileged

geographical position is a cause of concern for Moscow, since it has the only port of immediate access to the Black Sea. Moreover, this output to the Black Sea also facilitates and allows quick access to the Mediterranean Sea, enabling Russia to enhance its influence through naval presence, in accordance to several maritime power doctrines and concepts.

Keywords: *Crimea, Ukraine, Russia, strategic importance, Black Sea, Naval presence.*

"The influence of the government will be felt in its most legitimate manner in maintaining an armed navy, of a size commensurate with the growth of its shipping and the importance of the interests connected with it."

(Mahan, 1898, p. 82)

Introdução

A Crimeia, desde os tempos imemoráveis, sempre foi alvo de conflitos entre potências pela sua posse. A sua posição geográfica constitui fator estratégico no acesso ao Mar Negro e, consequentemente, ao Mar Mediterrâneo. Com o fim da Guerra Fria e a desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Ucrânia, ao tornar-se numa república independente integrando a região da Crimeia, vem dificultar o acesso rápido ao Mar Negro por parte da Rússia. Esta situação, a par de um conjunto vasto de eventos no contexto internacional e geopolítico, torna as relações diplomáticas entre Kiev e Moscovo complexas e difíceis, potenciadas pelo facto de a maioria da população da Crimeia ansiar por integrar a Federação Russa.

Durante a fase exploratória que conduziria a este artigo, cedo se constatou que a recente conflitualidade que opõe a Rússia à Ucrânia, com a região da Crimeia como um dos focos da discórdia, é longa, complexa, atual e cujo desenlace final aparentemente está longe de se conhecer. Perante estes factos, surgiu questão de saber qual a importância estratégica da posse da Crimeia.

Em termos de organização do artigo, este está repartido em dois capítulos aos quais se seguem breves conclusões. No primeiro capítulo, procede-se a um

enquadramento histórico e geopolítico da Crimeia, que permite caracterizar a sua importância geográfica e genericamente compreender os laços que ligam esta à Federação Russa. Também importa sucintamente aflorar o relacionamento da Rússia com a Ucrânia, já que a Crimeia é parte integrante deste novo Estado independente. O segundo capítulo responde à questão inicial, sendo então perçcionada a importância da Crimeia para a Rússia, enquadrada nos aspetos doutrinários do Poder Marítimo. No final são apresentadas algumas conclusões.

1. Crimeia: Enquadramento Histórico e Geopolítico

a. Evolução da Crimeia no tempo

Impérios têm derramado sangue e despendido fortunas pelo controlo da Crimeia nos últimos 2500 anos, desde que os antigos gregos constituíram nesse território a sua primeira colónia (Shuster, 2014). Esta constatação resume de forma muito genérica aquilo que tem sido a história desta região e do seu povo, onde existiram vários conflitos desde a sua fundação e, portanto, para melhor enquadrar a importância da Crimeia, quer pela sua posição geográfica, quer pelo que representa para a Rússia, importa de forma sucinta destacar alguns aspetos da sua história.

No século X, os príncipes russos fundaram o Principado de Tmutarakan, situado nas margens dos mares Negro e Azov, na costa da Crimeia, na Península de Kerch, juntamente com a cidade de Korchev¹. Esta foi a fase da história durante o qual os eslavos da Rus' Kievana² progressivamente estabeleceram raízes em toda a Crimeia. Foi na antiga Crimeia, nas cidades de Sudak, Mangup e Quersoneso que os eslavos se tornaram na maioria da população (Oriental Review, Rede Voltaire, 2014).

O porto situado na zona de Tmutarakan rapidamente se tornou num dos mais importantes do mundo daquela época, apenas ultrapassado pelo de Constantinopla, e através dele passaram quase todas as rotas de comércio dos séculos XI-XII (Oriental Review, Rede Voltaire, 2014). Mstislav, filho do Grande Príncipe Vladimir, governou o Principado até ao ano de 1036, tendo consolidado e expandido as suas fronteiras. Já nos finais do século X, as restantes áreas do restaurado Reino Bizantino do Bósforo também foram integradas no Principado.

¹ Atualmente conhecida por Kerch.

² Nome dado à federação de tribos eslavicas do Este europeu, dos fins do século IX a meados do século XIII; Rus' é o nome da região étnico-cultural do Este europeu habitada por eslavos de Este. Historicamente, compreende a parte norte da Ucrânia, o noroeste da Rússia, Belarus e algumas partes dos países vizinhos: Finlândia, Estados Bálticos, Polónia e Eslováquia (Oriental Review, Rede Voltaire, 2014).

No século XIII os genoveses estabeleceram postos comerciais ao longo da costa e estabeleceram a sua sede em Caffa (atual Feodosiya) com o intuito de virem a dominar o comércio no Mar Negro. No início do século XIV, Öz Beg, um líder Mongol e khan da Horda de Ouro³, que se tinha convertido ao islamismo, efetuou incursões dramáticas entre o povo tártaro no interior da Crimeia, para que estes se convertessem também ao islão. Os elementos remanescentes da Horda de Ouro, que vieram a ser conhecidos como o Canato da Crimeia, acabaram por se submeter à suserania otomana em 1475.

O Império Otomano foi a força dominante na região por várias centenas de anos, mas a expansão da fronteira sul da Rússia, que começou de facto no final do século XVII por Pedro I (*o Grande*), colocou estas duas potências em conflito. Nos dois séculos seguintes, foram frequentes as guerras entre a Rússia e o Império Otomano pelo controlo da região do Mar Negro. Um desses conflitos, que durou cerca de 6 anos (1768-1774), teve o seu término com a celebração do Tratado de Küçük Kaynarca (1774), em que os otomanos cederam fortalezas na Península de Kerch à Rússia e que permitiu então que fosse criado um Estado independente de tártaros na Crimeia (*Encyclopaedia Britannica Online*, 2014).

A Imperatriz Catarina II (*a Grande*), no final do século XVIII, combateu para ver a Crimeia tornar-se novamente em território russo. Esta, com o apoio do Príncipe Grigory Potemkin, é lembrada por ter fundado uma base naval, que foi nomeada de Sebastopol, no porto de Musa (agora conhecido como Baía de Sebastopol). A história desta cidade portuária conta a notável história da bravura militar e da coragem russas (*Oriental Review, Rede Voltaire*, 2014).

Quando a Revolução de 1917 levou ao colapso do Império Russo, os tártaros da Crimeia declararam esta como uma república democrática independente. Durante a Guerra Civil Russa (1918-1920), a Crimeia serviu como o reduto final para as forças brancas (anti bolcheviques), e a sua derrota significou o fim do Estado da Crimeia independente. A península foi reorganizada e em 1921 ficou com o estatuto de uma República Socialista Soviética Autónoma. O processo de formação de comunidades coletivas, imposta pelos soviéticos, foi especialmente duro na Crimeia, e dezenas de milhares de tártaros da Crimeia pereceram durante o processo de eliminação das minorias étnicas determinado por Joseph Stalin.

³ Também chamada de *Kipchak Canato*, designação russa para o *Ulus Juchi*, a parte ocidental do império mongol, que floresceu a partir de meados do século 13 até o fim do século 14. Em *Encyclopaedia Britannica Online*, disponível em <http://www.britannica.com/>.

Em maio de 1944, os restantes tártaros da Crimeia, cerca de 200 000, foram deportados para a Sibéria e Ásia Central, por supostamente terem colaborado com os nazis durante a Segunda Guerra Mundial. A Crimeia passou de uma república autônoma a uma *Oblast*⁴ da República Federativa e Socialista Soviética Russa, e em 1954 foi transferida para a Ucrânia, em comemoração do 300.º aniversário do Acordo de Pereyaslav, um tratado que submete a Ucrânia ao governo russo.

Com a morte de Stalin e a ascensão de Nikita Khrushchev como líder soviético, outras etnias que tinham sido submetidas a deportações internas foram finalmente autorizadas a regressar às suas regiões de origem. No final da década de 1980 e início dos anos 1990, quando a União Soviética se desintegrou, muitos tártaros instalaram-se de novo na Crimeia, onde se assiste a um aumento exponencial deste povo, passando de cerca de 38 mil em 1989, para cerca de 300 mil no virar do século XXI. O estatuto jurídico da Crimeia também foi esclarecido durante esse período. Em 1991, passou novamente a uma república autônoma dentro da União Soviética, mas com a dissolução formal da URSS em dezembro do mesmo ano, a Crimeia passou a integrar o Estado da Ucrânia recém-independente.

A partir dessa altura as relações diplomáticas entre Kiev e a Crimeia tornaram-se difíceis e complexas. O interesse de Moscovo na Crimeia vem dificultar ainda mais esse relacionamento prejudicando também o relacionamento da Rússia com a Ucrânia (Encyclopaedia Britannica Online, 2014).

A interação entre a Rússia e a Ucrânia será genericamente afluída mais à frente neste texto, com especial incidência ao período que vai desde o desmembramento da URSS, até março de 2014, que coincide com o anúncio da anexação da Crimeia por parte da Rússia.

b. Os fatores físicos e humanos

Segundo a Sociedade Histórica da Crimeia, e de acordo com o último recenseamento efetuado em 2001, a população da Crimeia era de 2 401 209 de habitantes. Com base nesse recenseamento, estimou-se que, em 2013, a população da península seria de 1 967 119 habitantes. A população da Crimeia tem diminuído consistentemente a uma taxa de 0,4% ao ano, principalmente devido às menores taxas de fertilidade nas populações russas e ucranianas. A população da etnia tártara da Crimeia, em contraciclo, tem vindo a crescer a uma taxa anual de 0,9% (The Crimea Historical Society, 2015).

⁴ Oblast é uma divisão administrativa ou região na Rússia.

A história étnica da Crimeia é muito complexa e dramática. A península tem pertencido a muitos Estados e impérios, pelo que as suas populações se foram misturando ao longo dos séculos. O censo referido acima mostra que os russos representam 58,32% da população, os ucranianos 24,32%, os tártaros da Crimeia 12,1%, os bielorrussos 1,4%, os tártaros 0,54%, os arménios 0,43%, os judeus 0,22% e os gregos 0,15%. Com expressão quase nula, mas culturalmente visíveis temos os Karaites e Kymchaks. Cerca de 77% da população da Crimeia considera o russo como sua língua nativa (The Crimea Historical Society, 2015).

Em termos geográficos, a Crimeia é cercada quase inteiramente pelo Mar Negro. Está ligada ao Kherson Oblast da Ucrânia no Norte pelo istmo de Perekop. O Estreito de Kerch separa a Crimeia da Rússia. A Crimeia abrange uma área de cerca de 26.000 km², aproximadamente o mesmo tamanho da Albânia (The Crimea Historical Society, 2015).

A Crimeia, pelas características morfológicas da sua superfície, está dividida em três regiões. A primeira delas é composta pela parte norte e centro da Crimeia (que constitui cerca de três quartos da península) e é constituída por uma planície desnivelada que desce suavemente de sul para norte. A segunda região, a Península de Kerch, é composta por colinas baixas, ricas em minério de ferro. A terceira região é caracterizada por um conjunto de montanhas do Sul, que formam três cadeias, paralelas à costa sul. Estas cadeias de blocos de pedra calcária de topo achatado são conhecidas como as Montanhas da Crimeia (Encyclopaedia Britannica Online, 2014).

Simferopol é a capital e a maior cidade da Crimeia e nela vivem cerca de 360 000 habitantes (The Crimea Historical Society, 2015). Está localizada no sopé das montanhas da Crimeia. A cidade tem uma economia diversificada proveniente da indústria ligeira e de serviços e é um importante centro de transportes regional. Por essa razão, Simferopol é conhecido como o “Portão da Crimeia”, porque é o lugar de onde partem todas as estradas, que conduzem a todos os cantos da península. Em termos de infraestruturas, releva-se o Aeroporto Internacional de Simferopol, que está localizado na periferia da capital, sendo o maior da península e recebendo voos de todo o mundo. O porto da cidade de Sebastopol serve, como sede, tanto para a Marinha ucraniana como para a frota russa do Mar Negro (Encyclopaedia Britannica Online, 2014).

c. **Relacionamento Rússia – Ucrânia**

A separação da República Socialista Soviética da Ucrânia sob o comando de Leonid Kravchuk e da República Socialista Federativa Soviética, liderada por

Boris Yeltsin da União Soviética e a sua aliança comum contra o presidente soviético Gorbachev, foram os fatores decisivos para a dissolução do Estado soviético em dezembro de 1991 (Kappeler, 2014, p. 108).

Contudo, refere Kappeler (2014, p. 108), a sociedade russa e os políticos russos ficaram desiludidos quando perceberam que a Comunidade de Estados Independentes não se tornou, como esperado, a sucessora da União Soviética, liderada pela Rússia. Os russos foram surpreendidos com o facto de a Ucrânia ser agora um Estado totalmente independente e soberano. A Rússia não estava preparada e disposta a reconhecer a Ucrânia como um Estado igual e, por outro lado, o governo ucraniano, que visava a manutenção e extensão da soberania do Estado, pretendia relações com a Rússia numa base da igualdade.

Ou seja, desde o início da desagregação da URSS que as relações entre Kiev e Moscovo não foram pacíficas. Além desta diferença de perspetivas, várias questões tiveram que ser solucionadas, nomeadamente a questão da frota russa do Mar Negro estacionada na base de Sebastopol, a questão do abastecimento de energia (especialmente gás) (Kappeler, 2014, p. 108), das ogivas nucleares na posse da Ucrânia, questão resolvida pelo Memorandum de Budapeste de 1994 (Smith & Harari, 2014, p. 8), cujas soluções encontradas formalmente aceites tornaram ainda mais difíceis e complexas as relações entre estes dois países.

Acresce ainda que os ucranianos estão profundamente divididos por razões históricas, linguísticas e sobre a política atual. Não há consenso absoluto entre os membros da população que adotam o ucraniano como língua nativa e geralmente pró-ocidentais e aqueles que têm o russo como língua mãe, residentes maioritariamente no leste do país e com ideologia pró-russa (Smith & Harari, 2014, pp. 9-10).

Outro argumento de relevo que tem contribuído para este relacionamento difícil, centra-se na questão do posicionamento da Ucrânia entre a União Europeia e a NATO num lado, e a Rússia e os seus aliados políticos e económicos, no outro. A Rússia oficialmente teceu duras críticas à cooperação da Ucrânia com a NATO e aos planos de uma eventual entrada desta na NATO. Nas eleições presidenciais de 2004, o Presidente Putin apoiou abertamente o candidato pró-russo Viktor Yanukovych (Kappeler, 2014, p. 109).

A decisão do Presidente da Ucrânia Yanukovych em não assinar o Acordo de Associação e o Acordo de Livre Comércio com a União Europeia, em novembro de 2013, que levou a centenas de manifestantes pró-ocidente para as ruas de Kiev e que originaram confrontos extremamente violentos, a sua impugnação como presidente e o seu desaparecimento em fevereiro de 2014, o não reconhecimento por Putin do governo interino que assumiu funções, e os

exercícios das tropas russas junto da fronteira com a Ucrânia, são um conjunto de eventos que têm potenciado um clima de hostilidade entre a população pró-russa e a população pró-ocidente, conduzindo a que fações mais extremistas a favor da integração na Rússia tenham desencadeado ofensivas armadas contra o atual governo ucraniano. Neste panorama, após o referendo na Crimeia onde a maioria da população se terá manifestado a favor da integração na Rússia, Putin anuncia a anexação deste território à Federação Russa (Smith & Harari, 2014). Este episódio agravou ainda mais a situação política entre estes dois países, que se encontram no limiar de um conflito armado e com toda a comunidade internacional em elevado grau de expectativa.

2. A importância estratégica da Crimeia

Do enquadramento efetuado no âmbito do contexto histórico, geopolítico e das relações entre a Crimeia, a Federação Russa e a Ucrânia, é possível desde já inferir que o acesso ao Mar Negro e, por aí, ao Mar Mediterrâneo é um dos aspetos fulcrais da importância estratégica da Crimeia. Nesse sentido, e para melhor compreender esta relevância, torna-se útil proceder a uma pequena contextualização sobre o Poder Marítimo, abordando alguns conceitos e teorias da Escola Marítima, defendidos por pensadores como Alfred Thayer Mahan, Julian Corbett e outros.

a. O poder Marítimo

Desde os alvares da História que o mar sempre teve um papel essencial para o homem e um papel fundamental no desenvolvimento dos Estados como potências. Para Tangredi, existem quatro aspetos que fazem do mar um “parceiro” estratégico de elevada importância. O primeiro revela-se no facto de mais de 70 por cento da superfície do mundo ser coberto pelos oceanos. O segundo, cinge-se no aspeto de que mais de 90 por cento do comércio internacional, quando medido em peso e volume, viajar pela água. O facto de a maioria das grandes cidades e população urbana do mundo situar-se a menos de 200 quilómetros do litoral constitui o terceiro aspeto. Por fim, o direito internacional prevê “a liberdade dos mares”. Por outras palavras, qualquer nação pode usar o mar aberto para fins de comércio ou defesa sem infringir a soberania de outro país e sem prejuízo dos acordos internacionais em matéria de poluição e exploração dos recursos (Tangredi, 2002, p. 115). Num contexto mais recente, refere Till que a humanidade não se voltou para o mar com base em apenas um só motivo, mas por uma série deles que estão ligadas aos quatro

atributos do próprio mar, ou seja, do mar como um recurso, como um meio de transporte, como um meio de informação e finalmente como meio de domínio. Cada um destes quatro atributos estão intimamente ligados entre si. O mar é tão importante para o desenvolvimento humano que nenhum destes atributos é encarado com surpresa. A existência de problemas em aproveitar ao máximo estes quatro atributos do mar determina em grande parte as funções das marinhas, tanto direta como indiretamente (Till, 2004, p. 6).

Fruto dos estudos iniciados por Alfred Mahan⁵, na utilização do mar, do emprego das marinhas de guerra e dos países com poder naval, surge o conceito de “Poder Marítimo”. O Contra-Almirante Ribeiro, num artigo publicado na Revista Militar, sintetiza os fundamentos do pensamento estratégico de Mahan. Refere que para este estratégia, as marinhas são um instrumento político, com base em quatro linhas de atuação fundamentais (Ribeiro, 2010, p. 466).

Na primeira linha, Mahan considera primário fortalecer o poder marítimo, desenvolvendo todas as atividades e recursos marítimos, para aumentar a prosperidade e afirmar internacionalmente um país. Nesse sentido, Mahan dá importância à posição geográfica, à configuração física, à extensão do território e à dimensão da população.

Na segunda linha de atuação, o académico institui a hierarquia entre os conceitos de objeto e de objetivo de emprego do poder marítimo. Relativamente ao objeto, refere que é um conceito de nível estratégico, centrado no interesse nacional, e quanto ao objetivo, considera que é um conceito de nível tático, associado às formas particulares de utilização do poder marítimo. Neste contexto, com base em análises nas guerras históricas do passado, concluiu que o controlo do comércio marítimo era um fator crítico e decisivo para a vitória num conflito entre grandes potências.

Na terceira linha de atuação, Mahan estabelece o conceito do controlo do mar, cuja intensidade podia variar entre a destruição e a neutralização da esquadra inimiga. O controlo do mar é apresentado pelo autor como um objetivo tático indispensável para a estratégia marítima permitir a prosperidade e a afirmação internacional do país.

Na última linha de atuação, Mahan reconhece a necessidade de obter bases navais que prolonguem o tempo de operação da esquadra. Os países deviam estabelecer colónias ou, pelo menos, bases navais autossustentáveis,

⁵ O Contra-almirante Alfred Thayer Mahan foi um oficial da Marinha dos EUA que se notabilizou como estrategista e professor, cujos escritos sobre a centralidade do mar na grandeza dos países, realizados a partir de finais do século XIX, influenciaram gerações sucessivas de políticos e oficiais em todo o mundo (Ribeiro, 2010, p. 465).

nas regiões que consideravam estrategicamente relevantes (Ribeiro, 2010, pp. 466-467).

Não obstante o mérito destes conceitos, que impulsionaram o desenvolvimento das marinhas um pouco por todo o mundo, outros pensadores apresentam críticas aos conceitos de Mahan. Um desses críticos, Julian Corbett, contraria a importância dada por Mahan às marinhas considerando que estas quando isoladas não possuem valor estratégico. A estratégia naval deve estar integrada na estratégia militar como um todo (Corbett, 1988, p. 16). Também contraria a terceira linha de ação de Mahan, pois considera que o comando do mar é relativo e difícil, sendo mais viável o controlo do mar por via da negação de uso pelo oponente (Corbett, 1988, pp. 93-94). Segundo Till (2004, p. 136), o termo “comando do mar” é substituído por “controlo do mar” por muitos académicos. Para a Rússia na década de 1970, pela “voz” do almirante da frota da União Soviética Gorshkov, o comando do mar é um conceito de valor elevado e um patamar a atingir (Till, 2004, p. 136).

As diferenças nas abordagens de alguns académicos e estratégias aqui superficialmente afloradas inferem que o conceito de Poder Marítimo tem tido várias interpretações ao longo do tempo. Para Tangredi, o conceito moderno de Poder Marítimo para um Estado-nação pode ser definido como a combinação da sua capacidade para o comércio marítimo internacional e utilização dos recursos oceânicos, com a sua capacidade de projetar poder militar para o mar, para fins de controlo da zona e do próprio mar, e a partir do mar, influenciar os acontecimentos em terra por meio de forças navais (Tangredi, 2002, p. 114).

Uma das dimensões refletidas na parte final deste conceito é a da presença naval, que neste pensamento doutrinário assume especial relevo. A aferir esta importância temos como exemplo as declarações da ex-Presidente da Indonésia Megawati Sukarnoputri, aquando de visita oficial a Pequim, afirmando que uma força naval forte reflete a dignidade da nação, assim como a sua existência permite ganhar o respeito dos outros países do mundo (Till, 2004, pp. 246-247).

Sobre esta componente do Poder Marítimo, refere Till que o conceito para a Marinha inglesa de presença naval consiste na capacidade disponível de um Estado-nação para influenciar os acontecimentos políticos e militares em todo o mundo, através do posicionamento naval e operações de rotina. Isso inclui a capacidade de projetar uma força militar equilibrada que pode permanecer por longos períodos no mar, preparada para uma resposta rápida em todo o espectro de tarefas militares (Till, 2004, p. 247). Por outro lado, o termo de “Força Naval avançada”, usado principalmente pela Marinha dos

Estados Unidos da América (EUA), é considerada por estes como uma forma moderna de diplomacia naval.

Uma presença naval avançada, estacionada em áreas onde o risco de ameaça é significativo, permite impedir que essa ameaça degenera em conflito, ou, falhando este objetivo, estar em condições de fornecer uma resposta militar rápida a eventual agressão. Este conceito de presença naval requer uma frota de dimensão considerável com uma enorme capacidade logística que permita níveis elevados de sustentação, que genericamente só está atualmente ao alcance dos EUA e da OTAN⁶ (Tangredi, 2002, p. 124).

É nesta dimensão do Poder Marítimo, materializado na presença naval, que reside o interesse estratégico da Federação Russa na posse da Crimeia, como se verá no ponto seguinte.

b. Vantagem estratégica para a Rússia na posse da Crimeia

A geografia marítima sempre foi particularmente cruel para a Rússia. Ela tem quatro grandes áreas costeiras para defender⁷, o Norte, o Mar Báltico, o Mar Negro e o Extremo Oriente. Isto torna extremamente difícil para sua força naval ser movimentada de forma coerente como um todo, num único sentido estratégico permitindo a sua operação de forma rentável (Till, 2004, p. 76). O Almirante Gorshkov, citado por Till (2004, p. 76), coloca esta questão sobre a seguinte perspetiva: “A considerável dificuldade para o poder marítimo russo resulta da sua posição geográfica, o que exige possuir uma frota independente capaz de garantir o desempenho de missões que se lhe deparam em cada um dos quatro teatros distantes”⁸. Neste prisma, a Rússia, ainda como potência militar, posiciona as suas frotas em bases geograficamente estratégicas. A frota do Norte na base de Severodvinsk, a frota do Báltico na base de Kaliningrado, a frota do Mar Negro em Sebastopol e a frota do Oceano Pacífico sediada em Vladivostok, que permitem então o acesso rápido e a presença naval nas quatro áreas costeiras que limitam a ex-URSS. Importa referir que os acessos ao mar aberto pela URSS se fazem através destas quatro áreas, acessos que são limitados pelo clima ou pela proximidade de fortes poderes hostis – ou ambos. E embora nunca tenha sido uma grande potência marítima de comércio, as vias

⁶ Organização do Tratado do Atlântico Norte.

⁷ Considerando o período anterior à desagregação da URSS em que a Ucrânia é território russo.

⁸ Tradução livre do autor. No original: “The considerable difficulty for Russian sea power stemmed from her geographical position, which required having an independent fleet capable of ensuring the performance of missions confronting it in each of [four] far-flung theatres.”

de comunicação marítima são importantes comercialmente e estrategicamente para a Rússia (Till, 2004, p. 76).

Refere ainda Till que a geografia marítima determinou as tarefas da Marinha russa ao longo dos tempos, e explica por que “a batalha para garantir os acessos” é uma das preocupações centrais navais russas. Infelizmente para os russos, os seus esforços para melhorar a sua situação marítima durante a Guerra Fria ficaram muito aquém das expectativas, em parte por causa das contradições inerentes ao sistema comunista na Rússia e, também, porque os adversários da União Soviética foram capazes de direcionar as suas “ofensivas” para as suas vulnerabilidades marítimas e estratégicas. Com o fim da Guerra Fria, a geografia marítima da Rússia piorou (Till, 2004, p. 79). De facto, com o desmembramento da URSS e com a Ucrânia a tornar-se numa república independente, o acesso ao Mar Negro por parte da Rússia ficou muito mais complicado.

Sem o acesso ao Mar negro por via do porto de Sebastopol, a presença naval no Mediterrâneo só é possível através da frota do Norte seguindo pelo Ártico, ou através da frota do Mar Báltico, e ambas circundando o continente europeu para então se posicionar no Mediterrâneo. Contudo, o clima rigoroso no Inverno e as longas distâncias a percorrer pelas frotas, tornam estas opções muito pouco exequíveis (Höppner, 2014). Klaus Mommsen, especialista em marinhas estrangeiras, numa entrevista à “Deutsche Welle” (Höppner, 2014), refere que o Mar Negro é o patamar ideal no acesso ao Mar Mediterrâneo, área que desempenha um papel importante para a política externa russa. E nesse sentido, afirma nessa entrevista que “quando se quer atuar de verdade na região do Mediterrâneo, isso só é possível a partir daquela região [Mar Negro]”. Refere também que Putin, ciente dessa importância, não pretende deixar o Mar Mediterrâneo como área de influência apenas da Marinha dos EUA (Höppner, 2014).

Mais uma vez, denotam-se os conceitos de presença naval, que precisam de uma sustentação logística elevada, para que a presença seja duradoura e eficaz. É precisamente nesta vertente que entra a Crimeia, já que é nesta região que se encontra a base militar de Sebastopol. Klaus Mommsen, na referida entrevista, menciona que essa base é o único porto realmente capaz de acomodar e proporcionar o respetivo suporte logístico à totalidade da frota russa do Mar Negro. Para os russos não há alternativa. Embora outra base esteja a ser construída em Novorossiysk, ao norte de Sochi, ela apenas poderá receber parte da frota. Além disso, Novorossiysk é uma base pequena e sem baías de proteção. Dependendo das condições meteorológicas, os navios que

ali atacam podem sofrer danos por força do vento e da ondulação. Com as suas muitas baías, Sebastopol é bem diferente. Sebastopol não é somente a principal base da frota russa do Mar Negro, mas também da Marinha ucraniana. As duas marinhas permanecem ali lado a lado, fruto de um acordo de longo prazo que foi assinado em 1997, sob o governo do antigo presidente russo Yeltsin, para permitir o acesso da frota russa a esse porto ucraniano (Höppner, 2014). Esta questão do contrato tem sido também palco das divergências entre a Rússia e a Ucrânia. A base de Sebastopol também serve como sede para a recém-constituída “Task Force” russa do Mediterrâneo, que recentemente retomou as operações permanentes no Mediterrâneo Oriental, ampliando o alcance da Rússia e reforçando o seu prestígio na região (Schwartz, 2014).

Além da questão do acesso ao Mar Negro, o controlo da Crimeia dota a Rússia com importantes capacidades de defesa estratégica. A frota do Mar Negro possui as capacidades necessárias para enfrentar as ameaças militares de outros Estados da região para os interesses russos no Mar Negro. Os navios aí posicionados estão equipados com mísseis e sistemas de defesa aérea que, em conjunto com os aviões de combate avançados estacionados em Kacha e Gvardeysk, bases aéreas da Crimeia, permitem aumentar significativamente a capacidade de defesa aérea da Rússia sobre seu flanco sul (Schwartz, 2014). Estas duas vertentes, defesa e presença naval no Mediterrâneo, constituem-se então como os fatores primordiais no que toca à posse da Crimeia pela Federação Russa.

Conclusões

A Crimeia, enquanto parte integrante da URSS, e as restantes áreas costeiras permitiam o acesso ao Mar Negro, ao Ártico, ao Mar Báltico e ao Pacífico, pois as frotas russas estão estacionadas nas bases de Sebastopol, Severodvinsk, Kaliningrado e Vladivostok. Geograficamente, permitia à Rússia chegar a qualquer ponto do globo com alguma facilidade. Com o fim da Guerra Fria, que conduziu à independência da Ucrânia onde se inclui a Crimeia, as políticas estratégicas marítimas da Rússia sofreram um rude golpe, já que ficou dificultado o acesso rápido ao Mar Negro, tendo a sua frota, sediada na base de Sebastopol, ficado sem um importante ponto de apoio logístico. Fruto de um acordo de longo prazo, que foi firmado sob o governo do antigo presidente russo Yeltsin, a Rússia beneficia da utilização dessa base. O acesso ao Mediterrâneo e a utilização dessa base são fatores chave que, no âmbito dos conceitos do poder marítimo, permitem à Rússia marcar presença naval, ação de reconhecido valor estratégico, pois os EUA deixam de ser os únicos com “influência naval” nessa região do globo.

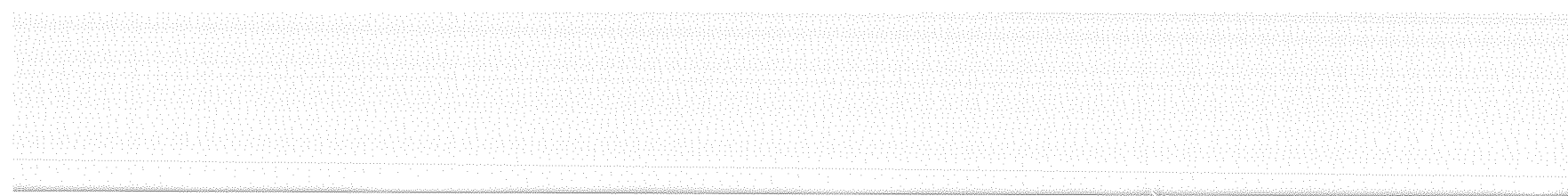
O acordo de utilização de Sebastopol tem sido muito criticado por diversos atores políticos dentro da Ucrânia. Esta situação, a par de um conjunto vasto de eventos no contexto geopolítico, tornou as relações diplomáticas entre Kiev e Moscovo complexas e difíceis, potenciadas pelo facto de a maioria da população da Crimeia ansiar por integrar a Federação Russa. Por sua vez, Vladimir Putin nunca ocultou o seu interesse estratégico na Crimeia.

Em síntese, e respondendo à pergunta inicialmente formulada, a importância para a federação russa na posse da Crimeia, além de ampliar as capacidades de defesa aérea no seu flanco sul, permite principalmente que a presença naval, componente do seu poder marítimo, no Mediterrâneo, seja duradoura e eficaz, indo assim ao encontro dos seus objetivos geopolíticos e estratégicos.

Bibliografia

- Corbett, J. S., 1988. *Some Principles of Maritime Strategy*. Annapolis - Maryland: Naval Institute Press.
- Encyclopaedia Britannica Online, 2014. *Encyclopaedia Britannica Online*. [Em linha] Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/143010/Crimea/314881/History> [Consult. 08 jan 2015].
- Höppner, S., 2014. *DW - "Porto de Sebastopol é imprescindível para a Rússia", diz analista*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dw.de/porto-de-sebastopol-%C3%A9-imprescind%C3%ADvel-para-a-r%C3%BAssia-diz-analista/a-17500256> [Consult. 21 dez 2014].
- Kappeler, A., 2014. *Ukraine and Russia: Legacies of the imperial past and competing memories*. Journal of Eurasian Studies, Volume 5, pp. 107-115.
- Mahan, A. T., 1898. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660–1783*. Boston: Little, Brown, and Company.
- Oriental Review, Rede Voltaire, 2014. *O que significa a Crimeia para a Rússia?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article183026.html> [Consult. 7 jan 2015].
- Ribeiro, A. S., 2010. *Mahan e as marinhas como instrumento político*. Revista Militar N.º 2500, maio, pp. 465-483.
- Schwartz, P. N., 2014. *Crimea's Strategic Value to Russia*. In Center for Strategic and International Studies. [Em linha] Disponível em: <http://csis.org/blog/crimeas-strategic-value-russia> [Consult. 18 dez 2014].

- Shuster, S., 2014. *Crimea's Morning After*. TIME, Volume 183, N° 12 de 31.03.2014, pp. 12-13.
- Smith, B. & Harari, D., 2014. *Ukraine, Crimea and Russia*, London: House of Commons Library.
- Tangredi, S. J., 2002. *Sea Power: Theory and Practice*. Em: *Strategy and the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, pp. 113-136.
- The Crimea Historical Society, 2015. *Crimea Historical Society*. [Em linha] Disponível em: <http://www.crimeahistory.org/> [Consult. 14 jan 2015].
- Till, G., 2004. *Seapower. A Guide for the Twenty-First Century*. London, Portland: Frank Cass Publishers.



9. A Aplicação Estratégica da *Maskirovka* Soviética – O Caso Russo no Conflito da Ucrânia

Jorge Figueiredo Marques
Major de Cavalaria do Exército Português
Aluno do CEMC 2014-2015
Lisboa, Portugal
jorge_f_marques@hotmail.com

Resumo

A anexação da Crimeia e o envolvimento militar da Federação Russa no atual conflito no leste da Ucrânia, conduziram à mais grave crise diplomática na Europa depois da Guerra Fria e com consequências geopolíticas ainda imprevisíveis.

A aplicação em grande escala da *maskirovka* soviética tem representado um elemento-chave da estratégia de decepção conduzida por Moscovo para manter plausível aos olhos da comunidade internacional a negação da agressão à Ucrânia, em clara violação dos tratados internacionais. Sem esta “perceção” de não-agressão, as ligações político-económicas das quais a Rússia depende para alavancar a sua economia poderiam entrar em rutura. Por conseguinte, o envolvimento das forças russas tem sido deliberadamente “ofuscado” por esta estratégia de conduzir uma “guerra especial”, que visa confundir a comunidade internacional sobre as reais intenções da Rússia em relação a esta região que faz parte da sua área de interesse estratégico.

O presente artigo analisa a influência, a aplicação estratégica da *maskirovka* soviética e as razões desta opção no contexto da atual crise.

Palavras-chave: Conflito, Deceção, Estratégia, Federação Russa, Maskirovka, Ucrânia.

Abstract

The annexation of Crimea and the Russian Federation military involvement in the East Ukraine current conflict lead to the biggest diplomatic crisis in Europe after the Cold War, still with unpredictable geopolitical consequences.

The large-scale application of the soviet maskirovka has represented a key element of the deception strategy lead by Moscow to keep plausible in the eyes of the international community the negation of its aggression, in clear violation of the international treaties. Without this not-aggression “perception”, the political-economic and diplomatic connections which Russian economy depends on could enter in rupture. Therefore, the involvement of the Russian forces has been deliberately “dimmed” by this strategy to conduct a “special war”, which aims to confuse the international community about real intentions of Russia in respect to this region which is part of its strategic area of interest.

The present paper analyses the influence of the strategic application of soviet maskirovka and the consequences that this option has in the context of the current crisis.

Keywords: Conflict, Deception, Strategy, Russian Federation, Maskirovka, Ukraine.

“Uma operação militar envolve ações de decepção.

Mesmo se o general é competente, deve aparentar ser incompetente.”

Sun Tzu, a arte da guerra

Introdução

O envolvimento militar da Federação Russa no atual conflito da Ucrânia conduziu à mais grave crise político-diplomática entre o governo russo e as principais potências ocidentais, com consequências geopolíticas ainda imprevisíveis e só comparável ao período da Guerra Fria. Um elemento-chave da estratégia conduzida por Moscovo foi a capacidade em manter plausível, aos olhos da comunidade internacional, a negação da agressão russa à Ucrânia em clara violação dos tratados internacionais (Gady, 2014).

Do ponto de vista russo, a anexação da Crimeia não foi uma invasão, mas antes a resposta ao pedido de intervenção militar pelo ex-presidente ucraniano Yanukovych e pela solicitação de união com a Federação Russa, após referendo, pelas autoridades da Crimeia e pelas autodenominadas repúblicas populares de Donetsk e Lubansk. Desta forma, o governo russo pretendeu legitimar perante a comunidade internacional o seu envolvimento neste conflito (Woehrel, 2014).

De referir que, sem esta “perceção”, as ligações político-económicas, das quais a Rússia depende para sustentar a sua economia¹, poderiam entrar num ponto de rutura. Esta perceção de não-agressão é tanto mais importante, porquanto alguns destes países também não estão dispostos a sacrificar os seus interesses económicos em prol de uma situação dúbia (Vaux, et al., 2014).

As Forças Armadas (FFAA) e os serviços de informações russos têm estado envolvidos no conflito da Ucrânia desde o seu início, segundo afirmam várias agências de informações dos Estados Unidos² (EUA), a União Europeia (UE), a OTAN, bem como pelo próprio governo ucraniano. Contudo, as provas “claras” do seu envolvimento têm sido deliberadamente ofuscadas por esta estratégia seguida por Moscovo de conduzir uma “guerra especial”, que aparenta todos os contornos da utilização em grande escala da “*maskirovka*” soviética.

O termo *maskirovka*, que em russo significa “mascarar algo”, tem as suas raízes na palavra “disfarce” (Miller, 2014). Ao nível militar, a *maskirovka* refere-se não somente à camuflagem em si, mas a todo um conjunto de ações de deceção estabelecida na doutrina militar soviética, que visam distorcer e enganar a perceção do inimigo sobre os seus planos, capacidades e intenções (Shea, 2002).

Assim, a *maskirovka* soviética destaca-se como um aspeto central da estratégia russa para a crise da Ucrânia, tendo como finalidade confundir a comunidade internacional sobre os planos e as verdadeiras intenções de Moscovo em relação a esta região que faz parte da sua área de interesse estratégico (Vaux, et al., 2014). A gravidade e as implicações internacionais desta crise atestam a atualidade e a pertinência do estudo deste tema. De destacar ainda que segundo Charles L. Smith (Smith, 1988) “quem quiser lidar com a Rússia, tem de compreender perfeitamente todos os contextos em que se insere o conceito de *maskirovka*”, o que reforça a importância deste estudo.

¹ Nomeadamente com alguns países da região da Ásia-Pacífico e da própria Europa.

² A *Central Intelligence Agency* e a *National Security Agency* alertaram o governo dos EUA sobre o envolvimento da Rússia desde o início da crise da Ucrânia e da possibilidade de invasão da Crimeia, facto que posteriormente veio a verificar-se (Hosenball, 2014).

O presente artigo tem como objetivo analisar a influência que a aplicação estratégica da *maskirovka* soviética e as razões desta opção têm no contexto da atual crise. O objeto de estudo é assim a aplicação da *maskirovka* soviética, vista numa perspetiva como agente influenciador da estratégia russa para o conflito da Ucrânia. Consciente da abrangência que este conceito possui no âmbito da doutrina soviética, encontrando expressão em todos os níveis da guerra, o estudo está delimitado na sua análise somente ao nível estratégico. Foi utilizada uma metodologia dedutiva, que assentou numa análise qualitativa de documentos específicos sobre esta matéria de autores de relevância e de artigos de imprensa sobre o conflito da Ucrânia.

No sentido de atingir o objetivo do artigo, procurou-se responder à seguinte questão: Qual a influência que a aplicação estratégica da *maskirovka* soviética tem na atual crise da Ucrânia e quais as razões dessa opção? Por forma a responder a esta questão, o artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na introdução é feita a contextualização do tema do artigo, justificando o seu interesse, objetivos e contributos, bem como é definida a questão que orientou a execução do artigo. O primeiro capítulo apresenta a necessária contextualização do conceito de *maskirovka*, fundamental para a compreensão do tema em que se insere o artigo e efetua um breve enquadramento histórico da sua origem enquanto doutrina soviética. O segundo capítulo contextualiza brevemente a situação política e militar da Ucrânia, por forma a enquadrar o leitor com a atual crise. Por fim, no terceiro capítulo é analisada a aplicação da *maskirovka* no âmbito da estratégia seguida pela Federação Russa no contexto da crise da Ucrânia. No final, são apontadas as conclusões relativamente à problemática analisada, que inclui a resposta à questão apresentada.

1. Enquadramento conceptual

Maskirovka (Маскировка) significa em russo “mascarar algo”, e geralmente é associado ao ato de camuflar tropas ou equipamento (Keating, 1981, p. 4). No entanto, no contexto da doutrina militar soviética, *maskirovka* possui um significado bem mais lato, envolvendo todas as ações de decepção tomadas ao nível estratégico, operacional e tático (Berdý, 2014).

De acordo com a enciclopédia militar soviética, citada por Jon Latimer, *maskirovka* pode ser definida como “os meios usados para obter segurança para a execução das operações de combate e das atividades diárias das forças. São um conjunto complexo de medidas, implementadas para enganar o inimigo sobre a presença e o dispositivo das forças, os objetivos militares, as condições de prontidão das forças, bem como os planos do comandante.”

Segundo Caddel, “a *maskirovka* contribui para o alcançar da surpresa sobre o inimigo e a preservação do potencial de combate das forças, aumentando a sua capacidade de sobrevivência.” (Caddel, 2004, p. 18). A *maskirovka* envolve todos os níveis da guerra, desde o estratégico até ao nível tático, e inclui todas as medidas de decepção, ativas e passivas, destinadas a iludir o inimigo. As medidas de *maskirovka* incluem a dissimulação, o engano, a ocultação, a imitação e a utilização de maquetes, bem como as manobras de decepção e a contrainformação (Latimer, 2001).

Apesar de a *maskirovka* ser um produto da era soviética, as suas raízes podem ser encontradas no exército imperial russo que, como forma de resposta às invasões do seu território, desenvolveu um conjunto de medidas com o propósito de confundir e condicionar as ações do inimigo. Idealizada como uma forma de defesa contra as invasões durante a época dos czares, foi também utilizada durante a Segunda Guerra Mundial (IIGM), tendo sido uma parte importante da estratégia russa (Filho, 2003).

Considerando que a decepção e a surpresa são utilizadas essencialmente como ferramentas ofensivas, a Rússia assumiu, no entanto, uma posição de defensiva estratégica durante as invasões de Napoleão em 1812 e de Hitler em 1941, pelo que a utilização da *maskirovka* foi no sentido de utilizar a vastidão do território russo para “engolir” os seus exércitos. Foi durante a IIGM que a *maskirovka* foi aperfeiçoada e incorporada como parte da doutrina militar soviética, sendo esta utilizada de acordo com o princípio de que a surpresa sobre o inimigo é alcançada através da utilização da decepção (Latimer, 2001).

Contudo, foi durante a Guerra Fria que o conceito de *maskirovka* foi desenvolvido de uma forma mais ampla. Este conceito passou a integrar não só os aspetos militares, mas envolveu toda a sociedade soviética, como uma doutrina de segurança nacional, passando a estar inserida no âmbito do governo, da economia, agrícola e da produção industrial. Como se vivia num clima de permanente conflito, os próprios mapas rodoviários, as estatísticas do governo etc., eram deliberadamente falseados por forma a confundir o ocidente (Smith, 1988). De destacar neste período o estabelecimento de um diretório soviético ao nível do governo que trata dos assuntos da aplicação estratégica da *maskirovka* ³ (The White House, 1983).

No âmbito da doutrina nacional e da OTAN, a *maskirovka* soviética pode ser equiparada à decepção militar, se bem que, na doutrina soviética, tal

³ Um dos aspetos que neste período preocupava particularmente os EUA era o facto dos programas de redução de armamento nuclear terem subjacente um plano de *maskirovka*.

e o subsequente exílio em Moscovo. Este, em finais de fevereiro, solicitou à Rússia que intervesse militarmente na Ucrânia, para repor a legitimidade e restabelecesse a paz. Em virtude disto, a partir de 27 de fevereiro, tropas russas descaracterizadas entraram na Crimeia e ocuparam instalações chave ao longo de toda a península. Enquanto decorriam estas ações, o presidente Putin declarava que estas forças não pertenciam à Federação Russa, sendo elementos das forças de autodefesa da Crimeia (Woehrel, 2014).



Figura nº 2 – Tropas russas descaracterizadas “little green men” na Crimeia

Fonte: Masterok, 2014.

A 16 de março, as autoridades da Crimeia realizaram um referendo para a anexação pela Federação Russa em que, alegadamente, 96,77% dos votantes apoiaram a união. Este referendo foi, no entanto, denunciado pelos EUA, UE e pelo governo ucraniano como ilegal. Perante as evidências, em meados de abril, Putin admitiu de facto a invasão da Crimeia por forças russas, e confirmou a anexação deste território (Woehrel, 2014). A anexação da Crimeia e o apoio ao separatismo das regiões do leste da Ucrânia levou a UE e os EUA a decretarem sanções económicas à Rússia, conduzindo à pior crise diplomática desde o fim da Guerra Fria (BBC News, 2014).

Ainda durante o mês de março, enquanto o governo ucraniano enviava forças para controlar a situação de instabilidade no leste da Ucrânia⁷, ocorreram manifestações nas cidades de Donetsk, Lubansk e Sloviansk na região do Donbass⁸ em favor da independência e da união com a Rússia. A situação de instabilidade agravou-se em meados de abril, quando dezenas de homens armados, envergando máscaras e descaracterizados, ocuparam as instalações governamentais chave, a rádio e a televisão, (Woehrel, 2014).

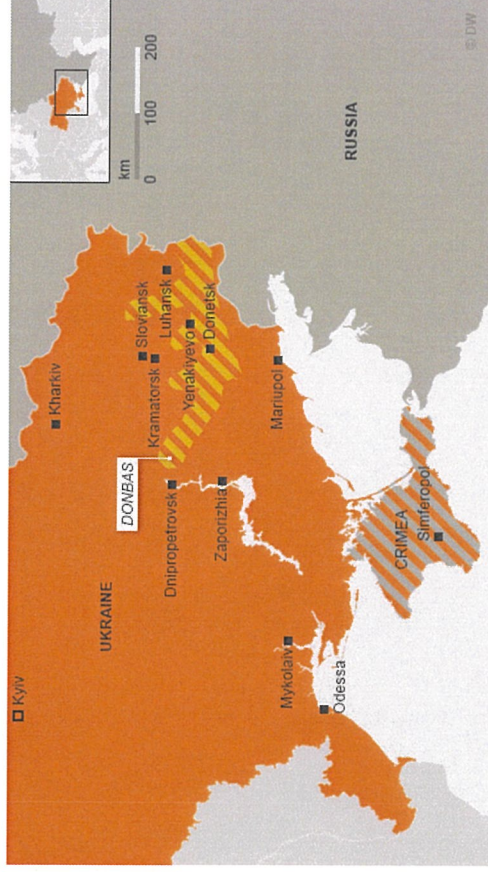


Figura nº 3 – O leste da Ucrânia e a região do Donbass

Fonte: (Seiffert, 2014).

Um fator determinante para o aumento da crescente conflitualidade foi o facto das tentativas em restaurar a ordem no leste da Ucrânia por parte da polícia e das forças de segurança ucranianas terem sido repetidamente falhadas. A explicação deste fenómeno deve-se, aparentemente, à corrupção, falta de moral e de profissionalismo, bem como de alegadas manipulações políticas de grupos ligados ao antigo regime com o apoio de Moscovo. Os serviços de informações ocidentais acreditam que estas forças foram infiltradas por agentes russos, pelo que explica a sua ineficácia e até a sua cumplicidade com as forças separatistas (Woehrel, 2014).

Em 11 de maio, após referendo, os grupos separatistas declararam a independência das repúblicas populares de Donetsk e de Lubansk. Tal como

⁷ Ofensiva contraterrorista lançada pelo governo ucraniano.

⁸ Donetsk é a região mais industrializada da Ucrânia. É onde está situado o seu complexo industrial militar que produz componentes essenciais à indústria aeroespacial e de defesa russa (Seiffert, 2014).

na Crimeia, no dia a seguir à votação os líderes separatistas destas regiões⁹ solicitaram à Rússia que anexasse os seus “países”. De destacar que estes referendos não foram monitorizados por nenhuma organização internacional sendo, de acordo com o governo dos EUA e da Comissão Europeia, a sua imparcialidade muito contestável. Segundo as autoridades de Kiev, além deste referendo ter sido ilegal, não representou a vontade da maioria da população destas regiões, que não apoia a separação destes territórios da Ucrânia (Woehrel, 2014).



Figura nº 4 – Manifestantes pró-Rússia em Donetsk

Fonte: (Euronews, 2014).

Em 25 de maio Petro Poroshenko venceu as eleições presidenciais e declarou que o objetivo da coligação europeia seria introduzir emendas constitucionais e reformas estruturais que permitam solicitar a entrada na UE em 2020 (Euronews, 2014). A crescente animosidade da população russófona do leste da Ucrânia em relação ao governo ucraniano e aos países ocidentais, de acordo com alguns analistas, deve-se à propaganda massiva feita pelos meios de comunicação sociais russos, que têm influenciado a opinião pública nesta região. Esta campanha dos meios de comunicação social de certa forma

⁹ De destacar que o autoproclamado líder da república popular de Donetsk, Aleksandr Boroday, além de ser um cidadão russo, integra o círculo próximo do presidente Putin (Statko, 2014).

também foi bem-sucedida perante a comunidade internacional, ao apresentar argumentos convincentes que justificaram a anexação da Crimeia, pelo que a maioria dos países do mundo não reagiu com a firmeza necessária perante este ato de agressão evidente (Moeller, 2014).

A 17 de junho o voo MH17 da *Malaysia Airlines* despenhou-se no leste da Ucrânia, numa região controlada pelos rebeldes, causando a morte a 298 pessoas. Acredita-se que o avião tenha sido abatido, levantando suspeitas sobre os movimentos separatistas, havendo acusações mútuas entre o governo ucraniano e os movimentos separatistas pela autoria deste acidente (Euronews, 2014).

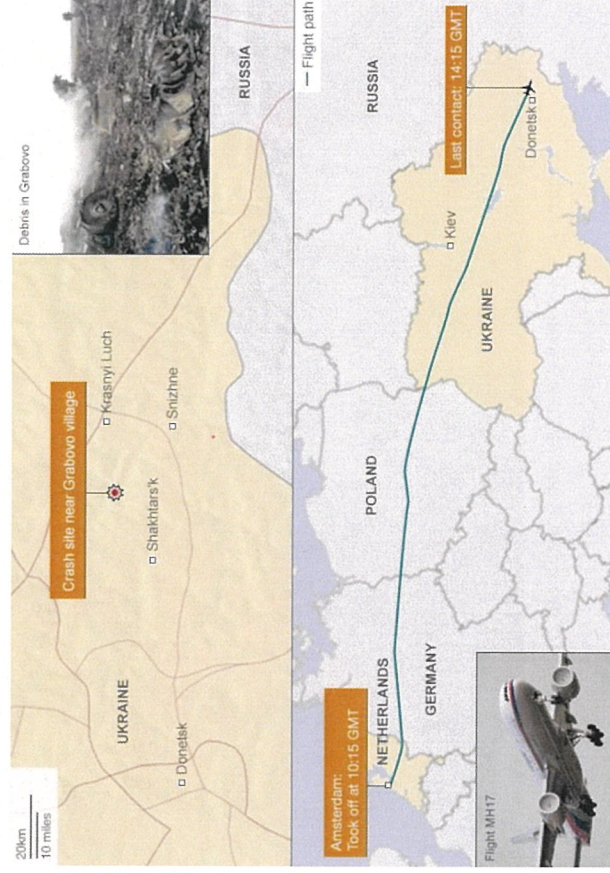


Figura nº 5 – Local da queda do voo MH-17

Fonte: Tecnologias e informação, 2014.

Em agosto, a Rússia enviou um comboio de camiões com ajuda humanitária às regiões separatistas que, não tendo a autorização do governo ucraniano, o levou a decretar a violação da sua soberania e a denunciar esta ação como uma agressão russa.

No decorrer da cimeira de Gales em setembro, o secretário-geral da OTAN, Anders Rasmussen, acusou a Rússia de estar envolvida diretamente em operações militares no interior da Ucrânia (apresentando imagens de

satélite que o comprovam), o que, no entanto, foi desmentido pelo governo russo (Euronews, 2014). A crescente animosidade existente levou o secretário-geral a declarar que a OTAN iria formar uma força de reação rápida, para intervir caso uma crise similar à da Ucrânia envolvesse um país membro desta organização (Croft, 2014).

As autoridades de Moscovo continuam a negar o envolvimento de soldados russos em operações no leste da Ucrânia, apesar das evidências demonstradas pela captura de soldados russos por forças ucranianas e pelas crescentes multiplicações de protestos das famílias russas em relação aos militares mortos que lhes são entregues, sem, no entanto, haver uma explicação plausível por parte do governo. É voz corrente na Rússia que estes soldados têm sido mortos em combates no leste da Ucrânia, pelo que as explicações oficiais evidenciam a utilização deliberada de uma estratégia de decepção pelo governo russo (Parfitt, 2014).

Apesar do otimismo por detrás do último cessar-fogo assinado em dezembro, espera-se que o conflito da Ucrânia, se entretanto não for encontrada uma solução duradoura que satisfaça todas as partes, possa conduzir a mais um “conflito congelado” no espaço da ex-URSS, com as regiões a leste protegidas pelas tropas russas (BBC News, 2014).

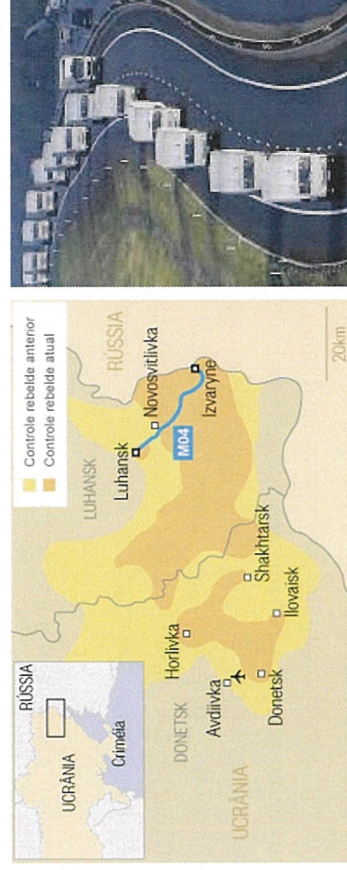


Figura nº 6 – Trajeto seguido pelo comboio de ajuda humanitária russo

Fonte: O Globo, 2014.

3. A intervenção russa e o emprego estratégico da *maskirovka*

A estratégia usada pela Federação Russa na Ucrânia denota de forma evidente o uso da *maskirovka* soviética em grande escala. O seu principal objetivo é deliberadamente “distorcer” a perceção da comunidade internacional sobre o real envolvimento das forças russas, por forma a criar uma ideia plausível

de negação da agressão à Ucrânia. Têm sido as ações da *maskirovka* que têm permitido ao presidente Putin negar continuamente o não envolvimento russo no leste da Ucrânia, ao conferir plausibilidade a este argumento.

De acordo com Kenneth, para a maximização dos efeitos da aplicação das medidas de *maskirovka*, devem ser enfatizados quatro princípios básicos: atividade, plausibilidade, continuidade e variedade. A aplicação destes princípios tem permitido manter a plausibilidade do argumento da negação, pela aplicação constante e permanente de variadas medidas de decepção (Keating, 1981, pp. 5-6).

Uma das razões para a aplicação da *maskirovka* é evidente: evitar uma resposta resoluta e unificada das potências ocidentais em relação à crise e permitir ao mesmo tempo criar uma saída alternativa para os países que não tenham interesse num confronto direto com a Rússia, nomeadamente os que têm interesses económicos. Sem esta “percepção”, as relações com os países dos quais a economia russa depende poderiam entrar em rutura (Vaux, et al., 2014).

Outro aspeto importante da aplicação da *maskirovka* foi permitir “desviar” a atenção da comunidade internacional o tempo suficiente até estar consumada a anexação da Crimeia. A utilização de forças descaracterizadas, enviadas *a priori* para controlar as principais infraestruturas, conjugado com os referendos e as solicitações de intervenção militar, pretenderam “construir” uma imagem de que a Rússia não invadiu a Crimeia e que a “união” foi por vontade da sua população.

Um dos aspetos explorados é o da manipulação das populações ucranianas russófona por intermédio da propaganda antiocidental, difundida pelos meios de comunicação social controlados pelo governo russo. Desta forma, pretendeu-se passar a imagem de violência étnica por parte das forças ucranianas, e que as populações do leste da Ucrânia vivem sob proteção russa, contribuindo para reforçar os sentimentos separatistas. Outro aspeto da propaganda russa nos meios de comunicação social foi o facto de, durante as manifestações do *Euromaidan*, ter sido veiculado a associação dos movimentos pró-europeístas a grupos neonazis, através de uma campanha de difamação por forma a desacreditar estes movimentos (Shekhovtov, 2014). Existem ainda suspeitas de que os serviços secretos russos estiveram por detrás da repressão policial que fez dezenas de mortos durante as manifestações em Kiev (Vaux, et al., 2014).

A situação no leste da Ucrânia é mais complexa do que na Crimeia, o território é maior, o nível de apoio à Rússia não é tão grande e não existem bases russas como em Sebastopol, pelo que Moscovo apoiou os movimentos

separatistas com armamento pesado e com forças militares. Este apoio em homens e equipamento foi particularmente evidente após a operação antiterrorista lançada por Kiev em finais de março, que recapturou uma parte significativa de território anteriormente controlado pelos separatistas e que levou as suas forças à beira da rutura (Vaux, et al., 2014). O apoio russo permitiu às forças separatistas em finais de maio recapturar os territórios entretanto perdidos, numa série de vitórias sobre as forças ucranianas. Estes confrontos levaram o governo de Kiev a acusar a Rússia de violação da sua soberania e a suspender a sua ofensiva a leste, com o receio de entrar em confronto direto com as forças russas (Euronews, 2014).

Neste âmbito, a *maskirovka* foi aplicada no sentido de “mascarar” o envolvimento direto de forças russas contra as forças ucranianas. Destaca-se a utilização de forças descaracterizadas e o uso de armamento idêntico ao das forças ucranianas. Estas medidas contribuíram para tornar verosímil a imagem que a Rússia não teve um envolvimento direto na ofensiva separatista e por conseguinte, não houve violação da soberania ucraniana. O uso de material militar idêntico visou tornar plausível que os separatistas utilizaram material capturado (Vaux, et al., 2014).

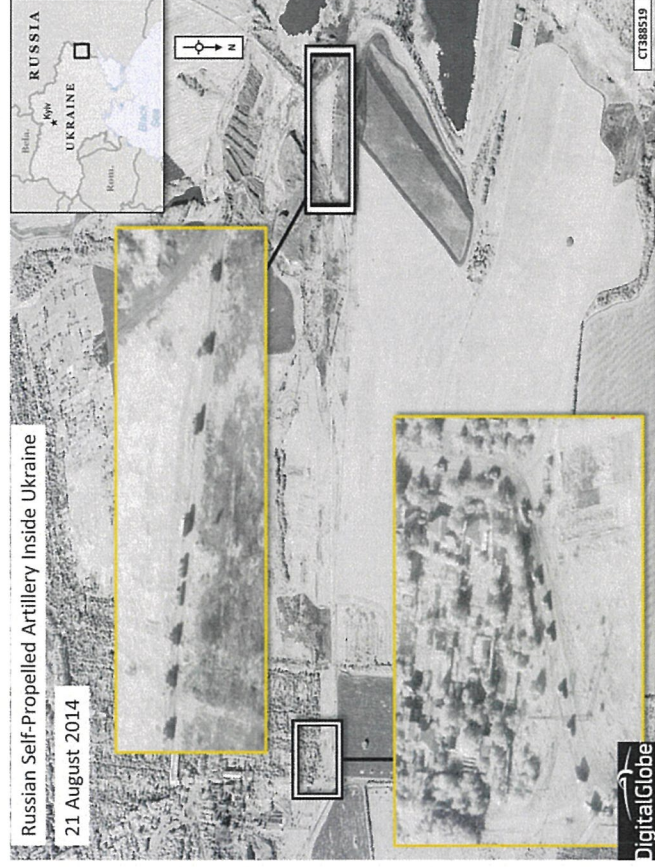


Figura nº 7 – Imagens difundidas pela OTAN de colunas militares russas dentro da Ucrânia

Fonte: (Martins, 2014).

Um dos aspetos da utilização da *maskirovka* ao nível político relaciona-se com os sinais que a Rússia tem passado para a comunidade internacional da vontade em seguir a via das negociações e de reduzir o escalar do conflito. As sucessivas declarações de retirada das forças russas posicionadas ao longo da fronteira ucraniana, bem como o reconhecimento da eleição do presidente Poroshenko, têm como objetivo aliviar a tensão internacional sobre a Rússia e dar a impressão que esta está interessada em resolver a crise sem recurso à via militar. No entanto, as evidências no terreno demonstram que não houve uma melhoria da situação, continuando os combates, nem houve uma retirada significativa das forças russas da fronteira (Euronews, 2014).

Em finais de maio as forças separatistas, com o apoio russo, recuperaram parte do território perdido para as forças governamentais, capturando o aeroporto de Donetsk e ameaçando a cidade portuária de Marioupol a sul (Euronews, 2014). Em princípios de agosto, as forças governamentais lançaram uma forte ofensiva contra os bastiões dos separatistas em Donetsk e Lubansk, recapturando o aeroporto e partes significativas destas cidades, bem como retomaram Marioupol (Euronews, 2014).

Os combates saldaram-se em pesadas perdas para ambos os lados. Estima-se que, durante os combates pela posse do aeroporto, mais de 50 separatistas foram mortos e que destes, cerca de 30 foram repatriados para a Rússia, o que indicia que a maioria das vítimas era de cidadãos russos (Vaux, et al., 2014).

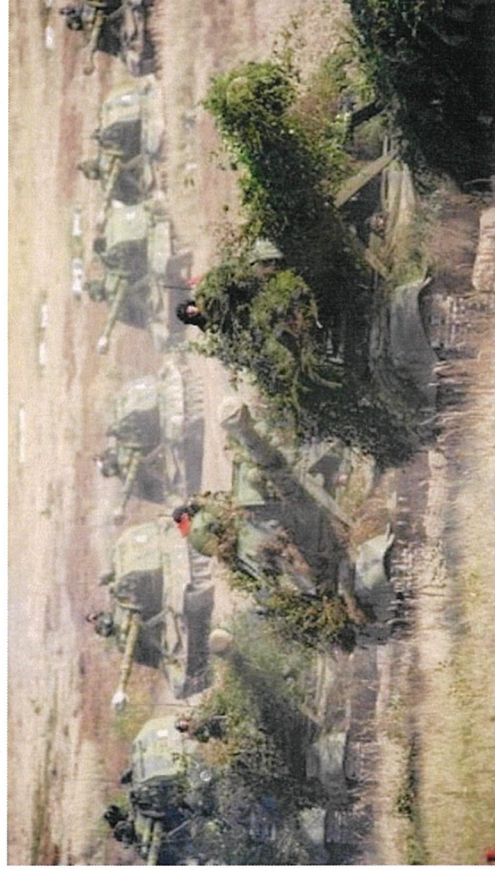


Figura nº 8 – Unidade de artilharia russa em manobras junto à fronteira ucraniana

Fonte: (Brasil soberano e livre, 2014).

Perante o sucesso do avanço das forças governamentais e face à ameaça de derrota das forças separatistas, Moscovo reagiu concentrando forças militares na fronteira russo-ucraniana, de forma a intimidar o governo ucraniano para parar a ofensiva, perante a possibilidade de ter de enfrentar uma reação russa (Santiago, 2014). De destacar que esta estratégia de intimidação também tem sido utilizada contra os países ocidentais e contra a OTAN. Neste âmbito, Putin relembrou o Ocidente que a Rússia é uma das maiores potências nucleares do mundo e do risco de uma guerra com a Rússia (Martins, 2014).

Estas declarações de Putin surgiram depois de uma reunião extraordinária da OTAN realizada a pedido do governo ucraniano. Neste âmbito, o secretário-geral da OTAN denunciou a “violação flagrante da soberania e da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia” e não fechou a porta à adesão da Ucrânia¹⁰. Este aspeto é uma das linhas vermelhas que a política externa russa não admite que seja ultrapassada (Martins, 2014).

Em meados de agosto, ainda durante o decorrer da ofensiva ucraniana, o governo russo enviou um comboio composto por mais de 200 camiões com alegada ajuda humanitária às populações de Lubansk e Donetsk, sem autorização de Kiev e sem o conhecimento da Cruz Vermelha Internacional (Euronews, 2014). Especula-se que este comboio se destinou a enviar ajuda militar aos separatistas, face à ofensiva governamental, e que no regresso traria os corpos dos soldados russos caídos na Ucrânia. Verdade ou não, este é um exemplo clássico da aplicação da *maskirovka* soviética (Miller, 2014).

De destacar ainda o facto do presidente Putin, em inícios de agosto, ter declarado a intenção de Moscovo de enviar um contingente humanitário para apoiar as populações no leste da Ucrânia. Esta intenção foi prontamente recusada pela Comissão Europeia e pelos EUA, com receio que o envio deste contingente pudesse estar por detrás de numa intervenção russa. Esta pareceu-nos ser uma manobra de decepção para legitimar o posterior envio das alegadas colunas humanitárias (Euronews, 2014). O facto de os russos quererem trazer um contingente humanitário para o leste da Ucrânia pode também indiciar a intenção de criar outra região autónoma sob controlo russo como na Transnístria, na fronteira entre a Moldávia e a Ucrânia (Miller, 2014).

Em relação à queda do voo MH-17, apesar de existirem indícios bastante fortes que apontam para os movimentos separatistas, também neste campo a

¹⁰ No seu comunicado, Anders Rasmussen denunciou a estratégia russa: “Apesar dos desmentidos vazios de Moscovo, tornou-se evidente que tropas e equipamento russos atravessaram ilegalmente a fronteira e entraram no Leste e no Sudeste da Ucrânia. Não é uma ação isolada, integra-se num padrão perigoso desenvolvido ao longo de meses com o objetivo de desestabilizar a Ucrânia enquanto nação soberana”.

Rússia tem conduzido uma campanha de contrainformação, integrada na sua estratégia de *maskirovka*, tendo em vista confundir a opinião pública. Recentes declarações de investigadores russos alegam ter provas que este voo foi abatido por um caça SU-25 ucraniano, pelo que apontam as responsabilidades deste acidente a Kiev (The Telegraph, 2014).

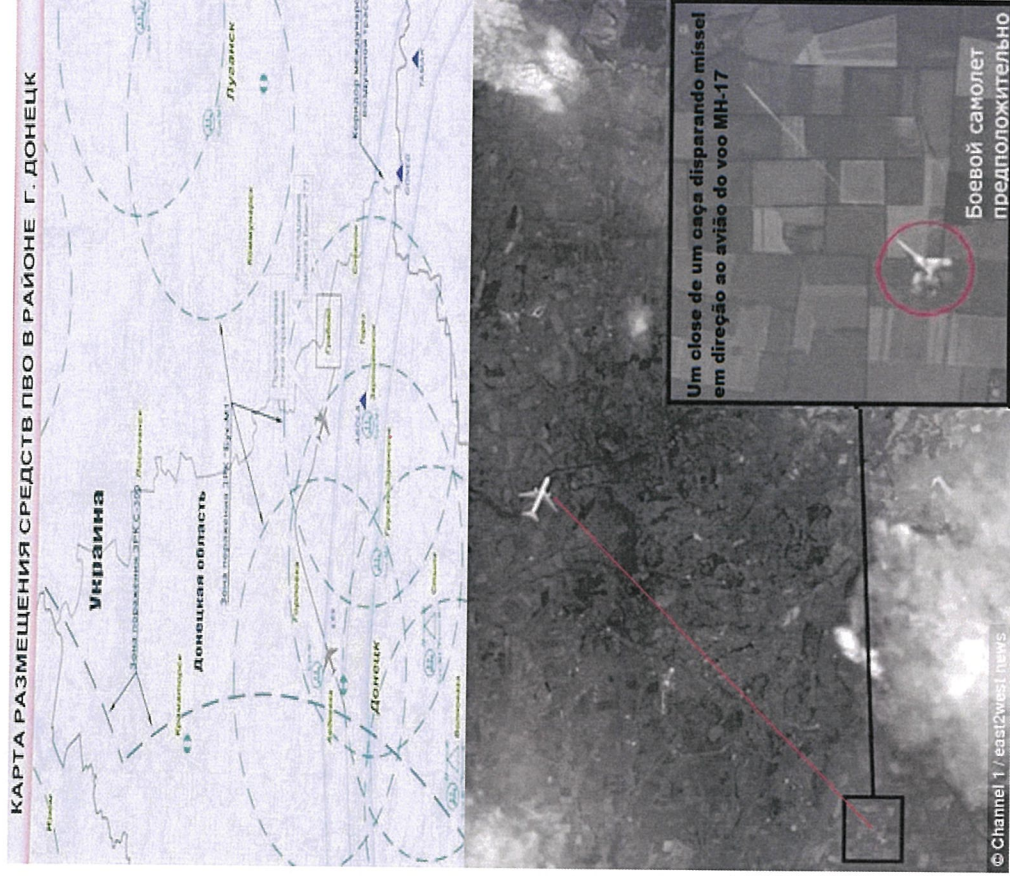


Figura nº 9 – Imagem da localização do SU-25 em relação ao voo MH-17 –
Ministério da Defesa Russo

Fonte: Pragmatismo político, 2014.

Aparentemente a aplicação da *maskirovka* tem sido um sucesso. A anexação da Crimeia e o envolvimento direto de forças militares no leste da Ucrânia não tiveram uma resposta inequívoca por parte da comunidade internacional contra a Rússia¹¹. Outra importante vantagem alcançada por Putin foi a de conseguir que o acordo entre a Ucrânia e a UE, a origem da atual crise, fosse adiado para 2016 (Shuster, 2014). Em suma, a aplicação da *maskirovka* deu um contributo fundamental para as divisões políticas entre os países europeus da forma em como lidar com a Rússia (Gady, 2014).

Conclusões

A Ucrânia ocupa uma posição geoestratégica central “sensível” entre a Federação Russa e alguns dos Estados membros da OTAN¹². É ainda um ponto de passagem estratégico, no âmbito das relações económicas entre a Rússia e os países da UE, o que demonstra a sua importância para o ocidente e em especial para Rússia (Woehrel, 2014).

A atual crise teve início em novembro de 2013 com os protestos do *Euromaidan*, que levaram à queda do governo de Yanukovych. Em resposta à instabilidade interna da Ucrânia, a Rússia anexou a Crimeia e forneceu apoio militar aos movimentos separatistas pró-russos, de forma a garantir a posse da base naval de Sebastopol e manter a sua influência sobre esta região.

O alargamento da UE e da OTAN para leste, nomeadamente para a Ucrânia, é uma ameaça aos interesses regionais da Rússia, sendo percecionado como uma estratégia de isolamento (Barata, 2014). A adesão da Ucrânia à UE¹³ contraria a ambição de Putin de estabelecer um espaço geopolítico dentro daquilo que foi outrora a ex-URSS, que englobe os países que integraram este bloco. A Ucrânia surge assim como uma peça chave na sua intenção de estabelecer uma União Euro-Asiática que, sob o domínio da Rússia, manteria a liderança nos mercados regionais (Pravda, 2014). Daí a necessidade da Rússia em manter a sua hegemonia sobre este espaço. O receio da expansão da UE para leste e a adesão da Ucrânia ao bloco ocidental podem ainda levar os restantes países que integram este espaço de interesse estratégico da Rússia a questionar o modelo político-económico russo e também a querer afastar-se de Moscovo (Barata, 2014, p. 41).

¹¹ Enquanto a UE e os EUA decretaram sanções económicas contra a Rússia, outros países como a Áustria, a República Checa, a Eslováquia, a Finlândia a Hungria e a Itália estiveram relutantes em fazê-lo (Gady, 2014).

¹² Polónia, Eslováquia, Hungria e Roménia.

¹³ Escapando desta forma ao controlo político e económico de Moscovo.

Assim, a Rússia irá utilizar todos os recursos disponíveis para evitar a adesão da Ucrânia ao bloco ocidental, nomeadamente com recurso à *maskirovka*, visto que, atualmente, já não pode seguir a via militar pura e simplesmente tal como o fez no passado. De destacar que na Rússia, apesar de ser uma potência nuclear, as FFAA não se equiparam às forças da OTAN, facto que levou a Rússia a seguir uma estratégia indireta e considerar a aplicação da *maskirovka* para compensar essa debilidade.

A aplicação da *maskirovka* no leste da Ucrânia é ainda, de acordo com alguns analistas, uma resposta direta de Moscovo às revoluções “coloridas” orquestradas pelo Ocidente para destabilizar os regimes antiocidentais, nomeadamente a revolução laranja e as manifestações do *Euromaidan*, que de acordo com o ministro da defesa russo tiveram a “mão” ocidental (Gady, 2014).

É ainda importante referir que o objetivo da *maskirovka* fora da Ucrânia é promover a divisão e a discórdia entre os governos ocidentais e os seus aliados. Esta explora as fraquezas da arquitetura de segurança da OTAN e da UE, pois a discórdia entre os seus membros leva à ineficácia destas organizações que baseiam a tomada de decisão no consenso.

O facto dos movimentos separatistas estarem bem equipados, combaterem de forma coordenada e com elevada eficiência levanta fortes suspeitas sobre o apoio militar da Rússia e o seu empenho em destabilizar o leste da Ucrânia, por forma a impedir a sua adesão, pelo menos num futuro próximo, à UE. Assim, o emprego da *maskirovka* tem permitido ao presidente Putin reter alguma credibilidade internacional e manter a sua influência política e económica sobre o leste da Ucrânia pela negação do controlo governamental desta região.

A influência sobre os grupos separatistas e a aplicação em grande escala da *maskirovka* tem permitido ao governo russo obter o tempo necessário para destabilizar a região do Donbass, até que o seu controlo pelo governo ucraniano seja inviável. Ao ganhar tempo, Moscovo sabe que os Estados da UE adiarão até ao último momento uma resolução para a crise, para não pôr em risco os seus interesses económicos. Desta forma, enquanto houver uma réstia de dúvida que leve à inação da comunidade internacional, a Rússia continuará a exercer a sua hegemonia sobre a Ucrânia (Vaux, et al., 2014).

De destacar que o governo ucraniano vê com “grande preocupação” o objetivo da Rússia em destabilizar o leste da Ucrânia, pois representa a tentativa de criar uma área sobre controlo dos separatistas pró-russos, que se estenderia da fronteira russo-ucraniana até à fronteira “administrativa” entre

a Ucrânia e a Crimeia. Tal cenário representaria uma “ponte terrestre” entre a Rússia e esta região (Pavel, 2014).

Assim, a “guerra especial” conduzida por Moscovo com recurso à *maskirovka* coloca-nos perante a dúvida se de facto estaremos perante a invasão do leste da Ucrânia pelas forças russas, sem, no entanto, atuarem de forma convencional com blindados e artilharia. Leva-nos então a questionar se este será um novo tipo de guerra em que os atores não estatais, como é o caso dos movimentos separatistas, atuam em defesa dos interesses de um Estado (Thomson, 2014).

A aplicação da *maskirovka* têm-se constituído como um dos aspetos centrais da estratégia russa para o atual conflito da Ucrânia, porquanto tem permitido ao governo russo manter perante a comunidade internacional uma imagem plausível de não-agressão à Ucrânia. Esta imagem tem criado a “dúvida” e a “incerteza” em torno do envolvimento direto de forças russas no leste da Ucrânia e tem contribuído para dividir a comunidade internacional em relação à sua resposta à atual crise, permitindo à Rússia continuar a manter a sua influência sobre a Ucrânia e impedir desta forma a sua adesão à UE e à OTAN.

As razões por detrás desta opção prendem-se, por um lado, com a incapacidade da Rússia em seguir a via militar direta, pelas consequências ao nível internacional que esta opção poderia acarretar, tendo em consideração as debilidades que as FFAA russas ainda apresentam face às forças da OTAN. Por outro lado, o envolvimento direto da Rússia iria isolá-la perante a comunidade internacional, colocando desta forma em risco os interesses económicos dos quais a economia russa depende. Ainda, a decisão de seguir uma estratégia indireta tem permitido ao governo russo “legitimar” perante a opinião pública interna o envolvimento de forças na Ucrânia e contribuído para aumentar o nível de popularidade e de aceitação do regime de Putin pelos cidadãos russos.

Em suma, a utilização estratégica da *maskirovka* tem evitado uma resposta inequívoca da comunidade internacional face ao envolvimento russo na Ucrânia, fragilizando desta forma politicamente a UE e a OTAN e contribuindo ainda para o reforço do regime de Putin perante a opinião pública russa.

Bibliografia

Barata, P., 2014. *A Ucrânia, a UE e a Rússia, SoftPower vs Realpolitik*. [Em linha]. Disponível em: <http://observare.ual.pt/janus.net/pt/n%C3%BAmeros-antecedentes/83-portugues-pt/v-5,-n-1-2014-maio-outubro/artigos/255-a->

ucr%C3%A2nia,-a-ue-e-a-r%C3%BAssia-softpower-versus-realtipolitik [Consult. 28 dez 2014].

Barbosa, R., 2015. *Euronews - Ucrânia: Debaltsseve respeitará a trégua?*. [Em linha] . Disponível em: <http://pt.euronews.com/2015/02/15/ucrania-debaltsseve-respeitara-a-tregua/>. [Consult. 21 fev 2015].

BBC News, 2014. *BBC News Europe - Ukraine profile*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-18018002>. [Consult. 28 dez 2014].

Berdy, M., 2014. *The Moscow Times - Russia's "Maskirovka" keep us guessing*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.themoscowtimes.com/opinion/article/russia-s-maskirovka-keeps-us-guessing/504393.html>. [Consult. 27 dez 2014].

Brasil soberano e livre, 2014. *Declaração de guerra: senadores russos votam por unanimidade o envio de tropas russas para a estabilização da Ucrânia*. [Em linha]. Disponível em: <http://brasilsobranoelivre.blogspot.pt/2014/03/declaracao-de-guerra-senadores-russos.html#1/2014/03/declaracao-de-guerra-senadores-russos.html> [Consult. 1 jan 2015].

Caddel, J., 2004. *Deception 101 - Primer on deception - monografia*, Carlisle Barracks - Pennsylvania: Strategic Studies Institute - War college.

Croft, A., 2014. *Reuters - NATO wrestles with new fast-reaction force prompted by Ukraine crisis*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/11/27/us-ukraine-crisis-nato-idUSKCN0JB1ZW20141127>. [Consult. 30 dez 2014].

Dias, C. M., 2006. *Kissinger e Brzezinski*. 1ª Edição ed. Lisboa: Prefácio.

Diuk, N., 2014. *World Affairs - Euromaidan: Ukraine's Self-Organizing Revolution*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.worldaffairsjournal.org/article/euromaidan-ukraine%E2%80%99s-self-organizing-revolution>. [Consult. 28 dez 2014].

DW, 2014. *Deutsche Welle - Milhares protestam em Moscovo contra envolvimento do Kremlin no leste ucraniano*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.dw.de/milhares-protestam-em-moscovo-contra-envolvimento-do-kremlin-no-leste-ucraniano/a-17938259>. [Consult. 22 fev 2015].

Euronews, 2014. *Comunidade internacional regeita a presença de contingente humanitário russo no leste da Ucrânia*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/08/11/comunidade-internacional-rejeita->

presenca-de-contingente-humanitario-russo-no-leste-da-ucrania/. [Consult. 29 dez 2014].

Euronews, 2014. *Donetsk: combates intensos e baixas civis nas ruas*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/08/21/donetsk-combates-intensos-e-baixas-civis-nas-ruas/>. [Consult. 29 dez 2014].

Euronews, 2014. *Estará a Rússia a retirar tropas da fronteira com a Ucrânia? EUA e NATO não acreditam*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/05/20/estara-a-russia-a-retirar-tropas-da-fronteira-com-a-ucrania-eua-e-nato-nao/>. [Consult. 29 dez 2014].

Euronews, 2014. *Euronews - A Rússia tem um milhar de soldados a operar na Ucrânia*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/09/04/a-russia-tem-um-milhar-de-soldados-a-operar-na-ucrania/>. [Consult. 30 dez 2014].

Euronews, 2014. *Euronews - Centenas de pessoas reúnem-se em Donetsk pela Rússia*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/04/06/ucrania-centenas-de-pessoas-reunem-se-em-donetsk-pela-russia/>. [Consult. 01 jan 2015].

Euronews, 2014. *Euronews Europe - Relatório alemão acusa milícias pró-Rússia do tiro contra MH 17*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/10/20/relatorio-alemao-acusa-milicias-pro-russia-do-tiro-contramh-17/>. [Consult. 28 dez 2014].

Euronews, 2014. *Separatistas pró-russos prometem passar ao ataque dentro em breve*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/07/08/separatistas-pro-russos-prometem-passar-ao-ataque-dentro-em-breve/>. [Consult. 29 dez 2014].

Euronews, 2014. *Ucrânia: militares vencem separatistas e governo recupera o controlo de Mariupol*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/06/13/ucrania-militares-vencem-separatistas-e-governo-recupera-mariupol/>. [Consult. 29 dez 2014].

Euronews, 2014. *Ucrânia: o mistério do comboio de ajuda humanitária russo*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/08/13/ucrania-o-misterio-do-comboio-de-ajuda-humanitario-russo/>. [Consult. 29 dez 2014].

Euronews, 2014. *Ucrânia: ofensiva contra os separatistas com o apoio da NATO*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/08/07/ucrania-ofensiva-contra-separatistas-com-o-apoio-da-nato/>. [Consult. 29 dez 2014].

- Euronews, 2014. *Ukrainian parliamentary elections 2014*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/10/19/poroshenko-diz-que-eleicoes-no-leste-da-ucrania-sao-uma-farsa/>. [Consult. 28 dez 2014].
- Euronews, 2015. *Euronews - Rússia desapontada com situação em Debltseve*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2015/02/18/russia-desapontada-com-situacao-em-debltseve/>. [Consult. 21 fev 2015].
- Euronews, 2015. *Euronews - Rússia: apoiantes de Putin manifestam-se contra a revolução ucraniana*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2015/02/21/russia-apoiantes-de-putin-manifestam-se-contra-a-revolucao-ucraniana/>. [Consult. 22 fev 2015].
- Filho, J. C., 2003. *A Maskirovka russa - o seu emprego na guerra moderna*. O Anfibio, pp. 55-62.
- Gady, F. S., 2014. *The European - Just a paper tiger*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.theeuropean-magazine.com/franz-stefan-gady/9010-how-russia-tricks-the-west-and-controls-ukraine>. [Consult. 26 dez 2014].
- Globalresearch, 2014. *"Anything the US Touches Turns into Libya or Iraq"*. Vladimir Putin. [Em linha]. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/anything-the-us-touches-turns-into-libya-or-iraq-vladimir-putin/5398625>. [Consult. 24 fev 2015].
- Hosenball, M., 2014. *Reuters, Ukraine crisis: CIA, not Pentagon, forecast Russian move*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/03/05/us-ukraine-crisis-intelligence-idUSBREA242I720140305>. [Consult. 5 mai 2015].
- inflation.eu, 2015. *inflation.eu - Worldwide inflation data - Current inflation Russia - CPI inflation*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.inflation.eu/inflation-rates/russia/current-cpi-inflation-russia.aspx>. [Consult. 24 fev 2015].
- inflation.eu, 2015. *inflation.eu - Worldwide inflation data - Inflation Russia - current Russian inflation*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.inflation.eu/inflation-rates/russia/inflation-russia.aspx>. [Consult. 24 fev 2015].
- JP 3.13-4, 2006. *Joint Publication 3.13-4 - Military Deception*. Washington D.C.: Government Printing Office.
- Keating, K., 1981. *Maskirovka - The soviet system of camouflage*, Garmisch - Germany: US Army russian institute.
- Keating, K. C., 1981. *Maskirovka: the soviet system of camouflage*, Garmish, Germany: U.S. Army Russian Institute.

- Latimer, J., 2001. *Deception in War: art bluff value deceit most thrilling episodes cunning military history, from the trojan horse to the gulf war*. 1ª Edição ed. Nova York: Penguin.
- Lusa, 2015. *Notícias ao minuto* - agência Lusa - Steinmeier MNE: Ofensiva contra Mariupol viola acordos de Minsk. [Em linha]. Disponível em: <http://www.noticiasao minuto.com/mundo/351174/mne-ofensiva-contramariupol-viola-acordos-de-minsk> [Consult. 22 fev 2015].
- Martins, A., 2014. *Público* - NATO abre portas à Ucrânia e Putin responde “não se metam com a Rússia”. [Em linha]. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/nato-acusa-russia-de-violacao-flagrante-e-abre-portas-a-ucrania-1668039> [Consult. 31 dez 2014].
- Martins, A., 2014. *Público* - Ucrânia pede ajuda internacional para combater “entrada de tropas russas”. [Em linha]. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/ucrania-pede-ajuda-internacional-para-combater-entrada-de-tropas-russas-1667953?page=-1> [Consult. 01 jan 2015].
- Masterok, 2014. *Masterok livejournal* - “Это была классическая maskirovka”. [Em linha]. Disponível em: <http://masterok.livejournal.com/1776061.html> [Consult. 01 jan 2015].
- Miller, J., 2014. *The war is boring - Maskirovka is russian secret war - Sneaky tactics are an old Russian tradition*. [Em linha]. Disponível em: <https://medium.com/war-is-boring/maskirovka-is-russian-secret-war-7d6a304d5fb6> [Consult. 25 dez 2014].
- Moeller, J. O., 2014. *The World Post - Maskirovka: Russia's masterful use of deception in Ukraine*. [Em linha]. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/joergen-oerstroem-moeller/maskirovka-russias-master_b_5199545.html [Consult. 28 dez 2014].
- Monteiro, J. P., 2015. *Euronews* - Ucrânia: cessar fogo em Minsk. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2015/02/12/ucrania-cessar-fogo-acordado-em-minsk/> [Consult. 21 fev 2015].
- O globo, 2014. *O globo* - Ucrânia acusa Rússia de invasão após entrada de comboio. [Em linha]. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/ucrania-acusa-russia-de-invasao-apos-entrada-de-comboio-13691524> [Consult. 01 jan 2015].

- OSCE, 2014. *Organization for Security and Co-operation in Europe - Ukraine, Early Presidential Elections 25 May 2014: Final Report*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.osce.org/odihr/elections/ukraine/120549> [Consult. 30 dez 2014].
- Parfitt, T., 2014. *The Telegraph - Secret dead of Russia's undeclared war*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/russia/11314817/Secret-dead-of-Russias-undeclared-war.html> [Consult. 30 dez 2014].
- Pavel, R., 2014. *Ucrânia acusa Rússia de mobilizar milhares de militares na Crimeia*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.portugues.rfi.fr/mundo/20140918-ucrania-acusa-russia-de-mobilizar-milhares-de-militares-na-crimea> [Consult. 30 dez 2014].
- PDE 3-00, 2012. *PDE 3-00 - Operações*. Lisboa: Exército Português.
- PDE 3-00, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Peneda, F., 2015. *Euronews - Ucrânia: intensificam-se os combates pelo controlo de Debaltseve*. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2015/02/02/ucrania-intensificam-se-os-combates-pelo-controlo-de-debaltseve/> [Consult. 21 fev 2015].
- Pragmatismo político, 2014. *Pragmatismo político - Queda do MH-17: Rússia detectou caça ucraniano voando próximo ao avião*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/07/queda-mh17-russia-detectou-caca-ucraniano-voando-proximo-ao-aviao.html> [Consult. 01 jan 2015].
- Pravda, 2014. *Os EUA que não se intrometem nos negócios da Rússia*. [Em linha]. Disponível em: http://port.pravda.ru/russa/24-11-2014/37658-eua_intromete-o/ [Consult. 30 dez 2014].
- Ribeiro, J. R., 2015. *Público online - Um ano depois, Ucrânia e Rússia combatem também pela interpretação da guerra*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/mes-de-combates-em-debaltseve-fez-179-mortos-no-exercito-ucraniano-1686868> [Consult. 22 fev 2015].
- robpulsenews, 2014. *Russian maskirovka looks like this*. [Em linha]. Disponível em: <https://twitter.com/robpulsenews/status/531781687525801984> [Consult. 24 fev 2015].
- Santiago, D., 2014. *Negóciosonline - Crescem os receios que a Rússia invada a Ucrânia*. [Em linha]. Disponível em: http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/cresce_a_possibilidade_de_a_russia_invadir_a_ucrania.html [Consult. 29 dez 2014].

- Seiffert, J., 2014. *Deutsche Welle - The significance of the Donbas*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.dw.de/the-significance-of-the-donbas/a-17567049> [Consult. 30 dez 2014].
- Shea, T., 2002. *Military Review - Post-Soviet Maskirovka, Cold War Nostalgia, and Peacetime Engagement*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.questia.com/library/journal/1P3-133840001/post-soviet-maskirovka-cold-war-nostalgia-and-peacetime> [Consult. 25 dez 2014].
- Shekhovtsov, A., 2014. *Pro-Russian network behind the anti-Ukrainian defamation campaign*. [Em linha]. Disponível em: <http://anton-shekhovtsov.blogspot.se/2014/02/pro-russian-network-behind-anti.html> [Consult. 30 dez 2014].
- Shuster, S., 2014. *TIME - How Putin got his way in Ukraine*. [Em linha]. Disponível em: [http://time.com/3374922/ukraine-eu-trade-deal/?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+time%2Ftopstories+\(TIME%3A+Top+Stories\)#3374922/ukraine-eu-trade-deal/](http://time.com/3374922/ukraine-eu-trade-deal/?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+time%2Ftopstories+(TIME%3A+Top+Stories)#3374922/ukraine-eu-trade-deal/) [Consult. 30 dez 2014].
- Smith, C., 1988. *Airpower Journal - Soviet Maskirovka*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/apj/apj88/spr88/smith.html> [Consult. 26 dez 2014].
- Statko, A., 2014. *SETimes - Focus on Ukraine - Self-recognised leader in eastern Ukraine serves Kremlin's interests*. [Em linha]. Disponível em: http://ukraine.setimes.com/en_GB/articles/uwi/features/2014/06/13/feature-01 [Consult. 30 dez 2014].
- Tecnologias e informação, 2014. *Voo MH-17 - Queda de avião na Ucrânia Boeing 777 da Malaysia Airlines ia de Amesterdão para Kuala Lumpur com 295 pessoas a bordo*. [Em linha]. Disponível em: <http://tecnologiainformacaoe.blogspot.pt/2014/07/queda-do-aviao-malasia-mh17.html#!2014/07/queda-do-aviao-malasia-mh17.html> [Consult. 01 jan 2015].
- The Telegraph, 2014. *The Telegraph - Russia says Ukrainian pilot behind MH17 crash*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/ukraine/11312348/Russia-says-Ukrainian-pilot-behind-MH17-crash.html> [Consult. 30 dez 2014].
- The White House, 1983. *Soviet camouflage, concealment and deception*, Washington D.C.: The White House - Washington.

Thomson, M., 2014. *Time - The 600 years of history behind those ukrainian masks*. [[Em linha]. Disponível em: <http://time.com/67419/the-600-years-of-history-behind-those-ukrainian-masks/#67419/the-600-years-of-history-behind-those-ukrainian-masks/>]
[Consult. 29 dez 2014].

Vaux, P., Miller, J. & Fitzpatrick, C., 2014. *The interpreter - Provocations, Proxies and Plausible Deniability*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.interpretermag.com/provocations-proxies-and-plausible-deniability/>
[Consult. 25 dez 2014].

Webradiorhema, 2015. *A pé, Exército ucraniano começa a deixar Debatseve* 18/02/2015. [Em linha]. Disponível em: <http://webradiorhema.com.br/radio/?p=1942> [Consult. 22 fev 2015].

Woehrel, S., 2014. *Congressional Research Service - Ukraine: Current Issues and U.S. Policy*. [Em linha]. Disponível em: <http://crs.gov>
[Consult. 25 dez 2014].

Woehrel, S., 2014. *Ukraine: Current Issues and U.S. policy*, Washington D.C.: Congressional Research Service.